8

1998

# RESGATE

## REVISTA DE CULTURA

UNICAMP

CMU - PUBLICAÇÕES

# Editorial: Cultura e Reflexão

Quando lançada há dez anos, *RESGATE* foi saudada pela imprensa e pela crítica especializada como uma revista acadêmica inovadora, desde que pelo seu formato e conteúdo fugia aos padrões usuais. A duras penas continuamos perseguindo essa condição, ainda que marcada por uma periodicidade irregular, que vai por conta das dificuldades financeiras que sempre acompanham as universidades paulistas e brasileiras, que dependem do Estado.

Agora, recuperado um certo alento, pois este número foi assegurado com os recursos arrecadados pela Área de Publicações do Centro de Memória, do qual é órgão oficial, estamos novamente circulando, após um interregno de mais de dois anos.

Na expectativa de assegurar a sua continuidade, o Comitê Editorial achou por bem publicar esta oitava edição com data retroativa a dezembro de 1988, embora lançada efetivamente em junho de 2000. É o preço que estamos pagando pela fidelidade ao projeto original, sem concessões, objetivando com uma revista interdisciplinar de cultura, produzida pela Universidade, procurar contudo cobrir o espaço que vai do jornal à produção mais circunspeta de Academia, mediando a interlocução desses dois níveis, com o propósito de tornar mais palatável ao leitor o que se produz na universidade, que muitas vezes não logra ultrapassar circuitos restritos aos seus próprios pares. E assim vamos seguindo. A feição também pouco mudou, pois sua aceitação convence-nos de que a forma de apresentação e o conteúdo devam ainda continuar.

Assim, o leitor vai encontrar neste número algumas das habituais seções que a revista tem apresentado. Em *Artigos e Ensaios* estão reunidos sete títulos: Miriam Moreira Leite confere outras dimensões à leitura da imagem, o que responde particularmente ao interesse do Grupo de Pesquisa Fotografia e Memória, coordenado por Etienne Samain no CMU. A volta de Jorge Coli às páginas da revista é gratificante, pois resgata, imagine, uma esquecida passagem de um enternecido Mário de Andrade por Águas de Lindóia, contando da viagem e celebrando a paisagem local, numa crônica deliciosa. Assim, com duas outras colaborações, o interior de São Paulo tem seu costumeiro espaço em nossas páginas. Integrante do Grupo de Estudos de História da Técnica do CMU, Celso Paiva apresenta ao leitor o resultado de seus estudos de uma edificação rural de tradição bandeirista, localizada no município de Indaiatuba, o que acrescenta assim esse município ao circuito de antigas vilas seiscentistas de São Paulo que ainda conservam edificações rurais desse período. O outro título contempla um tema pouco freqüentado, ou seja, o dos brinquedos artesanais fabricados em Campinas, por um artesão cujas fontes estão repousadas na memória, como mostra Carlos Reyna. O uso da educação como instrumento político da colonização portuguesa em torno da evangelização e a "civilização" dos índios no Brasil é o mote do artigo escrito por Maria Sylvia Porto Alegre. A exemplo de Jorge Coli, o trabalho foi inspirado em Mário de Andrade. Agora, a partir de crônica produzida durante as andanças do modernista pelo Amazonas.

O espaço que sempre reservamos à colaboração estrangeira é privilegiado neste número

por acolher Federico Bolaños, professor da UNAM – Universidade Nacional Autônoma do México – numa reflexão sobre os problemas sociais com que luta a América Latina de hoje, enquanto Carlos Barros, professor da Universidade de Santiago de Compostela, na Espanha, focaliza o retorno do sujeito social na historiografia espanhola.

Na seção *Combates e Rituais* temos uma súmula da tese de doutorado de Vera Regina Beltrão Marques sobre os boticários no Brasil setecentista. Ne seção Resenhas, Olga Rodrigues de Moraes von Simson comenta o romance *Resumo de Ana*, de Modesto Carone. Jerusa Pires Ferreira comenta o romancista que há no memorialista Boris Schnaiderman, com seu livro *Guerra em Surdina*.

Fechamos este número com a entrevista que nos foi enviada dos Estados Unidos pela pesquisadora Regina Xavier, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ela ouviu o historiador norte-americano Eric Foner, um dos maiores especialistas nos estudos sobre mudança social, política e ideológica nos Estados Unidos, especialmente no século XIX.

Nesta nova etapa, *RESGATE* passa contar com novo editor, o jornalista e pesquisador do CMU, Amarildo Carnicel. Ele passa a assumir a função até então desempenhada pelo escritor e também jornalista, Eustáquio Gomes. Apesar da mudança, a proposta editorial da revista permanece a mesma. Na seção *Artigos e Ensaios* são publicados trabalhos científicos inéditos; em *Combates e Rituais* o espaço está aberto a trabalhos extraídos de dissertações de mestrado e teses de doutorado; em *Resenhas*, o leitor encontrará comentários críticos sobre alguma obra publicada e, finalmente, a seção *Entrevista*, que contempla uma reportagem com algum intelectual de destaque no cenário nacional ou internacional.

Portanto, prezado leitor, você tem em mãos a mais nova *RESGATE*. Esperamos que o material nela publicado contribua, de alguma forma, para um bom e saudável debate na área da cultura. Boa leitura.

# Imagem e Memória

MIRIAM LIFCHITZ MOREIRA LEITE

Professora aposentada da USP. Assessora do Laboratório de Imagem e Som em Antropologia – USP. Autora de *Retratos de Família* (Edusp/Fapesp, 1993) – vencedor do prêmio Jabuti – e *Livros de Viagem (1803-1900)* (Editora da UFRJ, 1997)

Por mais que as análises exijam as mesmas cautelas, o trabalho com textos visuais ou imagens propõe outro tipo de leitura. São mensagens isoladas, freqüentemente deformadas pelo isolamento da imagem fixa, e por terem sido extraídas do contexto.

Introduzi-las num contexto temporal e cultural exige a utilização ou aplicação de métodos quantitativos de muito prestígio científico, mas de difícil tradução verbal, ou um domínio cada vez mais raro das simbologias que dêem fundamentação erudita à separação entre o real e o imaginário.

A reprodução gráfica das imagens apresenta diferentes problemas: ela confere deformações ao desenho original ou fica de tal maneira dispendiosa, que acaba sendo restrita ou, durante muito tempo, não se resolveu a complementaridade entre texto visual e texto verbal, tomando a leitura dessa complementaridade penosa ou incompleta.

Tanto na iconografia quanto na fotografia, uma análise interna, bem ligada ao original e ao contexto cultural do autor e uma análise externa devem antecipar a leitura, dando assim uma primazia ao texto verbal, indispensável à comunicação do conteúdo da imagem. Essa dificuldade transparece na ausência de índices das estampas, ou na disposição de cadernos de imagens inseridos no texto, mas sem menção à correspondência com o texto verbal.

Um exemplo disso é encontrado na edição da Martins de Debret, apesar do autor estar consciente desses problemas, como se verifica na Introdução (p. 6) de seu livro: "no intuito de tratar de uma maneira completa um assunto tão novo, acrescentei diante de cada prancha litografada uma folha de texto explicativo, a fim de que pena e pincel suprissem reciprocamente sua insuficiência mútua."

Ainda que as imagens fixas sejam polissêmicas como as palavras, existem questões mais adequadas ao uso da imagem que à arbitrariedade das palavras e vice-versa. No caso do encontro de culturas, como é o caso da iconografia dos viajantes, além das deformações causadas pelos litógrafos europeus para a impressão dos livros, acrescentem-se as deformações nos desenhos provocadas pelos ideais estéticos e etnocentrismo dos artistas e, no caso da leitura atual, existe o apagamento das imagens provocado pela saciedade de percepção, principalmente nos casos mais divulgados de Debret e Rugendas. Nestes dois casos, os próprios autores consideraram indispensável munir os desenhos com textos descritivos e explicativos, às vezes, excelentes.

Essa adequação do texto visual é completa quando se trata de transmitir dados individuais e espaciais. Quando se está mencionando fatos sociais, é preciso lançar mão da contagem múltipla

de imagens, para distinguir o padrão social de uma expressão individual ou simbólica.

No caso das fotografias, embora se tenha convergido a amostra a retratos de família e, dentro destes a imigrantes para São Paulo, entre 1890 a 1930, sua significação proveio da verificação de haver um estereótipo dessas imagens, de padrões de sua armazenagem e distribuição, de uma difusão acentuada, geográfica e econômica, se bem que talvez seja preciso restringi-las à cultura urbana.

A organização de exposições e catálogos e a assessoria dada a trabalhos de pós-graduação proporcionaram a oportunidade de realizar experimentos de percepção e memória e comparações sucessivas entre fotografias tiradas em momentos diferentes.

Tanto imagem quanto memória podem se referir a diferentes áreas ou processos. Em meu trabalho de análise de documentação a Imagem e a Memória são processos que podem se superpor no mesmo campo do conhecimento e ser empregados alternativamente, embora a Memória seja constituída de imagens e é ela que alimenta a construção de outras imagens.

A imagem pode ser uma representação fictícia, gráfica, plástica, escultural ou fotográfica, pode se referir a imagens sagradas, à representação analógica, à metáfora; pode ser evocada voluntária ou involuntariamente; é diferente da existência e pode ser literária, religiosa, visual ou do domínio da imaginação, consciente e inconsciente. É difícil de captar, o que é feito pelo reconhecimento. Essa multiplicidade de modalidades implica em aspectos comuns e aspectos diferentes. O mesmo acontece com a Memória. Pode significar lembrança, recordação, relato, relação, vestígio, sinal, dissertação acerca do assunto científico, literário ou artístico, armazenar e imaginar.

No trabalho focalizei o campo das imagens fixas (na iconografia e na fotografia) e das imagens mentais que se desdobram em processos de reconhecimento e rememoração.

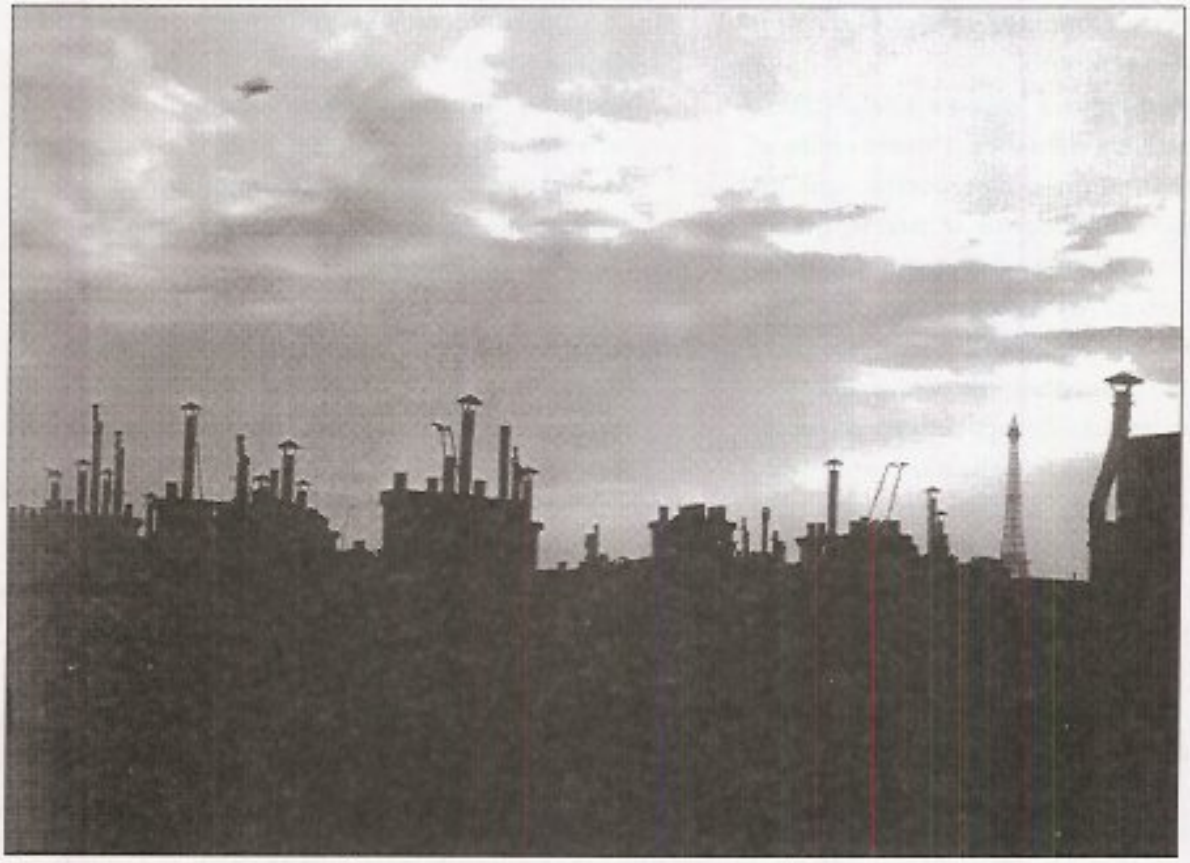
O processo de re-conhecer a imagem (interior ou gráfica) apoia-se na memória, enquanto a re-memoração implica numa codificação do saber e numa esquematização do que é absorvido do mundo exterior.

Esses processos perceptivos e cognitivos, através dos quais se percebem e se compreendem as imagens fixas acabam sendo fundamentais para a recuperação ou construção da memória.

Outra delimitação fundamental neste exame das imagens é a restrição à área do espectador ou leitor das imagens (VILCHES, 1986), captando ocasionalmente as contribuições mais sugestivas de outros enfoques. O conhecimento prévio das questões representadas nas imagens cria uma rede de expectativas (que fundamentam hipóteses a ser verificadas ou anuladas). Essas expectativas influem na própria apreensão das imagens; por isso, é possível considerar que ver é comparar o que esperamos da mensagem com aquela que nosso aparelho visual recebe. Como a imagem nunca pode representar tudo, o espectador a utiliza como um quadro em que projeta seu sistema visual, sua imaginação, e sua capacidade de organizar mensagens, para confrontá-las com as armazenadas na memória, sob formas esquemáticas que combinam, em diferentes doses, o reconhecimento e a rememoração (AUMONT, 1993).

Segundo GOMBRICH (1986), é o espectador que faz a imagem através da construção visual do "re-conhecimento" e ao empregar esquemas de "re-memoração" que constróem uma visão de conjunto da imagem.

A colocação teórica de aspectos da imagem e da memória, que estudei após o trabalho empírico com a iconografia dos viajantes e retratos de famílias de imigrantes, ampliou e especificou os mecanismos perceptivos e cognitivos da imagem, em comparação com a linguagem verbal.



*Les toits de Paris la nuit.* BRASSAÏ, *Marcel Proust sous l'emprise de la photographie.*

Por mais que a imagem seja habitualmente considerada como mensagem direta, sem mediação de códigos, o exame atento do texto visual e do texto verbal preenche apenas em graus diferentes as mesmas funções: informa, interroga, organiza e testemunha. A arbitrariedade e ambigüidade verificadas no texto visual, através das ilusões de ótica e de entraves da representação e da expressão podem ser apontadas também no texto verbal. As palavras freqüentemente não transmitem exatamente as idéias. A imagem visual desafia as palavras, quando ver não consegue ser transmitido pelo descrever. Nem tudo pode ser dito ou formulado em palavras. De outro lado, o desenho ou a fotografia não reproduzem abstrações. Representam um caso concreto, um fato particular, enquanto a linguagem verbal e as nomenclaturas científicas representam valores abstratos por nuances e entonações. Significam o que existe de comum no pensamento de todos os indivíduos e não o caso concreto, presente, que aparece na imagem. A palavra revela melhor o conhecimento oculto na memória que, contudo, é construído por imagens fixas.

Com proposição da memória como processo de relacionamento entre corpo e o espírito, Bergson a trouxe para o centro do interesse da Psicologia, de onde foi retomada e revelada em diferentes níveis e examinada e examinada em diferentes situações por Proust. Ainda que não se trate de obra de Psicologia, História da Arte nem sequer de Filosofia, os sete tomos são um tratado insubstituível sobre a Memória, utilizando a imagem fotográfica em suas reflexões sobre ilusão e o acaso em diferentes nuances, através do tempo e de sua significação. A memória é apresentada como uma reconstrução de segmentos

de lembranças e de exercícios voluntários e premeditados do pensamento.

Afora as memórias a longo e curto prazo, com suas armadilhas e ilusões, Proust chamou a atenção para a memória involuntária, que intervém em função dos signos sensíveis, ou remete ao desejo ou a figuras da imaginação. Distingue, assim dois casos de signos sensíveis: as reminiscências e as descobertas. As primeiras podem vir a constituir obras de arte, como elementos condutores da compreensão da obra. São metáforas da vida. A voluntária apresenta também inconvenientes. As duas provocam decepções ainda que as compensem pelas ressurreições por semelhança ou contigüidade.

Desviando do plano do tempo – a questão central da obra – para o plano contíguo da memória, deparamos, em *A Fugitiva*, com uma quase definição: deslizando o acontecimento sob as lentes de aumento da memória elas lhe dão relevo, dissociação, recuo de superfície e perspectiva em diferentes pontos do espaço e do tempo o que, para os que não viveram aquela época, parece fixado a uma única superfície: – os nomes – dos falecidos, os sucessivos endereços, as origens da fortuna e suas mudanças e as mutações de propriedade.

E Proust continua a refletir sobre a memória, associando-a à fotografia, que ainda não era tão comum e divulgada. A memória visual involuntária exerce uma função cognitiva emprestando várias dimensões e movimentos à imagem fixa de duas dimensões. Ela restabelece diversos níveis de percepção que se atribuem àquelas figuras inertes e cuja disposição no enquadramento da fotografia evoca enquadramentos muito vistos através da vida de figuras moveis e inteligentes e de suas imagens inertes.

A transposição da fotografia para a memória empresta-lhe o movimento contínuo do pensamento, que é o que se torna necessário fazer para que a foto isolada exprima o seu conteúdo latente e não explícito.

Quanto a meu esquecimento, eu não pude sequer pensar em me apegar a ele para extrair a verdade, pois em si mesmo, nada mais era que uma negação, o enfraquecimento do pensamento, incapaz de recriar um momento real da vida e obrigado a substitui-lo por imagens convencionais e indiferentes.

Mas sua compreensão mais profunda dos diferentes prismas, tanto da imagem como da memória, aparece no episódio da fotografia da Avó, que se alastra pelos sete tomos, em movimentos de afirmações e negações de percepções que se fragmentam revelando o avesso a um sentido oculto até então.

Começa por sua irritação com a euforia com que a Avó quis ser fotografada: a paramentação excessiva para a sessão de pose; manifestou o seu desgosto com a atitude excepcionalmente frívola da avó: muito depois do falecimento desta soube que a Avó quisera lhe deixar uma recordação e se preparara tanto para a sessão de pose, para que o neto não percebesse a gravidade de seu estado. A revelação vem confirmada pelo gerente do Hotel, que narra com detalhes a preocupação dele, gerente, com as convulsões da avó, que se recusara a deixar o Hotel, para não preocupar o neto.

Em seu livro *O Peso da Representação*, John Tagg (1988:187-221), apoiado em Umberto Eco, considera que se a fotografia pode ser equiparada à percepção, é por que também é codificada. Não corresponde a um mero reconhecimento do que existe ou existiu. Mas é um ajustamento mais ou menos consciente de um campo de determinações significantes de um arranjo ou uma iluminação desse universo de objetos ao mecanismo e ao campo da visão da câmara e à sensibilidade do filme, do papel e da química. A seleção do fotógrafo limita-se à distribuição de luz refletida dos objetos e à busca de intensidades diferentes da iluminação.

O sentido da imagem fotográfica é construído por uma interação dos esquemas aprendidos ou

códigos de diversos graus de esquematização. Como em outros sistemas de linguagem, as fotografias podem ser analisadas como projeções de certo número de formas retóricas, valorizadas pela sociedade, pelo que constituem uma fonte de satisfação e de prazer.

A semiótica revelou a complexa interpenetração dos códigos visuais e verbais, mostrando que a imagem visual pura é uma ficção. No melhor dos casos, o que ocorre é uma complementaridade entre os dois textos.

A pesquisa histórica de imagens fotográficas vem substituindo a consideração habitual da fotografia como prova incontrovertida, ao permitir apreender as deformações impostas à imagem pelo fotógrafo, pelos recursos técnicos ou pelos valores sociais. A dedução e a síntese permitem obter informações que não estão diretamente visíveis, e que vão compondo a imagem latente, como reposta ao cuidado analítico, dedutivo e comparativo.

A leitura da fotografia aguça a percepção visual e um conhecimento prévio do conteúdo da imagem permite passar de uma identificação espacial e temporal sucinta a um relacionamento entre as condições de produção, de distribuição, de consumo e de preservação institucional da imagem. Como a fotografia acolhe significados muito diferentes na codificação e em possíveis decodificações da mensagem transmitida, as interferências dessas condições alteram a percepção do observador da imagem.

Como aponta Howard Becker na apresentação de seu modelo artesanal de ciência (BECKER, 1993), cada pesquisa traz consigo desafios metodológicos inéditos e reitera a possibilidade de aceitar como metodologia uma sistematização rigorosa da experiência de pesquisa.

Os trabalhos de Roland Barthes, na década de 60, sobre a mensagem fotográfica, que culminaram em 1980 na *Câmara Clara*, foram seguidos por *O Óbvio e o Obtuso* (1982), em que ao fato de "uma foto ser sempre invisível (acrescenta que) não é ela que nós vemos". Procura-se pelos traços essenciais que distinguem a fotografia das outras imagens, mas considera que toda imagem é polissêmica, tendo subjacente a seus significantes uma cadeia flutuante de significados, dos quais o leitor pode escolher ou ignorar.

Retomando a minha pesquisa sobre a leitura da fotografia – *Retratos de Família* (MOREIRA LEITE, 1993) foi possível verificar:

- ambigüidade e fluidez da imagem visual;
- articulações profundas entre a imagem e os diferentes tipos de memória;
- freqüência com que a memória é expressa através da descrição de fotografias;
- dificuldade de distinguir na linguagem coloquial os diferentes tipos de imagem;
- a transferência de um tipo de memória para outro, pela incorporação das fotos às imagens mentais do observador;
- além de estimular a percepção visual, a fotoanálise habitua a ver na fotografia uma radiografia com sugestões de significados invisíveis, que ultrapassam o enquadramento em duas dimensões.

Essas verificações são reafirmadas pela obra de Philippe Dubois, que analisa o ato fotográfico como extensão do olhar e do processo visual de captação de imagens, que são fixadas e desdobradas na memória. Recuperando as metáforas freudianas do ato psíquico e da memória com o ato de fotografar, identifica a imagem fotográfica e a imagem mental – observada na passagem do mundo exterior para o interior e no processo de registro, fixação e recuperação da imagem, através da evocação, da acumulação e do desdobramento do registro.

As formulações de Dubois dão conta do prazer do re-conhecimento e da re-memoração que, no caso dos retratos de família, é tão acentuado. A identificação e a consciência das mudanças

*Rose Laible*, 1947. Fotografia de Lou Bernstein. *Documentary Photography.*

pode levar o leitor das fotografias a um grau inesperado de emoções.

O visor, por onde a luz penetra até a superfície de inscrição da câmara escura, é equiparado às palpebras, diafragma que regula a entrada de luz revelando o ato mecânico de olhar as fotos. A compreensão é então aprofundada e ampliada pelo processamento das imagens no inconsciente, imagens que podem ou não ser quimicamente reveladas. A passagem do inconsciente para o consciente é equiparada à passagem progressiva, sinuosa e seletiva do negativo da imagem para o positivo. Essa metáfora conta de parte da ambigüidade observada nas imagens fixas, onde cada observador verá imagens diferentes – como ao olhar para os retratos quem olha está sempre à procura de uma relação entre si mesmo e a imagem; cada um verá parcelas e níveis diferentes da fotografia. A câmara funciona como uma extensão do olhar, mas como este, também é seletiva, funciona ao mesmo tempo em que os outros sentidos e dentro de um contexto espacial e temporal que enriquece as impressões da imagem mental de inúmeros outros aspectos. A câmara pode produzir uma imagem até mais precisa que o olhar, mas ela estará despida das outras características, o que pode limitar o seu valor documental.

A metáfora do bloco mágico exprime ainda melhor os mecanismos da memória. A maleabilidade e a instabilidade da memória são compreendidas através de um dispositivo inventado na

década de 20, para intensificar essa função psíquica. Este fornece um símile do processo sensorial capaz de responder à inscrição e ao desdobramento de imagens.

O bloco mágico é feito de uma folha de celulóide, que fica intacta após cada anotação, separada da base de cera (onde as anotações permanecem registradas). Uma folha dupla de papel transparente tem uma capacidade receptora limitada e conserva as folhas sem que se precise renovar a superfície receptora, nem destruir as inscrições anteriores. É a própria descrição do complexo mecanismo da memória que acolhe percepções do exterior e as conserva até serem evocadas. Enquanto isso não acontece, as imagens permanecem inscritas no inconsciente, protegidas das novas imagens do exterior.

Quando se levanta a cobertura do bloco (a capa plástica e o papel encerado) a superfície do bloco fica limpa, pronta para acolher novas anotações.

"Resolve o problema de reunir ambas as faculdades, distribuindo-as entre os sistemas, mas deixando-os ligados (...) Nossa memória pode reproduzir as transcrições apagadas, a partir do interior (...) A lâmina de cera (é comparada) ao sistema inconsciente; o aparecimento e o desaparecimento da inscrição escrita corresponde à consciência das percepções".

As situações de fotógrafos cegos retiraram a imagem fotográfica do conjunto das imagens visuais, para inseri-la entre as imagens mentais, com as quais tem inúmeras afinidades. O fotógrafo iugoslavo Evgen Bavcar, autor de *Le Voyeur Absolu* propôs essa questão: – a fotografia não seria uma imagem mental do mundo... cuja impressão no papel seria apenas um fenômeno secundário? Ao contradizer frontalmente a condição de prova concreta e incontestável da fotografia pela ausência de visão, o autor sugere que a imagem se transmite pela memória de imagens semelhantes associadas. A sua posição epistemológica diante da fotografia é de que ela é um indício, e não um espelho da realidade ou uma deturpação do mundo exterior.

O trabalho com a fotografia implica, portanto, não só no conhecimento das condições de sua produção, como das finalidades com que foi produzida, das condições técnicas acessíveis na produção, nas condições de distribuição e nas condições sociais e culturais do contexto de sua produção e de sua armazenagem. Todos esses dados interferem no processamento de imagens, de fora para dentro para fora em seu destaque e revelação do inconsciente para a memória.

## Referências Bibliográficas


AUMONT, Jacques. 1993. *A Imagem*, Trad. de Estela dos Santos Abreu. Campinas: Papirus.

BARTHES, Roland. 1980. *Reflections on Photograph*. Trad. de Richard Howard. New York: Hill and Wang.

_____. *O Óbvio e o Obtuso*. 1984. Trad. de Isabel Pascoal. São Paulo: Martins Fontes.

BECKER, Howard. 1993. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: HUCITEC.

DUBOIS, Philippe. 1990. *L'Acte Photographique et autres Essais*. Bruxelles: Labor.

GOMBRICH, E. H. 1986. *Arte e Ilusão*: Um estudo da psicologia da representação histórica. Trad. de Raul de Sá Barbosa. São Paulo: Martins Fontes.

FREUD, Sigmund. 1948. *Obras Completas*. Trad. de Luiz Lopes Ballesteros y de Torres. Madrid: Biblioteca Nueva.

MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz. 1993a. *Retratos de Família:* a leitura da fotografia histórica. São Paulo: EDUSP-FAPESP,

_____. 1993b. "Texto visual e texto verbal". Comunicação apresentada ao GT "Imagem nas Ciências Sociais". XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 22-25 out.

_____. 1994. "Imagem paradigmática no passado e no presente". Comunicação apresentada às "Jornadas sobre a Família". CEDHAL, set. 1994.

PROUST, Marcel. *À la recherche du temps perdu*. Paris: Gallimard, 1919-1927. (*Du Côté de chez Swann*. II; *Le Côté de Guermantes*. II, 364-5; *À L'Ombre de Jeunes Filles en Fleur*. III, 32-5; *Sodome et Gomorre*. I, 57-8; II, 135, 182, 187, 205-8, 264; *Albertine Disparue*. II, 32, 62-4, 153; *Le Temps Retrouvé*. I, 8-12, 206-35; II, 8, 13, 35, 37, 41, 48, 50, 70, 87-90.)

SAMAIN, Etienne. "A fotografia tentacular – subsídios críticos para uma arte de ver e de pensar" (Inédito, original datilografado).

TAGG, John. 1988. *The Burden of Representation: Essays on Photographies and Histories*. Amherst: The University of Massachussets Press.

VILCHES, Lorenzo. 1986. *La lectura de la imagem: Prensa, Cine, Televisión*. Barcelona: Paidós.

# Clima de Altitude

JORGE COLI

Professor de História da Arte no Departamento de História, IFCH, Unicamp

Na biblioteca de Mario de Andrade, hoje conservada no IEB/USP, existe uma pequena publicação cuja classificação original é C II d 131. É intitulada *Clima de Altitude*. Trata-se talvez do único exemplar que resta, editado em 1934 pela Casa Cardona, de Mogi-Mirim.

Ela foi organizada pelo Dr. Vicente Rizzo, médico que eu mesmo conheci quando criança em Águas de Lindóia[1], homem de saber e de letras, que cultivava árvores frutíferas com muito amor. Contém um conjunto de textos celebrando a beleza da paisagem, as virtudes das águas, o encanto de uma atmosfera inefável, tudo isso em estilo eloqüente que possui a graça preciosa de sua época: "Eterno idilio entre o céo e a terra: – aquele furiosamente azul, flammejante de sol, n'uma coruscante scintillação de turquezas..."

Esta citação vem de uma apresentação do Dr. Rizzo; outros encarregar-se-ão de especular sobre as raízes tupis de nome Lindóia, outros sobre a natureza terapêutica do clima. Tudo isto teria um significado muito sentimental e local, se não fosse, na página 23 uma crônica bastante longa sob uma assinatura muito ilustre: a de Mario de Andrade.

Ele havia ido às Thermas de Lindoya passar uma temporada e talvez a tenha escrito por solicitação do Dr. Rizzo. Nunca foi publicada até os nossos dias, e permanece, creio, desconhecida mesmo dos especialistas do grande escritor. Ela possui, no entanto, alguns pontos de interesse.

Mario de Andrade em Lindóia. Foto: Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros – USP.

1. Existia primeiro a cidadezinha de Lindóia, ou Lindoya, à beira do rio do Peixe. A seis quilômetros, montanha acima, ficam as fontes termais, que deram origem a um complexo turístico no século XX. Eram chamadas as Thermas de Lindoya. Depois, não sei em que data, talvez no momento em que o município se emancipou, uma preocupação de imagem moderna metamorfoseou as antigas Thermas de Lindoya em Águas de Lindóia.

Autor: Campão. Acervo do Hotel Glória de Águas de Lindóia. Reprodução fotográfica: Roberto P.Teixeira.

Um deles é a importância conferida à paisagem. Mario de Andrade escreve sob o efeito de uma impressão deliciosa.

"Não se esqueça, viajante, que você está na presença de uma das paisagens mais lindas de São Paulo". E quem conhece sabe: esses vales e morros, essa atmosfera feita de verdes azulados no final da tarde é propriamente mágica. Mario de Andrade tem razão, como o tinha o pintor Campão, ao retratar, mais ou menos naqueles tempos, vistas de Lindóia. Seus quadros, bastante numerosos, admiráveis de sensibilidade e domínio de tons, estão ainda no Hotel Glória, hotel que pertencia ao Governo do Estado, e que hoje está em processo de privatização. Situação por sinal inquietante pois, ao que parece, ninguém sabe direito o que acontecerá com as telas de Campão, conjunto único a tratar, com alta qualidade artística, a paisagem local.

Outro aspecto de interesse é a qualidade descritiva de Mario de Andrade no que concerne à viagem propriamente dita e seu poder observador na caracterização de aspectos confluentes.

A viagem, na época, era uma jornada, levava-se seis horas para perfazer os quase duzentos quilômetros que iam de São Paulo a Lindóia em pista de terra. Passava-se por Itapira, pois o caminho por Amparo e Serra Negra era íngreme demais para os radiadores que ferviam. Lindóia e Thermas de Lindoya articulavam-se com Itapira e Mogi-Mirim: os moradores com mais posses iam, de tempos em tempos, uma vez a cada mês ou a cada dois meses, fazer compras em Itapira ou consultar um dentista prestigioso de Mogi. Havia assim, de um lado, a modernidade dos veículos automóveis e o arcaico das pistas mal conservadas, com paradas para lanches, para matulas que se traziam de casa.

O que chamei, incapaz de evitar jargão universitário, de "aspectos confluentes" são, sobretudo, de um lado o ruralismo local e de outro o fenômeno novo do turismo. Mario de Andrade está percebendo um momento em que esses dois termos concorrem, num lugar preciso, para uma rara situação de harmonia humana. Visão menos superficial, ou mítica, do que parece. É verdade que as Thermas, freqüentadas por veranistas

ricos e chiques, contrastavam com o pequeno "vilejo" de Lindóia, a Lindoinha, como se diz por lá, que era deliciosamente caipira. Mas é verdade que turistas e sitiantes se misturavam numa cordialidade amável. Ou pelo menos, é assim que eu me lembro.

Enfim, um outro ponto que justifica mais que todos a publicação desta crônica, é que ela é maravilhosamente escrita. Existe nela um grande prazer em traduzir as impressões, as sensações visuais, táteis, olfativas, além da curiosidade divertida, para uma linguagem delicada e sedutora, cujo estilo é feito de leveza. O leitor não resiste e cede imediatamente à felicidade do autor. Aliás, estamos nos anos em que um apogeu de felicidade e de vida harmoniosa habita Mario de Andrade – momento que logo cederá lugar, depois da crise do Departamento de Cultura, a uma grande angústia que o acompanhará até a data de sua morte. Ao contrário, nesta crônica de 1934, é a felicidade har mônica do viver que se combina com a prodigiosa paz daquelas montanhas e com tranqüilidade de um veraneio.

## Mário de Andrade
## Bom Dia, Lindoya[2]

Depois que o automóvel deixa por trás Itapira, em que há um bonito parque pequenino jogado sem trato no chão, a aurora principia trepando nas oscilações mais inquietas do terreno. Os morretes de lombo gordo avançam numa primeira audacia coletiva, pra espiar quanto passe na rodovia. Trazem a crista roseada pelo excesso de aurora, aurora também gorda, aurora da terra prodiga, cheia de luz, cheia de som. Principia um barulho de agua invadindo o automovel. De todas as partes a agua jorra em vertentes, brinca em riachos, se engorda também no tamanho dum rio, que a viagem corta numa ponte nova, de cimento armado. A ponte velha, guerra comeu. Então a estrada sobe mais para o alto, cai de novo, fende as brechas sangrentas dos aterros, e entra na aberta dum vale chato como um pôrto. Aqui é Lindoya...

– As Termas, chauffer?

– Não senhor, a "Agua Quente" fica bem mais longe. É a vila.

Um vilejo. Um "amor" de casinhas alvas cantando de roda no largo da igreja, também lavadinha feito um Bambino que nasce para nos salvar. O auto apressa a carreira na estrada que empinou numa corda da serrania. Ladeira o vale, buscando as alturas que faz aqui a Mantiqueira. E é de lá do alto que se deve olhar o vale.

Não se esqueça, viajante, que você está na presença duma das paisagens mais lindas de São Paulo. E não confunda aqui grandeza com beleza. Não se trata não de comparar a vista com o Alto da Serra, com Guanabara, com as Agulhas Negras. Aqui você não está no teatro, está em casa. Não é a grandiosidade que está presenceando, não é um monólogo tremendamente dramatico, não uma ária de tenor com dó-de-peito no fim. E a graça, é o sorriso, é o suspiro mansinho da felicidade. Na concha em que as plantações germinam abundantes, a vila de Lindoya é linda, graciosa, menina, patativa cantando, lambari saltando, sacy brincando, meu Deus! a gente perde o fio do pensamento. Só arrulham no ser as palavras sonorizadas da delicia.

Mas agora o sol furou a altura em nossa frente e a viagem avança na direção do sol.

E vai sempre ladeando da altura um colar de vales plantados, cafezais de morro, milhais de verde claro, e, junto ás habitações, sempre à esquerda, as figueiras em que o figo branco incha, se estufa e explode, escorrendo o mel grosso, em que soube converter o queimor generoso deste sol. Só de lembrar dá água na boca... Numa figueira destas Judas não se enforcava, esquecia o remorso, comendo figos. Depois, amansado pela bondade

2. A transcrição respeita a ortografia original.

desta natureza, plantava o seu pomarzinho de figo e bananas, virava num destes sitiantes alegres, sem ganancia nem ideias, que nos vendem suas frutas quasi dado e lidam com tostões.

Isso, junto duma estação balnearia, no minimo é mentira. Não é. E se terá logo a explicação de tudo, porque estamos chegando. Uma taboleta de estrada, com um dedo indicador sem nós arttriticos avisa: "Termas, Hoteis e Sanatorio de Lindoya". O vale fica estreito e fundo. Caramanchões silvestres, tennis, piscina, jasmineros, um ramalhete vivo de edificios, coroado pelo casarão claro do Gloria, o hotel maior. Pouco adiante, numa grimpa, está a igrejinha dêstes sitios, sempre aberta, incapaz de afirmar que esta vida...de Lindoya seja um vale de lagrimas. Ou então, sim, aceitemos as lagrimas, porêm jamais humanas. As lagrimas que este sitio chora são de rocha milagreira, pranto incessante, jórro de cinco feudas, fonte de saúde, hino triunfal, retorno á vida.

E agora, apeados do auto, podemos descobrir a ciencia destas termas, e compreender êstes sitiantes que inda falam em tostões. Um sabor forte, sabiamente conservado de ruralidade, faz de Lindoya as unicas termas fazendeiras que existem no mundo. Há, no entremeio urbano dos hoteis, um gosto de roça, uma paisagem de mato que disfarça bem a civilização. É um balneario sem nenhuma das violencias atormentadoras dos balnearios, sem esportes de competição, sem ultima moda, sem jogatina, é proibido o alcool. Lá em baixo passam calmos, no ziguezague das ladeirinhas de presepe, grupos e pares de brim branco. São os "jacarés" bebendo a agua que o doutor mandou. De dez em dez minutos, cincoenta gramas. De quinze em quinze, cem. Agua sem gosto ruim, bebida nos copos graduados, de asa cômoda, que a gente engancha no dedo feito um anel de saúde.

Já desceu sobre nós o ambiente dêstes sitios. O vento encanado dos vales está churriando no arvoredo. Um ruidinho de agua murmulha, nascido das fontes lá em baixo. "Bom dia, Lindoya", você diz num meio riso suave, já nascido dêste ambiente incomparável, onde a paz não é um silencio, é um murmurio.

Bom, agora você está num dos hoteis, está no Gloria, está no Preferido, está no Catete, na Camara, no Senado. Sem ditaduras nem constituintes. E, dotado apenas dessa Constituição inata de bem-viver, quer se limpar da viagem, muito justo. Pouco perderá da natureza, aliás, porquê já o sol se guardou numas nuvens violentas. O chovedouro, á nossa frente, gorgulha que nem fonte, jorrando nuvem e mais nuvem no ar. Vai chover. E enquanto o banho se prepara, no hotel mesmo, porêm já "da agua azul da fontes radioativas", si você quer barbear, tem barbeiro, si esqueceu alguma coisa em casa, tem bazar, si quer telefonar tem telefone, si quer telegrafar telegrafa, enquanto o automovel foi se esconder do tempo na garage.

A chuva principia e o ar refresca. Os perfumes nascem mais vivos. Logo se generaliza êsse cheiro fecundo, da natureza humedecida e penetra pelas janelas, enquanto a paisagem está cinzada, distraida, por detrás da agua do ar. Os banhistas estão voltando das termas e o hotel se enche de azáfama do almôço. Entre as doze horas e a tardinha, ou nas manhãs futuras pra quem não se obriga a tratamentos severos, é o tempo dos passeios no arredor. Nos terraços vão se emprazando os encontros, se formam grupos de aventura, em busca de fruta e paisagem. Vai-se de charrete, a cavalo, de automovel, vai-se a pé. Os mais alpinistas irão ao Morro Pelado, nas cordas da montanha fronteiriça. Querem atingir a grimpa mais alta da estancia, contemplar outras vertentes e outros vales, irão ver Mogi-Mirim.

*Abaixai-vos, Serra Negra,*
*Quero ver Mogi-Mirim,*
*Quero ver si essa morena*
*Inda se lembra de mim!*

Autor: Campão. Acervo do Hotel Glória de Águas de Lindóia. Reprodução fotográfica: Roberto P.Teixeira.

Irão ao Cruzeiro, atalaia de cidades, donde se enxerga Itapira e talvez Mogi-Mirim distante. Donde se enxerga, em principal, toda essa valaria adoravel de Lindoya, não mais como de manhã, porêm convertida em grandeza, entre arroubos de cenografia teatral, violencia e magnificiente, num xadrez gigantesco de mato, pasto e plantação.

Há também os que desejam ver a gente masgruça de que falou Saint-Hilaire. Vão a Minas, que dista daqui quasi só um vôo de inambú; vão a Monte Sião, onde cachorro entra na igreja.

E assim se passa o mais dificil do tempo nos balnearios, êsse momento curto mas que avança de arrasto: as quatro unicas horas a que a gente chama "dia". Até as doze horas foi manhã. A's dezeseis é a tarde que principia. A chuva, quando vem, vem de encomenda. Já está fazendo um sol molhado pros passeios e pros sitiantes de tostão. São dezeseis horas batidas, e todos tomam o caminho da piscina.

E'possivel uma côr de agua destas, nascida do segrêdo da terra, e não corada pelas anilinas alemãs!... Que Uiara protetora perdeu seus cabelos nesta agua!... E'um azul claro, tremendo em verdes fugitivos, onde o sol quando bate, prateia os nossos olhos com fulgor. Gritos, risadas, tchim-guns sabios e plafs curtos de barrigas infantis que ainda não sabem nadar. E'um delirio de mundo humano se banhando, mundo humano lindo e feio. Gorduras inefaveis duma argentina em busca de rins novos; a palidez morena de sírias com assucar; serenos nadadores de estilo; crianças inda com asinhas mal desaparecidas nas costas de magreza pueril... O sargento nordestino nada de qualquer geito, como um pangaré espalhador. Ingenuo e bom feito um figo maduro, falando com todos, a figura mais simpatica das termas. Há pais, nadando em português de entre Douro e Minho, tomando conta das filhas. Vem a familia sueca, de bom saudar, todos nadam, mesmo o folhote de oito anos, que não tem lingua nehuma pra falar com os companheiros, e é um estilete de prata da cabeça aos pés. Os italianos são muitos, violentos no rubor, nadando feito os já idosos, nadando com beleza os efebos, nos mailots mirabolantes, com letreiros.

Na beira da piscina as mãos aconchegadas em roupas urbanas, fazem crochet, falando mal da filhas das outras mãis. Isso nos aproxima do Brasil outra vez, e se faz um silencio de respeito, quem é? Quem diz que Venus morreu! Mas não morreu, que toda a piscina grita sem querer. E' uma paulista magnifica, das que já extasiavam Schlichthorst, alta e grandiosa como a aurora, chegando tarde pôr direito de honra e primazia. Ou então é uma carioca rindo muito, vistosa como a gloria e apaixonante como um jogo de football. Esta é Venus, oh curupiras, aves, aguas, matos, ventos e balnearios de Lindoya! Esta é a Venus de corpo cheio de côr de terra, perna esguia equilibrando as formas, com uns olhos por cima em que todo o perigo da escuridão se ajuntou! As extremidades longas dos pés e das mãos, não são estéreis e agudas á maneira inglesa não, mas tem, mui longe, a herança negra que as torna roliças e sublimes feito essas carícias que de tão gostosas, mesmo depois de cessadas, inda continuam em nós. E na encrespadura dos cabelos curtos, que o sol timbra num acastanhado oleoso que dá fogo, a gente desejaria afundar...Tchim-gum!... Venus mergulhou. A piscina brinca, bolas, sapos de borracha, mergulhos, efluvios de agua medical que faz bem respirar.

Hora de vida inexistente, o balneario morreu, todos se arranjam pra jantar. O luxo seria ridiculo na civilização fazendeira destas termas, pôrem as camisas se abotoam, desaparecem os vestidos de lavar, e a gravata retoma os seus direitos.

– O que faremos depois do jantar?

Depois do jantar é o momento do deliciosissimo footing na rodovia. Busca-se o poente que, contornado um lombo mais noturno de morro, mostra de sopetão seu fogo-de-artificio sempre inedito. Hora perfeita de conversar viagens, literatura e vaidades; hora de politica, de Bolsa, hora das anedotas suculentas; hora humanissima de mentir os poucos e comentar sem mal o ridiculo alheio; hora enfim de recencear a saúde nova colhida durante o dia azul da agua, e principiar o amor. Há uma lassitude aderente nos balnearios se movendo lerdos. Os casais se dão os braços e as mãos. Algum caso do sai é bom pretexto que aproxima os rapazes das moças. Porquê será que as moças cochicham tanto e riem alto, quando a tarde cai?... Hora do amor inocente, gratuito e sem destino... Amor, amor de todo dia, amor de todo o sempre, enquanto a tarde cai....

Dansa-se pouco em Lindoya, ao som dum quasi-jazz bom ritmador. Dansa-se pouco. Muitos preferem ficar no passeio do ar-livre, na frente do hotel, espiando a hora da lua. A's vinte-e-uma horas há uma fuga rapida até os salões de comer, por causa do chá. E a volta dispersa mais todos, porque o tempo do sono chegou.

Noite. As brisas frageis, trazidas na concha da valaria aquosa, abanam tudo vagarentas. O frescor toma os ares feito uma benção divina. A lua chapeia os dois morros fronteiros, mostrando a graça das lombadas e dos contornos macios, onde os caponetes escuros se intercalam com preguiça ao verde claro do capim. Principia a vigilia das estradas, rodando em silencio e se correspondendo de espaço a espaço em pios de passaros, como guardas-noturnos. O odor perfeito do jasmim toma o ser todo, e escapa do peito o suspiro profundo, grave, que é um resumo dêste idilio incomparavel de Lindoya. E'a paz. E'a paz mais despercebida e initerrupta, acalentada de manso pela cantiguinha eterna da agua azul. E tudo dorme. A terra dorme dorme. A vida dorme dorme, enquanto a lua dormita, chovendo os seus pingos de prata sobre as aguas azuis da piscina. Avé, Lindoya, cheia de graça!... O Senhor é convosco!... Bemdita sois entre as termas, e bemdito é o fruto do vosso ventre, a agua azul!

Lindoya – 934.

# Problemas Sociales en la América Latina Contemporánea (1972 – 1992)

FEDERICO BOLAÑOS

Professor de História na Universidade Nacional Autônoma de México (UNAM)

"Nuestros pueblos no tienen la culpa del subdesarrollo ni de la deuda.
Nuestros pueblos no tienen la culpa de haber sido colonias, neocolonias,
repúblicas bananeras, cafetaleras, mineras o petroleras destinadas
a producir materias primas, productos exóticos,
combustibles a bajo costo, y mano de obra barata".
*Fidel Castro, 1985.*

En la última década América Latina y el Caribe han sido afectados por una marcada recesión económica, caracterizada – entre otros – por un aumento significativo del endeudamiento externo, la disminución del poder adquisitivo de la población y, como consecuencia, la degradación de su calidad de vida. Asimismo un agudo descenso en los precios de las materias primas ha provocado una evolución desfavorable de los términos reales de intercambio, el incremento del desempleo abierto con el consecuente aumento del llamado "mercado negro" de trabajo, la devaluación de las monedas nacionales frente al dólar y otras monedas 'duras', y la inversión del flujo de capitales, lo cual ha determinado que Nuestra América, al igual que otras regiones del Tercer Mundo, se haya convertido paradójicamente en una neta exportadora de riquezas, ver Tabla 1.

A ello ha de añadirse la llegada de grandes capitales especulativos provenientes del exterior, los que amparados bajo la denominación de inversión extranjera, han incidido fuertemente en el fortalecimiento aparente de las Bolsas latinoamericanas, pero que – tal y como se demostró en México – son capitales volátiles que al primer síntoma de inseguridad desaparecen del escenario económico, obligando a los bancos centrales a apoyar con fuertes sumas de capital nacional a las débiles y oportunistas Bolsas de Valores, para evitar una caída definitiva que pudiera dar pie a una crisis generalizada, que se anuncia desde tiempo atrás pero que aún no se ha presentado debido precisamente a estas medidas de "emergencia", las que sólo reportan beneficios a los grandes capitales internacionales y nacionales y ningún beneficio a los pueblos.

Tabla 1 – transferencia neta de recursos latinoamericanos
1973 – 1988 (Miles de millones de dólares)
Fuente: CEPAL/PLUMA, 1980:27)

| Año | (1) Ingresos netos de capitales | (2) Pagos netos de utilidades e intereses | Transferencia de recursos =(1)-(2) |
|---|---|---|---|
| 1973 | 7,9 | 4,2 | 3,7 |
| 1974 | 11,4 | 5,0 | 6,4 |
| 1975 | 14,3 | 5,6 | 8,7 |
| 1976 | 17,9 | 6,8 | 11,1 |
| 1977 | 17,2 | 8,2 | 9,0 |
| 1978 | 26,2 | 10,2 | 16,0 |
| 1979 | 29,1 | 13,6 | 15,5 |
| 1980 | 29,7 | 18,1 | 11,6 |
| 1981 | 37,6 | 27,2 | 10,4 |
| 1982 | 20,2 | 38,8 | -18.6 |
| 1983 | 2,9 | 34,4 | -31,5 |
| 1984 | 10,3 | 37,0 | -26,7 |
| 1985 | 2,2 | 35,0 | -32,8 |
| 1986 | 8,3 | 31,9 | -23,6 |
| 1987 | 9,0 | 30,4 | -21,4 |
| 1988 | 4,3 | 33,2 | -28,9 |

Ello, aunado a la fuga de capitales de inversionistas nacionales "preocupados" por el futuro de su dinero, y a la fuga del capital solicitado "en préstamo" a la banca internacional, ha generado una fuerte descapitalización en casi todos los países de la región.

El gobierno de los Estados Unidos calcula que el monto total de la fuga de capitales de América Latina equivale a más de la mitad de la deuda externa de las principales naciones de la región (México y Brasil incluídos). De acuerdo con diversos análisis del incremento del endeudamiento mexicano, entre un 38% y un 53% de la deuda acumulada entre 1977 y 1982 terminó por financiar la fuga de capitales. En los años en que fueron más fuertes los préstamos a México, particulares mexicanos depositaron en bancos estadounidenses el equivalente al 70% del total de los préstamos otorgados al país (BOLAÑOS, 1992a:74).

El Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) señaló en 1991: "Existen enormes diferencias entre las estimaciones de la magnitud de la fuga de capitales debido a la inherente dificultad de su medición. Sin embargo en México, Argentina y Venezuela han vuelto a salir capitales por el equivalente a por lo menos *la mitad del monto de todos los prestamos contraidos* durante los últimos 15 años" (PNUD, 1991:116).

La consecuencia de todo ello constituye un círculo vicioso, dentro del cual los gobiernos esperan la llegada de la inversión extranjera para promover el desarrollo que permita fortalecer la economía interna, pero la inversión, que llega al país, no se dirige hacia las ramas de

la producción de bienes de consumo o de bienes de capital, sino que se constituye como un capital especulativo o bien un capital invertido en las llamadas Zonas Procesadoras para la Exportación (ZPE), en donde campea la industria maquiladora, tan volátil como el capital que se maneja en las Bolsas de Valores, y en donde si bien de momento pareciera que el empleo que ofrecen ayudaría realmente a promover el desarrollo económico del país, con el tiempo los gobiernos están aprendiendo – o debieran hacerlo – que el empleo en las maquiladoras causa más problemas sociales, y por lo tanto más gastos, que los beneficios que teóricamente se obtendrían por este medio.

El caso de la industria maquiladora de la frontera norte de México con los Estados Unidos es un ejemplo aleccionador para toda el área, y demuestra una vez más la falta de visión y de conocimiento de los gobiernos nacionales, tanto de los problemas a que nos enfrentamos hoy en día, como de las formas idóneas de resolverlos para beneficio del país en cuestión, y no para el de la inversión extranjera.

Todo ello se da en el marco de una corrupción gubernamental generalizada: "aunque la corrupción es una práctica que se encuentra en todos los niveles de la política latinoamericana, son los que se encuentran en la cúspide los que dan la pauta y se llevan la parte del león" (LITTLE, 1993:12), mediante la cual los generosos o escasos recursos producidos por los pueblos latinoamericanos con su trabajo, son utilizados por las clases gobernantes para un enriquecimiento que se vislumbra como enfermizo, en una competencia feroz entre los ricos del área por ser "el más rico", sin importar de dónde provenga tal riqueza ni los medios para obtenerla.

De este modo la privatización de industrias estatales que ha permeado "el saneamiento de las economías latinoamericanas" en la última década, habrá generado inmensas fortunas entre los propios "vendedores oficiales" de las mismas y entre inversionistas extranjeros oportunistas que han visto complacidos cómo se les entregaban importantes sectores de las economías latinoamericanas a precios de verdadera oferta.

A ello hay que añadir el fuerte impacto cultural – sobre todo entre los jóvenes – debido a la llegada masiva de filiales corporativas estadounidenses y a los productos que ofrecen de la llamada "industria cultural" (BOLAÑOS, 1995).

Las consecuencias sociales de esta situación son aparentes, en términos generales los gobiernos han sido incapaces de enfrentar ambos problemas:

- por una parte, mantener un mínimo de bienestar social, lo que es cada vez más difícil debido al acelerado crecimiento poblacional propiciado y sostenido por la miseria
- por otra, el cumplimiento de sus compromisos externos con los acreedores.

De tal manera que la decisión final ha sido pagar la deuda a costa de los pueblos latinoamericanos, es decir, reducir el gasto social y la inversión en alimentación, salud, educación y otros aspectos del desarrollo, con tal de disponer de los recursos suficientes para realizar los pagos con cierta puntualidad. Entre tanto ambos conjuntos de recursos: ambientales y humanos – base real de un posible desarrollo a futuro – se degradan o se pierden a una tasa nunca antes vista en la historia de nuestro continente, arrojando a millones hacia la miseria y la pobreza absoluta, lo que se observa en la Tabla 2.

(Tablas 2 y 3 elaboradas por el autor a partir de datos contenidos en: UNICEF, 1994:84-5; BANCO MUNDIAL, 1993:290-1; PNUD, 1992:380-1; CEPAL, 1993:23)

TABLA2 – INDICADORES SOCIALES EN LA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE ENTRE 1970 Y 1992

| | |
|---|---|
| Millones de personas en condiciones de pobreza (1970): | 112 |
| • De los cuales en la población urbana: | 41 |
| • De los cuales en la población rural: | 71 |
| Millones de personas indigentes (pobreza absoluta) (1970): | 60 |
| • De los cuales en la población urbana: | 20 |
| • De los cuales en la población rural: | 40 |
| Millones de personas en condiciones de pobreza (1986): | 250 |
| • Como porcentaje de la población total: | 61 |
| Millones de personas en condiciones de pobreza (1990): | 270 |
| • Como porcentaje de la población total: | 62 |
| Población urbana por debajo del nivel de la pobreza absoluta (1992): | |
| • en %: | 18 |
| • en millones de personas: | 60.1 |
| Población rural por debajo del nivel de la pobreza absoluta (1992): | |
| • en %: | 49 |
| • en millones de personas: | 60.6 |
| TOTAL de la población que vive en la pobreza absoluta | |
| expresado en millones de personas para 1992: | 120.7 |
| • Como porcentaje del total de la población en 1992 | 26.4 |
| Gasto de los gobiernos en salud (%) | 6 |
| Gasto de los gobiernos en educación (%) | 9 |
| Gasto de los gobiernos en defensa (%) | 5 |

Las cifras por sí mismas hablan con elocuencia de cuáles son las verdaderas condiciones en que se encuentra Nuestra América y debieran dar a los gobernantes la pauta para imprimir un giro importante en sus políticas de desarrollo con vistas a restablecer la economía de la región.

Ingenuamente o intencionalmente, Nuestra América se encuentra sumergida hoy en día en una vorágine de participación en acuerdos comerciales, los que supuestamente la sacarán finalmente del estancamiento en que se encuentra, ¡nada más alejado de la verdad!, la estructuración de grandes bloques comerciales en la región corresponde no a la tan esperada unión panamericana bolivariana frente a los Estados Unidos, sino más bien, a la conformación dócil y segura de un mercado cautivo de consumidores que pueda paliar la debilitada economía estadounidense frente a sus poderosos oponentes europeo y nipón.

Pretender que el abrir nuestras fronteras a un libre comercio transamericano ha de resolver la actual crisis generalizada de la región, no demuestra sino una limitada – por no decir pobre – visión de lo que sucede en la América Latina contemporánea.

Creer racionalmente que el MERCOSUR constituye un tratado mediante el cual los pueblos argentino, brasileño, paraguayo y uruguayo

Tabla 3 – Indicadores económicos básicos en 1992

| | |
|---|---|
| Producto Nacional Bruto (PNB) per cápita (dólares)*: | 2.345,00 |
| Proporción del ingreso total obtenido por el 40% de los hogares de más bajo nivel económico: | 10 |
| Proporción del ingreso total obtenido por el 20% de los hogares de más alto nivel económico: | 61 |
| Tasa anual del crecimiento del PNB per cápita 1965-80 (%): | 4.1 |
| Tasa anual del crecimiento del PNB per cápita 1980-92 (%): | 0.2 |
| Tasa anual de inflación (%): | 211 |
| Ayuda Oficial al Desarrollo (millones de dólares) en 1992: | 4.283 |
| Servicio de la deuda en relación con las exportaciones en 1970 (%): | 14 |
| Servicio de la deuda en relación con las exportaciones en 1991 (%): | 22 |
| Deuda TOTAL como porcentaje de: | |
| • exportación de bienes y servicios en 1980: | 164.9 |
| • exportación de bienes y servicios en 1991: | 374.9 |
| • el producto regional bruto (PRB) en 1980: | 45.4 |
| • el producto regional bruto (PRB) en 1991: | 67.9 |

* (cifra que demuestra lo inoperante del PNB como una evaluación del estado real de la sociedad latinoamericana).

se verán favorecidos, es desconocer por completo las condiciones que equilibran la balanza comercial planetaria, el MERCOSUR, como el Tratado de Libre Comercio (TLC) entre los Estados Unidos, Canadá y México, NO SON acuerdos inter-Nación-ales que favorezcan a los pueblos de las partes signatarias, por ello han sido propuestos, negociados y firmados no por la colectividad de sus partes integrantes, sino en forma casi exclusiva por los dirigentes de esos países, incluso con una gran reacción popular en contra, como fue el caso en los Estados Unidos.

Jerry Brown, ex-Gobernador del estado de California y ex-precandidato demócrata a la presidencia de los Estados Unidos dice: "El Tratado de Libre Comercio entre México y Estados Unidos fue pactado prácticamente en secreto por los grandes intereses financieros estadounidenses y la "élite tecnocrática mexicana" (ARMENDARES, 1992a). Todos estos acuerdos, constituyen negociaciones intrafirma e interfirma entre las grandes Corporaciones Multinacionales de los Estados Unidos y sus filiales, en un afán por poner una barrera a la eficiente y novedosa invasión en el continente de productos japonenses y europeos de calidad, lo que ha ocasionado a todas ellas importantes reducciones de sus ganancias en los últimos años.

El mismo Brown añade: "es esa misma gente 'cegada por las ganancias (personales)' y el pensamiento corporativo, la que impulsó y redactó el TLC." el cual considera un 'ardid' antidemocrático para beneficiar a las corporaciones multinacionales (Idem).

De acuerdo con el análisis que la revista *Fortune* realiza cada año del estado de las 500 Corporaciones Industriales más grandes del mundo, 1992 fue uno más de los años que demostraron, a través de la caída de las ventas de

estos colosos, la grave crisis por la que atraviesa la economía mundial y en la cual América Latina está profundamente inmersa; 125 de las 500 empresas tuvieron pérdidas en 1992, 77 las habían tenido en 1991 y 34 en 1990.

En cuanto a las compañías estadounidenses de la lista, 60 de 161 (37.26%) perdieron dinero, la más grande de todas: General Motors, fabricante de armamento y equipo de transporte urbano entre otras cosas, tuvo pérdidas por 23.500 millones de dólares (mdd), seguida por Ford Motor, de la misma línea productiva que la anterior con 7.400 mdd, y por International Bussines Machine (IBM) con 5.000 mdd en pérdidas (HELD, 1993:188-9). Estas tres compañías habían sido también las grandes perdedoras de 1991 con 4.500, 2.300 y 2.800 mdd respectivamente.

Pero eso no es todo, la orgullosa banca de los Estados Unidos que en los años setenta era la principal acreedora de América Latina, y probablemente del mundo, y que para 1980 todavía mantenía la hegemonía con sus dos principales bancos a la cabeza de los 100 bancos más grandes del mundo: Citicorp (1º) y Bank America Corp. (2º), se vió fuertemente desplazada en 1986 cayendo Citicorp al lugar número seis de la lista y Bank America al lugar número 24 (HELD, 1992:53); para diciembre de 1992, Citicorp había sido desplazado de entre los 25 principales bancos del mundo y Bank America se colocaba en el lugar número 25 haciendo un regreso importante de la posición número 30 que ocupó el año anterior.

Esto ha llevado a los Estados Unidos a una reducción aparente en su liderazgo mundial, ya que de acuerdo con el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) los 10 países de mayor desarrollo humano son: Japón, Canadá, Noruega, Suiza, Suecia, Estados Unidos (6º), Australia, Francia, Países Bajos, y el Reino Unido (PNUD, 1993:16).

Es decir, que la situación estadounidense no es la misma de otros años, dentro de este país el número de pobres constituye ya una elevada proporción de su población y la desintegración social y moral va en aumento (BOLAÑOS, 1992b:102-5).

Necesitan revitalizar su economía si quieren paliar, o tal vez resolver, sus agudos problemas sociales, por ello requieren de nuevos mercados para sus productos, los cuales son generados en cantidad exagerada en relación con el número actual de compradores potenciales en su territorio, y son de una calidad cada vez más dudosa. América Latina que durante décadas fue considerada solamente como una inmensa bodega de recursos naturales, un gran basurero y el cabaret tropical más grande del mundo para su actividad turística, aparece ahora ante sus ojos como el mercado natural más importante para ayudarlos a salir de la fuerte crisis en que se encuentran.

Las cifras hablan por sí mismas, en 1987 las exportaciones de los Estados Unidos hacia nuestro continente representaron 12,3% del total, es decir, aproximadamente 30.750 mdd; para 1992 – en plenas negociaciones del TLC, del MERCOSUR y de una artificial revitalización del *Acuerdo de Cartagena* – sus exportaciones hacia Nuestra América se incrementaron a 14.6%, representando un total de 65.262 mdd para ese año (NORTON, 1993:63-4), lo que constituye un incremento total, en cinco años, de 34.512 mdd, es decir, un 22,4% anual, aunque en realidad el incremento ha sido mayor en los tres últimos años a raíz del inicio de las negociaciones.

Es obvio que los beneficiarios inmediatos de estos acuerdos son los grandes capitales estadounidenses y sus socios comerciales y financieros, no así la clase trabajadora de estas naciones, ya que como señaló recientemente la Organización Internacional del Trabajo (OIT) "700 mil trabajadores calificados de 24 países

industrializados perdieron su empleo por la 'huída' de las grandes empresas hacia los países en desarrollo, donde los costos de producción son más baratos" (LA JORNADA, 1994).

¿Será pósible que los gobiernos de Nuestra América crean con honestidad y objetividad histórica, que la participación en grandes bloques comerciales corporativos, resuelva los apremiantes problemas económicos y sociales de sus respectivos países?

Hace 25 años, América Latina (y con ella el Tercer Mundo) cayó en la trampa que en aquel entonces le tendieron las grandes Corporaciones Multinacionales Bancarias (CMB) de los Estados Unidos. Necesitábamos, como la mayoría de los Países Sub Desarrollados (PSD), de recursos financieros suficientes para optar al desarrollo económico y social, requeríamos de fondos para: construir carreteras, presas y acueductos, aumentar la producción agrícola e industrial y tratar de reducir la pobreza, invirtiendo en la alimentación, el cuidado de la salud, la educación básica, media y superior, el empleo y el desarrollo urbano.

Los gobiernos requerían de capital, y las CMB se los ofrecieron estableciendo las mejores condiciones posibles, el escenario ofrecido no podía ser mejor:

- los PSD crecían a un ritmo sostenido;
- los precios mundiales de las materias primas aumentaban constantemente (minerales y productos agrícolas);
- los banqueros de los Países Desarrollados (PD) tenían las arcas repletas del dinero de la OPEP y querían ponerlo a trabajar;
- las tasas reales de interés eran bajas e incluso negativas hacia el fin del decenio de los años setenta;
- los gobiernos de los PD redujeron sus flujos de capital;
- los bancos comerciales *no* imponían restricciones.

Y aunque los bancos comerciales tenían tasas de interés más altas que las del Fondo Monetario Internacional (FMI) o que las del Banco Mundial (BM), y plazos más cortos de vencimiento, el Tercer Mundo (TM), desprovisto de una visión histórica más amplia, carente de analistas de las tendencias a futuro de la situación internacional, o bien ignorando a sus "inteligencias" nacionales, pidieron prestado.

Actualmente más de la mitad de la deuda total a largo plazo de los PSD más endeudados, corresponde a acreedores privados. Respecto a la deuda total de todos los PSD, la proporción es de la tercera parte.

No bien se habían concedido los préstamos, la situación empezó a cambiar "rápidamente". Los precios del petróleo que se habían incrementado en el período 1973-74 llenando las arcas de las CMB, se volvieron a disparar en el período 1979-80. Esto afectó a todos los PSD importadores de petróleo desbalanceando el frágil equilibrio recién logrado con base en los préstamos; posteriormente:

- cayeron drásticamente los precios, afectando a los grandes deudores de entre los PSD productores de petróleo, especialmente a México;
- durante todo el decenio de los años ochenta se redujeron constantemente los precios de las materias primas. En parte debido a la sustitución de fibras agrícolas por polímeros plásticos, de metales por cerámicas y otros materiales compuestos o bien por otros metales, de ciertos productos agrícolas por otros, y también debido al proteccionismo agrícola de la CEE y de los EU, y a la saturación de existencias en bodega de algunas materias primas "estratégicas";
- las exportaciones se redujeron drásticamente y los ingresos de divisas fuertes se aminoraron de manera importante, afectando sobre todo a aquellas economías sustentadas en la exportación de un único mineral o monocultivo agrícola;

• los términos reales de intercambio – es decir, el poder adquisitivo de sus exportaciones en relación con el costo de sus importaciones (principalmente de las manufacturas) – se deterioraron aún más. Hoy en día se requieren 7 TM de azúcar para poder adquirir un tractor, en los años 70 se requerían solamente 2 TM de azúcar;

• finalmente, en otoño de 1979, EU adoptó una estricta política monetaria tratando de detener la inflación y la corriente de capitales hacia el exterior.

Estas medidas – adoptadas también por otros PD – elevaron los tipos reales de interés a niveles nunca antes vistos, y la deuda del Tercer Mundo (TM) se incrementó de manera astronómica provocando el inicio de la crisis de la deuda.

Desde 1982, cuando México puso en claro las proporciones de la crisis al anunciar que no podía seguir realizando el pago de los intereses, los PSD han visto aumentar sus obligaciones en 500 000 mdd.

Para fines de 1988 su deuda colectiva total sumaba ya 1,3 billones de dólares y para 1992, 1,43 billones de dólares (BROWN, 1993:82), es decir, que en vez de aliviarse la carga y la crisis de la deuda, ambas han empeorado de manera constante; en el caso de México, la deuda externa total (privada y pública) que en 1980 se elevaba a $57.378 mdd. había alcanzado en 1991 $101.737 mdd (8:285), es decir un incremento en 11 años del 77.31%.

Lo que parecía ser la panacea para nuestras debilitadas economías, se convirtió en un campo de arenas movedizas en el cual nos hundimos cada vez más, asfixiados por una deuda impagable que se desarrolló básicamente – con la magnitud actual – en el período de referencia. ¿Será acaso posible que nuestros gobernantes ignorando las enseñanzas de la Historia y desoyendo la voz de sus universidades vuelvan a caer en la trampa?

En el mensaje que el presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari leyó a la nación el 12 de agosto de 1992 con motivo del TLC señaló:

"con el Tratado aseguraremos un acceso amplio y permanente de nuestros productos al gran mercado de América del Norte, que tiene más de 360 millones de personas. Esto es muy importante porque nuestras empresas podrán aprovechar las ventajas que se derivan del tamaño que tiene este gran mercado" (SECOFI, 1992:5).

El mismo tipo de discurso se ha escuchado a través de toda la América Latina en el cual los presidentes exhortan a sus pueblos a constituir un grande y único mercado latinoamericano de más de 450 millones de personas, pero ¿es que acaso no saben los líderes de nuestro continente que Nuestra América es un territorio devastado por la pobreza?

¿Es que realmente creen que todos estos latinoamericanos estarán en condiciones económicas de adquirir los productos que la industria y el campo estadounidense y canadiense ofrecen?, ¿es que acaso ignoran que una gran parte de los bienes de consumo latinoamericanos y de los servicios, e incluso de los alimentos, son producidos en nuestros propios países por los miles de filiales corporativas estadounidenses, japonesas y europeas? ¿o acaso pretenden que tan sólo con la firma de los diferentes acuerdos comerciales se eliminarán las condiciones sociales en que vivimos, entre las que destaca de manera prioritaria el desempleo, generador de pobreza y malestar político?

De acuerdo con el PNUD: "La mejor estimación que se puede hacer con la información disponible muestra que en 1986 cerca de 250 millones de personas se encontraban en condiciones de pobreza, esto es, 61% del total de los habitantes de América Latina. Se calcula que su número aumentó a 270 millones en 1990, 62% en términos porcentuales".

¿Acaso podemos omitir estas cifras y los problemas sociales que las mismas representan?, ¿seguiremos caminando a ciegas guiándonos por la falsa voz amiga de nuestros acreedores?, ¿es que nunca aprenderán los gobernantes latinoamericanos que no se puede confiar en quien solamente nos ve como a una presa?, ¿es que acaso no tenemos los conocimientos, la capacidad, la experiencia histórica, los científicos, humanistas y técnicos suficientemente preparados que nos guíen por el sendero de un destino propio?

La persistencia de la pobreza masiva bloquea la salida hacia un desarrollo humano sostenible y exige acciones de la máxima prioridad y profundidad, congruentes con la magnitud del problema.

De acuerdo con un último reporte del World Watch Institute: "durante los años ochenta se registraron incrementos no sólo en el número absoluto de gente pobre en el Africa sub-Sahariana, el Medio Oriente, el norte de Africa y América Latina, sino también en la proporción de la población que es pobre. Más aún, en ambos, el Africa sub-Sahariana y la América Latina, la pobreza se profundizó durante la década", ello significa que los pobres cayeron incluso por debajo de la línea de pobreza.

Por supuesto como adición a ello, "las tendencias de los años sesentas y setentas hacia tasas sostenibles de mejoramiento social fueron revertidas" (GONZÁLEZ, 1990:65). La gravedad de la situación no permite ya el empleo de medidas asistenciales paliativas. Es necesario aplicar una terapia integral económica y social de urgencia.

Ni el crecimiento económico ni la democracia podrán consolidarse mientras la mitad pobre de la población permanezca excluida de la actividad productiva y de la participación política, por falta de capacitación y de oportunidades para integrarse a la vida social.

No es sólo una injusticia, es también un gran despilfarro, especialmente en el caso de la población pobre más joven, pues en definitiva, se está produciendo una subutilización y una pérdida de calidad de los recursos humanos nacionales.

Una de las diferencias fundamentales entre los recursos naturales y los recursos sociales (humanos) radica en que los primeros se agotan o degradan en la medida en que se utilizan de modo no sustentable, mientras que los segundos se pierden sólo en la medida en que no se emplean o ésto se hace de forma improductiva. En este sentido, no podrá haber un futuro de prosperidad y equidad para las Américas, mientras la mayoría de sus niños sigan postergados en la pobreza y se vean privados de sus derechos humanos más fundamentales.

No debemos olvidar que durante el decenio de 1990 nacerá en América Latina y el Caribe la generación más numerosa hasta ahora: más de 13 millones anuales de nacimientos. Su destino se decidirá en los próximos años. Pueden ser la primera generación del cambio en el tránsito al nuevo mundo del siglo XXI, o convertirse en la última generación perdida del siglo XX. Para ellos no habrá otra oportunidad.

No obstante, los cimientos de la equidad se construyen en los primeros años de vida, pues en este período crucial se forja el potencial físico y mental de cada persona. Si entonces no se accede, en condiciones de igualdad, a los niveles básicos de bienestar, en especial de alimentación, educación y salud, el retraso será ya muy difícil y costoso de recuperar.

Junto a las políticas sociales preventivas para promover el desarrollo de la nueva generación de los años noventa, será necesario aplicar políticas de rehabilitación de la mayoría pobre de los menores de 18 años, que han sido las principales víctimas de la crisis de la pasada década.

TABLA 4 – LA DEUDA EXTERNA DE AMÉRICA LATINA EN 1991 (DEUDA EXTERNA TOTAL COMO PORCENTAJE DE: EXPORTACIONES DE BIENES PNB Y SERVICIOS; FUENTE: BANCO MUNDIAL, 1993:290-1)

| País | 1980 | 1991 | 1980 | 1991 |
|---|---|---|---|---|
| | % | % | % | % |
| Argentina | 242.4 | 433.0 | 48.4 | 49.2 |
| Bolivia | 258.2 | 432.4 | 93.3 | 85.3 |
| Brasil | 305.2 | 324.9 | 31.3 | 28.8 |
| Colombia | 117.1 | 167.7 | 20.9 | 43.5 |
| Costa Rica | 225.2 | 177.8 | 59.7 | 74.9 |
| Chile | 192.5 | 153.5 | 45.5 | 60.7 |
| Ecuador | 201.6 | 362.7 | 53.8 | 114.5 |
| El Salvador | 71.1 | 155.4 | 26.2 | 37.4 |
| Guatemala | 63.6 | 142.9 | 14.9 | 29.5 |
| Haití | 72.9 | 186.5 | 20.9 | 28.8 |
| Honduras | 152.0 | 330.8 | 60.5 | 113.8 |
| Jamaica | 129.3 | 186.3 | 78.3 | 134.9 |
| México | 259.2 | 224.1 | 30.5 | 36.9 |
| Nicaragua | 423.4 | 2, 917.8 | 108.5 | 153.5 |
| Panamá | 38.4 | 106.4 | 87.5 | 130.1 |
| Paraguay | 121.9 | 125.7 | 20.7 | 35.0 |
| Perú | 194.2 | 483.6 | 47.6 | 44.3 |
| R. Dominicana | 133.8 | 193.1 | 31.2 | 65.7 |
| TrinidadTobago | 24.6 | 105.4 | 14.0 | 48.2 |
| Uruguay | 104.1 | 175.3 | 17.0 | 45.3 |
| Venezuela | 132.0 | 187.0 | 42.1 | 65.3 |
| Totales: | 3, 462.7 | 7, 872.3 | 952.8 | 1, 425.6 |
| Prom.21 países | 164.9 | 374.9 | 45.4 | 67.9 |
| sin Nicaragua | | 247.7 | | |

Durante el presente decenio, cerca de 100 millones de niños entrarán en edad laboral. Muchos de ellos estarán escasamente dotados – en términos de salud, educación y formación profesional – para acceder a un empleo productivo suficientemente remunerado que pueda contribuir a mejorar el bienestar familiar.

Afortunadamente, existe un amplio consenso en toda la región sobre la necesidad de que la transformación productiva para lograr una mayor eficiencia económica se integre, de forma simultánea, con una reducción de la pobreza para promover la igualdad de oportunidades. Sin embargo, hasta ahora, las expectativas laborales para los jóvenes distan mucho de ser promisorias; de acuerdo con la OIT, el desempleo sigue entronizado en las zonas urbanas en donde se ha estabilizado por encima del 8%

después de haber alcanzado 10.1% en 1985, y precisamente las tasas más elevadas afectan a los jóvenes y en especial a las mujeres.

Lo que más preocupa sin embargo, es la pérdida de valor de los salarios: "entre 1980 y 1990, el salario medio de la industria se redujo en 17.5% y el salario mínimo medio en 35%. De hecho los salarios han bajado, cualquiera que sea el indicador utilizado (...) en México el salario mínimo perdió en 1991, el 40% de su valor de 1980" (BROWN, 1990:139).

Es indiscutible que el mayor problema económico de América Latina es su endeudamiento externo, ya que como señala González Casanova: "los gobiernos de América Latina han convertido el pago de la deuda en el centro de la política económica oficial y estatal. Para ellos el arte de gobernar consiste en el arte de cumplir con los acreedores, de hacer que los pueblos acepten las políticas de los acreedores, y de presentar el discurso de los acreedores como un discurso propio", baste una revisión rápida de la Tabla 4 para comprender la situación real por la que atravesamos respecto a la deuda, a la vez que se destaca la imposibilidad de su pago:

Para Miguel Wionczek: "no hay esperanza de que la América Latina salga de la recesión mientras no deje de transferir sus recursos al exterior (...) la fuente principal de recursos para servir la deuda ha sido el superávit comercial obtenido en virtud de la contracción de las importaciones" (WIONCZEK, 1987:311).

Con nuestra participación en los grandes bloques comerciales de 'frontera abierta', México se ha visto inundado por un torrente de productos industriales y agrícolas estadounidenses, ello junto con la importación abierta de equipos eléctricos y electrónicos (computadoras, videocaseteras, lectores de videodiscos lasers y de discos compactos, refrigeradores, lámparas, etc.), nuestras importaciones se han agigantado y nuestro déficit comercial crece constantemente día con día, ¿de dónde sacaremos ahora los recursos para el pago de la deuda?

Se nos dijo que el TLC incrementaría el empleo, de acuerdo con un análisis realizado en 1992 en los Estados Unidos: "el incremento en el empleo en México entre 1992 y el año 2000, como resultado de la Inversión Extranjera Directa se calcula entre 400 mil y 680 mil puestos de trabajo", esta parte de la investigación parece ser la única que se les informó a nuestros gobernantes, sin embargo, los resultados no culminaban allí... "Por otra parte, se espera que el TLC genere entre 800 mil a dos millones de desempleados en el 'sector agrícola' como resultado de la desaparición de barreras arancelarias a los productores estadounidenses de maíz, desempleo que pudiera ser demasiado grande para ser absorbido por la IED" (SAUVANT, 1993:49), esto es lo que no se nos informó, ni tampoco se les comentó a los agricultores, de tal manera que a la vez que agravamos nuestro desbalance comercial incrementando nuestras importaciones, lanzamos a cientos de miles de campesinos, millones si contamos a sus familias, fuera del campo de donde obtenían un magro sustento.

¿A dónde cree el gobierno que irán estos campesinos?, seguramente se dirigirán a engrosar las filas de la miseria urbana, y esto no resuelve, sino por el contrario, incrementa la problemática de México, en aras de una modernización mal estructurada. Y lo mismo sucede en el resto de América Latina con la continua llegada de las filiales corporativas, que se convierten en fuertes polos de atracción laboral y desarrollo urbano.

En los 20 años que transcurrieron desde 1972 a 1992, muchas cosas cambiaron en la región: vimos el regreso de gobiernos democráticos en aquellos países en donde la bota militar había ejercido el poder político con extrema violencia y desprecio por los más elementales

derechos humanos; constatamos en la esfera internacional un cambio de poder financiero y comercial, en el cual los japoneses y los europeos incrementaron su presencia en el área, a niveles de tal peligrosidad para los intereses de los Estados Unidos que éstos se han visto precisados a establecer "grandes bloques comerciales panamericanos"; observamos con interés el derrumbamiento del socialismo este-europeo y soviético, y hemos presenciado el avorazamiento de las corporaciones estadounidenses sobre los despojos sociales del comunismo y sobre sus inmensos recursos naturales; hemos visto talar sin medida la selva Amazónica; presenciamos actualmente la desintegración de la ozonósfera, primero en la Antártida y sobre la punta sur del continente, y ahora también sobre el ártico y el hemisferio norte, desde Canadá hasta el Caribe; estamos inmersos en un cambio climático sin precedentes en tiempos históricos hacia un calentamiento que parece no tener fin; hemos presenciado cómo los jóvenes abandonan nuestras tradiciones culturales para asumir las del imperio cultural estadounidense, en una carrera desenfrenada hacia la muerte intelectual y moral del llamado "tesoro del porvenir"; estamos inmersos en una epidemia de enfermedades transmitidas sexualmente que pone en peligro, tal vez, el futuro mismo de la civilización.

Hemos advertido también importantes cambios democráticos, aunque éstos han ido acompañados de un fuerte endurecimiento de los gobiernos en otras áreas del acontecer social, en las palabras de Agustín Cueva: "En la década de los años ochenta hemos conseguido avanzar en dirección de la democracia política, pero hemos retrocedido en otros tres campos: hoy tenemos menos soberanía nacional, menos desarrollo económico, mucho menos justicia social que hace diez años" (CUEVA, 1991:111). ¿Podemos considerar todo ello como un avance?

En todo caso sí tenemos claro lo que no ha cambiado en Nuestra América: la miseria se ha incrementado, la desnutrición campea en nuestros países, la salud de nuestros pueblos está muy deteriorada, el desempleo es una realidad creciente, el abandono de un campo empobrecido lleva grandes corrientes de migrantes hacia las ciudades capitales, los tugurios han crecido en número y extensión, la criminalidad se antoja Holywoodesca, la drogadicción y la producción de droga para "el gran mercado estadounidense" es una realidad trágica de nuestros países, la prostitución infantil rara hace 20 años es hoy un hecho incontrovertible, la contaminación ambiental de nuestras ciudades nos coloca por fin – triste realidad – en los primeros lugares a nivel mundial, la población sigue creciendo como una respuesta al hambre; la corrupción es tal vez la más "difundida" de las instituciones latinoamericanas; los Estados Unidos han vuelto a ejercer el "gran garrote" contra Granada, contra Panamá, contra todo aquel que se oponga a los grandes intereses estadounidenses, los que de acuerdo con Norman Myers están por encima de la opinión y de los intereses de los demas países del continente y del mundo (BOLAÑOS, 1993:69-71).

Nuestras naciones se han vuelto grandes receptoras de desechos industriales tóxicos provenientes de los Estados Unidos y (en el caso mexicano) recientemente de Europa, hemos visto en esos 20 años a nuestros pescadores y sus familias convertirse en sirvientes del turismo extranjero en playas – antaño nuestras – y que hoy no podemos profanar con nuestro humilde pie desnudo; hemos sido testigos de que la unión y no la división hace la fuerza: el pueblo cubano nos ha dado lecciones de fortaleza extrema frente a la agresión estadounidense; hemos contemplado la huída de nuestros mejores jóvenes en busca de oportunidades de empleo hacia latitudes menos tropicales, la fuga de cerebros

latinoamericanos permea a nuestras Universidades y agiganta nuestra dependencia científico – tecnológica, la lista parece interminable.

En lo político hemos logrado un poco, en lo social hemos perdido lo poco que nos quedaba.

El panorama se antoja desolador y no obstante, a fuerza de vivirlo y comprenderlo, de conocerlo y valorizarlo, de percibir a profundidad nuestra propia fuerza, estamos seguros de que podemos y debemos salir adelante; la decadencia moral y social de los Estados Unidos se presenta como una oportunidad histórica única para aprovecharla como una coyuntura que nos aproxime a la resolución de la problemática latinoamericana.

No es una tarea fácil ni rápida, pero tenemos la capacidad, los recursos, la juventud, los conocimientos, y el deseo enorme de darnos finalmente un destino americano propio, endógeno, engendrado en nuestra explotación histórica y en nuestro dolor autóctono, nutrido por las contiendas de siglos y por los triunfos inobjetables de nuestros pueblos frente a la milicia extranjera.

Hoy en día la lucha deberá darse en un frente más amplio, más allá de las batallas militares, en esa inmensa cotidianeidad que abarca la geografía extensa de Nuestra América, y en la cual sobreviven cientos de millones de latinoamericanos esperando el momento de ocupar un lugar, digno e independiente, en el panorama internacional.

"América Latina – dice Ruy Mauro Marini – tiene que promover la creación de un espacio económico más amplio, capaz de adecuarse a los requerimientos derivados de las modernas tecnologías de producción, [...el cual] supone la construcción de una nueva economía, basada en la incorporación de amplios contingentes de población al trabajo y al consumo, mediante una correcta asignación de las inversiones, una verdadera revolución educativa, la supresión de las elevadas tasas de superexplotación del trabajo y, por ende, una mejor distribución del ingreso" (MAURO, 1993:56).

Ojalá que en estas nuevas condiciones de desarrollo económico y social – las que deberán sustentarse a su vez en una substancial lucha política – tengamos la madurez necesaria para reconocer que los elementos sociales más importantes a ser tomados en cuenta en la hora del cambio son precisamente, los niños y los jóvenes de la América Latina.

Febrero de 1998.

## Bibliografia


ARMENDARES, P. 1992 "El TLC, ardid antidemocrático que favorece a trasnacionales". *La Jornada*. México, 1º de noviembre de 1992.

BANCO MUNDIAL. 1993. *Informe sobre el desarrollo mundial 1993: Invertir en salud*. Washington: Oxford University Press, 1993.

BOLAÑOS, F. 1992a. "América Latina en deuda: costos sociales y poder trasnacional". In: *Cuadernos Americanos*. Vol.6, N. 30. México: 1992.

BOLAÑOS, F. 1992b. "Capitalismo o evolución: la disyuntiva latinoamericana". *Problemas del Desarrollo*, vol XXIII, núm. 91, octubre-diciembre de 1992. p. 102-5.

BOLAÑOS, F. 1993. "Nuestra América circa 1992". *Problemas del Desarrollo*, Vol. XXIV, N. 95, octubre-diciembre de 1993.

BOLAÑOS, F. 1995. "Los jóvenes son el negocio". *Humanidades UNAM*, N. 101, p.19,24. México, 3 de mayo de 1995.

BROWN, L. et al. 1990. *State of the World 1990*. New York: Norton.

BROWN, L. et al. 1993. *Vital Signs*. New York: Norton.

CASTRO, F. *La Deuda Externa*. 1985. La Habana: Publicaciones del Consejo de Estado.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA (CEPAL). 1993. *La pobreza en América Latina: dimensiones y políticas*, Santiago de Chile: Naciones Unidas.

CEPAL/PNUMA. 1990. *El Reto Ambiental del Desarrollo*. Santiago de Chile: CEPAL/PNUMA.

CUEVA, A., 1991. "América Latina y el fin de la historia". Tareas 77, enero- abril de 1991.

FONDO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA INFANCIA (UNICEF). 1994. *Estado Mundial de la Infancia*. Barcelona: J&J Asociados.

GONZÁLEZ, P. 1990. "El estado y la política". In: VUSKOVIC, P. *América Latina, hoy*. México: Siglo XXI.

HELD, J. "Guide to the global 500", *Fortune*, 26 de julio de 1993, p. 188-9.

HELD, J. "Guide to the global 500", *Fortune*, 27 de julio de 1992, p. 53.

LA JORNADA. "700 mil trabajadores de naciones ricas perdieron su empleo: OIT". La Jornada, México, 9 de enero de 1994.

LITTLE, W., "Latinoamérica: la Impunidad Persiste", en: *Zona Abierta*. Suplemento de Economía Política de *El Financiero*. Vol. I, N. 47. México, 13 de agosto de 1993. p.12.

MAURO, R., "La integración Latinoamericana". *Tareas* 83, enero-abril de 1993, p. 56.

NORTON, R. "Will a global slump hurt the U.S.?". *Fortune*, 22 de febrero de 1993. p. 63-4.

PNUD, *Informe sobre Desarrollo Humano 1993*. Madrid: PNUD, 1993. p. 16.

PNUD, "Magnitud y evolución de la pobreza en América Latina". *Comercio Exterior*, V. 42, N. 4. México: abril de 1992. p. 380-1.

PNUD. *Informe sobre Desarrollo Humano 1993*. Op. cit., p. 16.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). 1991. *Desarrollo Humano: informe 1991*. Bogotá: Tercer Mundo Eds.

SAUVANT, K., et al. 1993. "Foreign direct investment and international migration". *Trasnational Corporations*, V. 2, N. 1, february 1993, p. 49.

SECOFI. 1992. *Tratado de Libre Comercio entre México, Canadá y Estados Unidos*. México: SECOFI.

WIONCZEK, M., 1987. "El vuelo y la caída de la economía mundial". In: WIONCZEK, M. et al. *La crisis de la deuda externa de América Latina*, México: Fondo de Cultura Económica.

# El Retorno del Sujeto Social en la Historiografía Española*

CARLOS BARROS

Universidade de Santiago de Compostela

Pretendemos repasar sumariamente la historiografía sobre conflictos sociales, revueltas y revoluciones, desde la eclosión de los años 70 hasta la recuperación actual del género, tomando en cuenta dos puntos de vista:

1) Interhistórico[1]. Intentando ligar la evolución de la temática en las diferentes áreas académicas de conocimiento histórico (especialmente: historia medieval, moderna y contemporánea), desigual – en historia contemporánea, sin duda, se reflexiona más – pero siempre paralela, interrelacionada, en tanto que responde a condicionamientos comunes, internos (disciplinares) y externos (mentales, políticos, sociales).

2) Desde la historiografía española[2]. Porque la historiografía española tiene al respecto una rica tradición (algo parecido se puede decir de Latinoamérica), desde principios de siglo XX[3] hasta las últimas décadas, que nada tiene que envidiar a la mayor parte de las historiografías extranjeras, cuya influencia benéfica en algunos casos (escuelas *Past and Present* y *Annales*) seguimos reivindicando, a sabiendas de que sus aportaciones renovadoras a la historiografía de los conflictos sociales, sin estar agotadas, más bien lo contrario, nos retrotraen con todo varias décadas atrás; y porque estamos convencidos de que hoy es posible, además de necesario, que reflexionemos, y que debatamos, sobre la situación de la historiografía española, directamente, sin la habitual mediación de autores y escuelas de otros países, en todo caso referencia imprescindible, en estos tiempos de globalización historiográfica, que exigen, más que nunca, cuidar el perfil historiográfico propio[4], como único modo de estar presente en los actuales procesos de recomposición de la comunidad internacional de historiadores.

Entre los historiadores contemporaneístas se ha generalizado, en los años 80, la denominación – importada de la sociología – "historia de los movimientos sociales" para, trascendiendo la historia del movimiento obrero, ampliar el interés del investigador hacia otros movimientos populares, interclasistas, religiosos, políticos,

---

* Ponencia presentada en el III Congreso de Historia Social, *Estado, protesta y movimientos sociales*, Vitoria (España), 3-5 de julio de 1997.

1. Véase la tesis 11 de "La historia que viene", *Historia a debate*, I, Santiago, 1995.

2. A fin de ser consecuentes con nuestras afirmaciones en "Inacabada transición de la historiografía española", *Bulletin d'Histoire Contemporaine de l'Espagne*, nº 24, Bordeaux, 1996.

3. LORENZO, 1901-1923; NÚÑEZ DE ARENAS, 1916; MORATO, 1925; RAVENTÓS, 1925; DÍAZ DEL MORAL, 1929.

4. El retorno de los conflictos sociales, menos notorio en otros países con historiografías de más peso internacional, y la capacidad de autoreflexión demostrada, evidencian la autonomía y la identidad de la historiografía española.

etc. Sin embargo, esta etiqueta es difícilmente exportable al conjunto de los periodos históricos. ¿Qué nos encontramos durante la mayor parte de la historia? Grandes y pequeños conflictos y revueltas, más que movimientos sociales con cierto grado de organización, ideología y continuidad. Es por eso que sostenemos, para no limitarnos al tiempo histórico más inmediato, la vieja – y para nada ambigua – denominación común de conflictos sociales, revueltas y revoluciones[5], al objeto de poder referirnos de forma interhistóricamente homologable a esta importante faceta del sujeto histórico-social. La historia social ha rehabilitado, hace ya tiempo, las formas de protesta social tachadas de "primitivas", "apolíticas" o "espontáneas", que han dado pié, asimismo, a los más valiosos esfuerzos de innovación historiográfica, ingleses y franceses, en el campo de la historia social (GIL ANDRÉS, 1995:123). La tendencia actual de la sociología ha vuelto, por lo demás, a definir los movimientos sociales en función de las acciones colectivas y los conflictos generados, vinculándolos con el concepto de cambio social (PÉREZ LEDESMA, 1994:59-69).

## El auge de los años 70

La homologación de la historiografía española con las corrientes historiográficas más avanzadas, del otro lado de los Pirineos, que tiene sus inicios a los años 50 (Vicens Vives), se consolida en los años 70 y 80 con el relevo generacional – el ascenso de la generación del 68 – en los cuadros del profesorado universitario y supone la ruptura – la "primera ruptura" – con la historia tradicional: política, institucional, biográfica. Una de las ramas más productivas de esta nueva historia económico-social es la historia de los conflictos sociales. Sin duda la más radical políticamente (y también historiográficamente al proponer lo que después se llamara "la historia desde abajo"). La lucha por la renovación historiográfica, la lucha por la reforma democrática de la universidad, y la lucha contra la dictadura franquista, iban juntas en aquellos lejanos tiempos. Una buena parte de los jóvenes – y menos jóvenes, pensemos en Tuñón – historiadores que investigan en los años 70 la historia del movimiento obrero, los conflictos y las revueltas, en la historia de España, estaban próximos a los partidos de izquierdas, marxistas y comunistas, que hegemonizaban el ambiente político en las universidades de la época. La participación, más o menos activa – la carrera académica y la militancia política se compatibilizaban mal, cuando esta es clandestina –, en el potente movimiento estudiantil, antes y después de 1968, y la simpatía hacia un emergente movimiento obrero[6], coadyuvaron a introducir los movimientos sociales históricos como objetos de tesinas y tesis de doctorado, lo cual se veía a su vez favorecido por la influencia creciente en la academia de las "modas"[7] historiográficas del momento: *Annales* y el marxismo.

El redescubrimiento[8] de los conflictos, las revueltas y las revoluciones[9] forma parte, enton-

5. Hobsbawm, en 1971, escribía atinadamente: *los numerosos estudios sobre el conflicto social, desde las revueltas hasta las revoluciones*, "De la historia social a la historia de la sociedad". *Historia Social*, nº 10, 1991, p. 22.

6. Oficialmente también las ciencias sociales se preguntaban: ¿adónde va el mundo del trabajo?, *Los conflictos sociales en Europa (Coloquio de Brujas, 1964)*, Madrid, 1974.

7. Las comillas son debidas a que nos resistimos a la usual y abusiva identificación entre "moda" e "innovación", en perjuicio de esta última.

8. Los historiadores románticos-liberales del siglo XIX ya habían descubierto las revueltas medievales y modernas, y los precursores de la historia del movimiento obrero, desde Fernando Garrido y su *Historia de las clases trabajadoras* (1860), las huelgas obreras y las "agitaciones campesinas".

9. Joan Reglà dedica, por ejemplo, en 1970, buena parte de su *Introducción a la historia. Socioeconomía-Política-Cultura* (edición catalana en 1968) a las revoluciones y los "procesos acelerados" de la historia, siguiendo naturalmente a VIVES, 1947.

ces, de la revolución historiográfica, española e internacional, del siglo XX. En 1944, firma Jaume Vicens Vives el prólogo de su *Historia de los remensas en el siglo XV* (tema al que ya dedicara su atención durante la república) y, en 1954, publica *El gran sindicato remensa (1488-1508)*. Su inquietud por abrir espacio a la historia contemporánea conduce a Vicens Vives[10], y a su grupo, de las revueltas medievales al movimiento obrero: en 1959, se publica *Orígenes del anarquismo en Barcelona* de Casimir Martí[11], quien, en 1960, elabora, junto con Vicens y Nadal, *Los movimientos obreros en tiempo de depresión económica (Las huelgas: 1929-1936)*. Pero es, como sabemos, en los años 70, cuando fructifican y se generalizan en toda España las nuevas formas de hacer la historia, en general, y la historia social, en particular.

Una obra colectiva representativa del empuje de la nueva línea de investigación es *Clases y conflictos sociales en la historia* (1977), resultado conjunto de un seminario y una semana de metodología histórica en Oviedo, durante el curso 1974-1975, donde participan J. M. Blázquez (h. antigua), J. Valdeón (h. medieval), G. Anes (h. moderna) y M. Tuñón (h. contemporánea)[12]. Julio Mangas (h. antigua), en el prólogo, parte de una afirmación categórica, sin duda compartida por la mayoría de los autores: "El materialismo histórico se presenta en mi opinión, como la única metodología que dispone de un aparato conceptual preciso y congruente"[13]. El libro termina con un apéndice, elaborado por los alumnos, sobre "Modos de producción capitalistas", deudor de las *Formaciones económicas precapitalistas* (publicadas por Ciencia Nueva en 1967, y por Ayuso en 1975) de Carlos Marx[14], texto prologado por Hobsbawm, y condicionado por el marxismo estructuralista de Althusser y Balibar, que se había convertido en referencia obligada, y entusiasta, de los jóvenes marxistas españoles: es de Althusser – más que del propio Marx – de dónde viene el aparato conceptual al que se refiere Mangas. La filiación estructuralista de la obra se desprende, por otro lado, del mismo título, que hace surgir los conflictos de la existencia objetiva de las clases (antagónicas). En los coloquios que siguen, a las exposiciones orales, le hacen a Valdeón una de esas preguntas que, por aquellos tiempos, tanto nos perturbaban: "A lo largo de su exposición y en el debate, he visto que las cuestiones de la marcha de la Historia se reducen a movimientos objetivos, independientes de la conciencia, de estructuras, ¿dónde, pues, situar el papel del hombre? ¡No se puede encerrar la historia del hombre en fórmulas matemáticas!"[15]. La respuesta lapidaria, habitual por aquel entonces[16], sería espetar que "el marxismo no es un humanismo", sin embargo, Julio Valdeón, y en general los historiadores – a quienes por oficio y formación mal les podía sentar un traje estructuralista negador, en puridad, del sujeto y de su historia –, matiza, "Yo no veo esa contradicción", aunque recae finalmente – fiel a su tiempo, de ahí su representatividad – en la determinación estructural, citando al Marx objetivista: "La conciencia del hombre está determinada

10. Su moderación de burgués reformista (MUÑOZ I LLORET, 1997) subraya la estrecha relación – más allá de las posiciones políticas de los historiadores – entre renovación historiográfica e historia social "dura", entre revolución historiográfica e interés por el sujeto colectivo.
11. Con todo, en este mismo congreso, el autor ha matizado que Vicens Vives conoció su trabajo ya terminado.
12. El carácter interhistórico de las iniciativas renovadoras de hace veinte años se ha visto sepultado, después, por lo que se ha llamado "la primacía del contemporaneísmo", de muy buenos y muy malos efectos (sobre todo en el campo de la educación).
13. *Clases y conflictos de clases en la historia*, Madrid, 1977.
14. Se trata de una de las partes más divulgadas de los *Grundisse*, editados en español unos años antes, en 1972, por la editorial Comunicación.
15. *Clases y conflictos de clases en la historia*, Madrid, 1977.
16. Lo digo autocríticamente porque sería la que yo mismo habría dado.

por su ser social... 'el hombre hace la historia, pero en unas condiciones que él no ha elegido"[17]. Falta sorprendentemente – quizás no tanto – el Marx que escribió, para la Liga de los Comunistas, en 1848, que "la historia de la humanidad es la historia de la lucha de clases", o el Marx joven de los *Manuscritos: economía y filosofía*, o el Marx historiador del tiempo presente de *Las luchas de clases en Francia* y *El 18 Brumario de Luis Bonaparte*. Más allá de la voluntad – y aun de la práctica – subjetivista y hasta globalizadora de los nuevos historiadores de los conflictos sociales, el medio ambiente político-intelectual impuso un enfoque económico-estructural que acabó por relegar una línea de investigación que, llevada hasta sus últimas consecuencias, podría – todavía puede y debe – contribuir a la superación (dialéctica, si se me permite) de la escisión objeto/sujeto en la historia y en las ciencias sociales. Pero sigamos con nuestro repaso sumario.

En historia medieval el paradigma singular es *Los conflictos sociales en el reino de Castilla en los siglos XIV y XV* (1975), de Julio Valdeón, que comienza asegurando que el conocimiento de los conflictos sociales "es imprescindible para una correcta interpretación del proceso histórico" y que los conflictos que interesan "son básicamente aquellos que reflejan las contradicciones fundamentales de la sociedad", es decir, las contradicciones antagónico-estructurales, "el conflicto entre señores y campesinos" (VALDEÓN, 1975:5), para concluir equiparando a Castilla y León con el resto de la Europa bajomedieval en cuanto a este fenómeno de la agudización de las tensiones sociales, aseveración muy innovadora si tenemos en cuenta que el paradigma establecido en aquel momento era negar el carácter feudal de la sociedad medieval castellana. Valdeón insiste metodológicamente en que hay que ir más allá de una mera tipología, conectando los conflictos con el contexto, introduciendo las luchas sociales, sobre todo las luchas antiseñoriales, en las interpretaciones históricas del final de la Edad Media castellana, ya innovadas por el enfoque dinámico burguesía/nobleza de Viñas Mey o nobleza/monarquía de Luis Suárez (Idem, 10-1), planteamientos, a su vez influidos por la historia social, y que nuestro historiador marxista de los conflictos medievales no rechaza de plano. La novedad que aportó el trabajo de Valdeón – representativo y animador de una notable producción historiográfica sobre las luchas del sujeto social en la Edad Media peninsular (BECEIRO, 1977; MORETA, 1978; SARASA, 1981) – trascendió al medievalismo y a la historia[18]. Si bien la losa del ambiente intelectual del momento, marxista y no marxista, se hacía notar. Julio Valdeón saluda el clásico esquema tripartito – y severamente unidireccional – crisis económica/desequilibrio social/guerra civil, o sea, economía/sociedad/política que – argumenta – aplica Vicens Vives a la Cataluña del siglo XV, como el "camino correcto" para establecer un modelo de estudio de las tensiones sociales, a pesar de tener conciencia de algunos de algunos de sus fallos (el descuido de "aspectos tan importantes como las ideologías y las mentalidades colectivas", y el "determinismo" de la economía), remitiendo a las "estructuras de base" toda comprensión de las revueltas sociales, que de ese modo ven (auto)limitadas sus perspectivas historiográficas, más atentas a la búsqueda de causas que de efectos históricos – sobre las estructuras sociales –, los cuales son manifiestamente

17. *Clases y conflictos de clases en la historia*, Madrid, 1977.

18. Véase la reseña de Valeriano Bozal en *Zona Abierta*, nº 7, 1976, p. 114-6; el marxismo compartido facilitaba en los años 70 la comunicación interdisciplinar, dentro de la historia y dentro de las ciencias sociales; el mismo papel de interfaz jugaba la escuela de *Annales*, que al mismo tiempo compartía un terreno común – muy evidente en el caso de Vicens Vices – con la historiografía marxista.

infravalorados, salvo – en esto se distingue Valdeón de otros historiadores marxistas españoles – en el campo, prácticamente inédito, de las mentalidades: "Evidentemente en ningún caso se produjeron cambios sustanciales en la estructura de la sociedad, a los sumo arrancaron algunas conquistas parciales los rebeldes. Pero la consecuencia esencial de las conmociones populares de fines de la Edad Media se registró en las mentalidades colectivas"[19]. Por todo lo cual la contextualización deseada del actor social queda en suspenso, sin que se demuestre, al contrario, la "función motora" de la lucha de clases que Marx defendía en algunos de sus escritos, y en su práctica política. La tardía reacción de la historiografía marxista occidental contra el dominante estructuralismo – agravada en España por la tardanza de las traducciones al español – llegó cuando la historia de los conflictos sociales iniciaba ya su repliegue.

En 1981 se publica, en castellano, *Miseria de la teoría* de E. P. Thompson, una crítica frontal al "nuevo idealismo marxista" de Althusser y sus epígonos locales, los sociólogos Hindess y Hirst, que escribieron algunas perlas que insurreccionaron al historiador británico: "La historia está condenada al empirismo por la naturaleza de su objeto (...) El marxismo, como práctica teórica y política, no se beneficia en nada con su asociación a la historia escrita y a la investigación histórica. El estudio de la historia no sólo carece de valor científico, sino también de valor práctico" (HINDESS, 1978:313-5; THOMPSON, 1981:10-1). Se puede decir que adoptando el estructuralismo, como las restantes ciencias humanas y sociales, los historiadores pusimos el zorro a vigilar las gallinas.

También en 1975, Ricardo García Cárcel publica *Las germanías de Valencia*. Libro – derivado de una tesis doctoral dirigida por Joan Reglà – que juega el mismo papel de vanguardia historiográfica[20] que el trabajo citado de Julio Valdeón[21], en el campo de los modernistas, y está por tanto sujeto a las mismas limitaciones que derivan de los paradigmas compartidos por el marxismo y las ciencias sociales de la segunda posguerra que se difunden en la España de los años 70. La obra de García Cárcel es la puesta el día – hoy todavía no plenamente superada – de la investigación sobre la revuelta de las germanías, que tenía como precedentes los enfoques de la historiografía tradicional, desde el romanticismo liberal hasta el positivismo, para lo cual se sirvió del típico paradigma estructural-funcionalista de los años 60: precondiciones estructurales y coyunturales (subordinadas a las primeras) y pobres efectos históricos (en su conclusión habla el autor de "la 'poquedad' de la revuelta agermanada"), y entre ambos extremos, tan desigualmente tratados, el desarrollo cronológico de los acontecimientos y la estructura geográfica y sociológica de las germanías.

Para la emergente historia contemporánea la referencia paradigmática es, sin lugar a dudas, Manuel Tuñón de Lara, quien, además de su obra – no sólo empírica, también volcada en la reflexión metodológica e historiográfica (1966, 1973), como en el caso de Valdeón –, lleva a cabo año tras año, a lo largo de la década de los años 70, una labor organizativa clave para comprender el auge en España de la historia social de los siglos XIX y XX: los Coloquios de Pau[22]. Su libro más significativo, a los

19. "Tensiones sociales en los siglos XIV y XV", p. 279

20. Son memorables asimismo los estudios sobre las comunidades de Castilla: GUTIÉRREZ NIETO, 1973; PÉREZ, 1977; y otros análisis históricos de conflictos sociales en el Antiguo Régimen como: DOMÍNGUEZ ORTIZ, 1973; PALOP RAMOS, 1977; YUN, 1980.

21. A la hora de elegir tres obras de referencia que nos permitiesen estudiar las bases paradigmáticas de la historia del movimiento obrero y de la conflictividad social, hemos tenido muy en cuenta el marxismo proclamado de los autores, que les hace mucho más representativos.

efectos de esta reseña crítica de la historiografía de los conflictos sociales, es *El movimiento obrero en la historia de España* (1972), que sigue el consabido esquema tripartito – a veces cuatripartito, incluyendo la ideología –, es decir, la economía (estructura y coyuntura), la sociedad (condición obrera) y la política: los acontecimientos (huelgas y conflictos), las organizaciones y ciertos hechos directamente políticos (elecciones y guerras); persiguiendo el contexto, en línea con el paradigma común, más por el lado de las causalidades que por el de los efectos, en cierta contradicción con el título del libro, que constituyó en su momento – y todavía constituye hoy – una referencia monumental, y renovadora, una base sólida para lo que después será la historia del movimiento obrero en España.

Tuñón ha sido, también, un ejemplo – por su biografía, lo que es raro entre académicos, y por su trayectoria profesional – de algo que se ha ido perdiendo a lo largo de los años 80[23]: el compromiso del historiador ("la vida nacional no puede concebirse sin los obreros" (1972), aseguraba, en 1972, pensando sin duda en presente y en futuro).

En sus trabajos metodológicos, Tuñón de Lara es explícito al hablar de sus deudas: Labrousse, Braudel y el materialismo histórico. Factores determinantes, estructuras latentes, coyunturas manifiestas – con su funcionalismo detonante –, métodos cuantitativos y – en cierta contradicción con lo anterior – el principio de la centralidad de la lucha de clases[24]: "El estudio de los conflictos y de sus factores, a todos los niveles, constituye hoy la parte central e indispensable de la ciencia histórica" (TUÑON, 1972:44). Sin que se llegue a reconocer abiertamente, como en el *Manifiesto comunista*, que esa constante histórica conflictiva es – o puede ser, no se trata de una ley de "cumplimiento obligatorio", añadiríamos nosotros – el "motor de la historia". Es imposible ver la incidencia de los actores sociales en la historia si éstos no se hacen mayores y se "despegan" de las estructuras. Dificultad epistemológica que ha convertido, a menudo, los trabajos de investigación histórico-social en simples descripciones positivistas. ¿Cómo explicar el cambio social si los conflictos sociales no afectan a las estructuras sociales? Pues de dos maneras, y ambas marginan a la gente común, al sujeto social, mediante el cambio tecnológico-económico (respuesta estructural) o mediante el cambio político (respuesta tradicional). La síntesis, averiguar el interfaz histórico sujeto/objeto, es todavía tarea del futuro (inmediato).

Con todo, los trabajos pioneros que hemos analizado críticamente, y otros muchos que les siguieron, o que les antecedieron, han supuesto un paso de gigante – hay que recordarlo porque se olvida – en la evolución historiográfica española, en cuatro sentidos: a) introducen en la universidad la historia del movimiento obrero y de las revueltas sociales, temas que, hasta los años 70, estaban marginados académicamente; b) contribuyen a divulgar – o rememorar – fuera de la academia tradiciones de luchas sociales, por una vida digna y por la libertad de las personas[25], que estaban olvidadas por sus

22. Véase de la GRANJA, 1993.

23. Casimir Martí remata su conferencia en este congreso (*Historia e historiografía del movimiento obrero: mi experiencia*) preguntándose si "la exorcización de todo concepto inspirado en alguna utopía ética o política, incluso en el caso de ser asumido como hipótesis de trabajo" no equivale en la práctica a "dar vida a una historiografía útil al orden, o desorden, establecido".

24. Hay que advertir que el término "lucha de clases", mientras existió la censura, se sustituyó normalmente por el de "conflictos sociales".

25. Rogelio Pérez Bustamente escribe en el prólogo al libro de Javier Ortiz Real,: "Es algo más, pienso yo, que una lucha de clases que enfrenta a los señores y a los campesinos..., se trata de defender lo más importante de todo, la libertad frente al régimen señorial... con la facultad de romper en cualquier momento su vínculo de dependencia" (REAL, 1985:16).

protagonistas y herederos (la historia al servicio de la recuperación de la memoria colectiva); c) permiten la superación crítica de los viejos enfoques romántico-liberales que fabricaron mitos persistentes sobre dichos acontecimientos; y d) aportan nuevas explicaciones económico-sociales, pueda que incompletas pero científicamente superiores a las descripciones eruditas o a las vetustas interpretaciones de tipo conspirativo sobre "la manipulación de las masas" por parte de líderes, organizaciones y partidos de "intereses oscuros"[26]. Explicaciones económico-sociales que serán, simultáneamente, la gran aportación por su novedad y el talón de Aquiles por su determinismo de la historiografía social de los años 70.

La gente común, los obreros, los campesinos, no existían para la historia que se escribía hasta que un grupo de jóvenes y menos jóvenes historiadores – principalmente marxistas y *annalistes* –, pronto instalados académicamente, decidieron ocuparse de ellos. No es poca cosa considerando que, mientras tanto, la sociología, la ciencia política y la psicología trataban las revueltas como "comportamientos desviados", obra de delincuentes sociales[27], y a sus protagonistas como masas movidas por motivaciones irracionales (SEONE, 1988:201). La historia se anticipó, pues, a la sociología y a otras ciencias sociales en la recuperación del sujeto social, antes de mayo del 68, y ahí reside el problema, porque las otras ciencias humanas ahogaron la prematura subjetividad de la nueva historia, que no pudo exportar su experiencia a contracorriente por diversas razones, en primer lugar por algo que nuestra disciplina arrastra desde la primera revolución paradigmática, el positivismo: cierta incapacidad teórica.

Resumiendo: los propios pecados de la historiografía y la influencia de la economía, el estructural-funcionalismo y el cientifismo, dictaron una lectura objetivista y economicista de la práctica histórica, a partir de la II Guerra Mundial (BARROS, 1996:39), que diluyó nuestros tempranos esfuerzos historiográficos en favor de una historia con sujeto, es decir, de enfoque más global.

El papel tan secundario que el paradigma objetivista dominante hacía jugar al sujeto de la historia lleva casi a su desaparición de la escena historiográfica. El mismo Hobsbawm, en su conocido artículo, "De la historia social a la historia de la sociedad" (1971), nostálgico de una historia total que no llega, mantiene la idea de un fuerte "vínculo entre historia social e historia de la protesta social", que "sigue constituyendo un laboratorio perfecto para el historiador", pero toma nota ya del "predominio de lo económico sobre lo s ocial" a causa de la influencia del marxismo y de la "escuela histórica alemana", "de la absoluta superioridad de la economía sobre las otras ciencias sociales", y del "consenso tácito de los historiadores" de partir del estudio de la estructura económica y social "hacia afuera y hacia arriba", asegurando que "soy la última persona que desearía desanimar a los interesados en estos temas [las revoluciones], no en vano he dedicado buena parte de mi tiempo profesional a ellos. Sin embargo...", y aconsejando finalmente que se inserten las revoluciones en periodos temporales más

26. Cuando se publicaron en España los primeros estudios históricos sobre conflictos sociales imperaba oficialmente – ¡y tenía su influencia en la universidad! – la teoría de la conspiración judeo-masónica-comunista para "explicar" los movimientos sociales tachados de "subversivos"; el riesgo permanente de la historiografía renovadora era, y es, en contraposición con lo anterior, negar el rol de los líderes, organizaciones sindicales y partidos en las luchas sociales...

27. Un panorama ilustrativo al respecto son los manuales de sociología y politicología manejados en la España de los años 70, PÉREZ LEDESMA, 1994:52 n.1; cuando el sociólogo Alain Touraine, a finales de los 70, principia a trabajar sobre los movimientos sociales, ya estaban puestas las bases historiográficas, en francés y en inglés, años 50 y 60, de la nueva historia social, *idem*, p. 53-4.

amplios, persiguiendo "la comprensión de la estructura" (hobsbawn, 1971:5-7, 15, 22-3). Lo cual no está mal si no no fuese porque, acusando el impacto objetivista sin luchar frontalmente contra él (como hará Thompson más tarde), se favorece, cualquiera que sea la intención del autor[28], el relegamiento de la acción colectiva en la historia, el academicismo y la hostilidad a la teoría[29].

¿Cuál es el problema? Que el estructural-funcionalismo fue pensado para integrar productivamente el conflicto social en la estructura y evitar, en lo inmediato, la posibilidad de un cambio social radical (UNESCO, 1970:362-3). Su hegemonía en las ciencias sociales de la posguerra potenció la difusión del Marx maduro del prólogo a la *Crítica de la economía política* (1859), que veía la revolución social como resultado de las contradicciones (objetivas) entre fuerzas productivas y relaciones de producción, en detrimento del Marx joven del *Manifiesto comunista* (1848) que veía la historia de la humanidad como resultado de la lucha de clases, con lo cual no sólo el marxismo quedó desnaturalizado, *handicapé*, sino que el conjunto de los historiadores sociales se encontraron, casi sin percatarse, por causa de los "consensos tácitos" propios de la academia, que tan bien explicó Kuhn y que refleja el citado artículo de Hobsbawm, sin temas tan sustantivos de investigación como los conflictos, las revueltas y las revoluciones. Pero la historia no puede prescindir del sujeto sin suicidarse como disciplina, por algo regresó con tanta fuerza – tentando ocupar el sitio que dejó libre el actor social – el sujeto tradicional: individual, político, narrativo.

## El giro de 1982

En 1982, dos jóvenes historiadores sociales, José Álvarez Junco y Manuel Pérez Ledesma, publican un artículo, "Historia del movimiento obrero. ¿Una segunda ruptura?" (1982), que por su osadía y ambición, representatividad y consecuencias, merece figurar destacadamente en los anales de la reflexión de la historiografía autóctona[30].

Los autores dicen no renunciar a "la centralidad de las luchas obreras", afirman que "se puede seguir haciendo historia del movimiento obrero, pero con nuevas orientaciones", que "nadie puede ignorar su decisiva importancia en los últimos ciento cincuenta años de historia europea. No hicieron la revolución que soñaban, pero forzaron una serie de cambios que han marcado profundamente las sociedades", cambios que "se ven curiosamente minimizados por la 'historia del movimiento obrero' clásica que, de esta forma, tira piedras contra su propio tejado" (1982:44). Pero dicha centralidad, se quiera o no, resulta menguada al negársele, a la historia del movimiento obrero, el "estatuto epistemológico privilegiado" de que disfrutaba y al sustituirla por la "historia de los movimientos sociales" (Idem: 44).

Las críticas que se hacen a la historia del movimiento obrero de los años 70 son de tres

28. Ya hemos hablando de la tardía reacción de la historiografía occidental, a los ataques del estructuralismo – y sus aliados objetivos – a la disciplina histórica, y ésto en el mejor de los casos – la historia social inglesa – porque en Francia, en tiempos de Fernand Braudel y los segundos *Annales*, no sólo no se reaccionó sino que se llevó hasta sus últimas consecuencias, para bien y para mal, la adaptación a los paradigmas objetivistas: geohistoria, larga duración, etc.

29. Para paliar todo ésto, entre otras cosas, surge en los años 70, en Gran Bretaña, el movimiento del *History Workshop* y la "historia desde abajo", SAMUEL, 1984.

30. Uno no deja de sorprenderse que se haya dejado pasar la ocasión del nº 10 de *Historia Social* (1991), dedicado a "Dos décadas de historia social", para reeditar este trabajo, entre otros; al final va a tener razón Santos Juliá cuando critica a esta publicación – la mejor de la que disponemos – por no publicar más que traducciones sobre cuestiones de teoría e historiografía, "La historia social y la historiografía española", *Ayer*, nº 10, 1993, p. 44.

tipos: a) una historia militante, semi-clandestina[31], teleológica, obrerista, beaturrrona (JULIÁ, 1983) y autocomplaciente, puro "realismo social"; b) una historia simplificadora, determinada por la economía, basada en esquemas preconcebidos que excluyen las hipótesis previas, dominada por el marxismo vulgar[32]; c) una historia tradicional, centrada en el estudio de las ideologías, las instituciones – sindicatos y partidos obreros – y los individuos – dirigentes obreros[33]. El exceso de la crítica y su unilateralidad[34] es tan obvio como probablemente necesario: no se hace una tortilla sin romper algunos huevos.

Las propuestas de los dos autores son, consecuentemente: despolitizar la historia social española, hacerla más académica, liberarla de apriorismos ideológicos, renovarla temática (estudiar a los trabajadores y sus condiciones de vida y de trabajo, otros movimientos sociales y políticos, la patronal, partidos no obreros, la relación de las clases con el Estado) y metodológicamente (aprendiendo de la sociología y otras ciencias sociales, y de la historiografía inglesa y francesa – historia de las mentalidades), en suma, "salir del marco, a veces asfixiante, en que se han movido hasta ahora los estudios de historia del movimiento obrero" (1982:40).

Como programa renovador lo dicho sigue vigente: quedan no pocas cosas que innovar en la historia los movimientos sociales en España, sobre todo ahora que retornan historiográficamente los conflictos sociales, pero también mucho que superar del planteamiento hipercrítico, iconoclasta, de 1982.

Lo primero es apoyar si cabe más decididamente el resurgir de la historia de conflictos y revueltas, que los excesos renovadores de los años 80 han contribuido a marginar, pese a la mejor intención de sus promotores: como historiadores sabemos que los resultados históricos, y también los historiográficos, son, en buena medida, involuntarios, entran en juego otros factores, internos y externos, además de nuestra "elección racional".

Lo segundo es hacer justicia historiográfica – el reconocimiento personal ya la han hecho los propios autores en el artículo de marras – a Tuñón de Lara después de la inevitable "muerte del padre" ejecutada por nuestros críticos. No parece que sea de recibo aplicar a Tuñón de Lara el retrato dogmático, teleológico y tradicional, salvo los condicionamientos y las limitaciones historiográficos e ideológicos de la época, tanto más si no se deja claro su papel esencial en la "primera ruptura"[35]. La temática de huelgas y conflictos, de ideologías sindicales y políticas, de sindicatos, partidos y líderes obreros, sabemos hoy sobradamente que no decide por sí misma si una historia es vieja o nueva, es la innovación de los enfoques – amén de la calidad de los resultados – lo que más vale. Además, acaso no escribía el propio Tuñón, autocríticamente, en 1973, que "el enfoque episódico de la historia laboral (es decir, un contenido relativamente nuevo y preciso, pero con métodos

31. Otros han llamado a esta historia supercomprometida, nacida de la militancia antifranquista, "frentepopulista"; BARROS, 1996:474.

32. La reacción contra el marxismo vulgar no supuso, por parte de los renovadores españoles, en contraposición con lo sucedido en Inglaterra, la proposición alternativa de "otros marxismos, empezando por los que están en el mismo Marx: el éxito político del PSOE, una vez abandonado el marxismo, digamos que no ayudó nada, en este aspecto, al rearme intelectual de los historiadores sociales.

33. Se sobreentiende que la crítica es también autocrítica; los propios autores, antes y después de su artículo-manifiesto, se dedicaron brillantemente a estos géneros tradicionales: ÁLVAREZ JUNCO, 1976, 1990 (véase la reseña laudatoria publicada en la revista dirigida por Tuñón de Lara, *Historia Contemporánea*, nº 5, 1991, p. 247-9); PÉREZ LEDESMA, 1987, 1995.

34. Con toda evidencia, se tira piedras en el propio tejado al no valorarse mejor el papel renovador de la historia social en la España del tardofranquismo y la transición.

35. Cosa que, sin embargo, sí se hace, después, en PÉREZ LEDESMA, 1993:204 ss.

antiguos), en el que todos hemos incurrido en mayor o menor escala, parece que está en trance definitivo de superar" (1973:91). No ha sido así, pero las culpas sería injusto cargárselas todas a Tuñón – como tampoco los efectos últimos de la renovación a los citados autores –, que tenía clara – no era otra su experiencia – la necesidad de abrirse a nuevos métodos y temas para tratar la historia del movimiento obrero, como reconocen – y citan – sus propios críticos para afianzar sus planteamientos, y, en concreto, a la historia de las mentalidades sociales. Cierto que si dejásemos de lado la historia del movimiento obrero, la cuestión cambia, entonces, la obra de Tuñón de Lara – y la de los propios autores del artículo –, nos sería menos útil.

Lo tercero es criticar que los defensores de la "segunda ruptura" se hayan concentrado justamente en la renovación temática y metodológica, y hayan dejado el paradigma subyacente incólume. Porque la debilidad de la historia social de los años 70 está principalmente en el paradigma economicista, estructuralista y objetivista que la informó, la contradijo y la refrenó. Cuestionan los autores el reduccionismo económico, pero nada dicen del corsé estructural y objetivista, lo cual concuerda con la conclusión final de nuestra crítica (de la crítica): se quiera o no se echó el niño por el agujero de la bañera junto con el agua sucia. A pesar de la centralidad formalmente proclamada de las luchas sociales, la ampliación temática y la emergencia social e ideológica de lo que – años después – Ignacio Ramonet llamó pensamiento único, relegaron, en la década de los 80, la investigación académica de los movimientos obreros, conflictos, revueltas y revoluciones. Esta tendencia objetiva del contexto socio-político, esto es, la ola neoconservadora liderada por M. Thatcher y R. Reagan, ha sido factor decisivo en el retroceso del sujeto social de la realidad y de las investigaciones históricas. Ahora bien, faltó esa función crítica del historiador insistiendo más en aquellos temas que, siendo pertinentes científicamente, podían resultar desfavorecidos por la coyuntura político-ideológica.

La necesidad de renovación temática y metodológica manifestada en el artículo de *Revista de Occidente* era compartida, a principios de los años 80, por una gran parte de los historiadores sociales. En el nº 2/3 (1982) de la revista *Debats* se publica una mesa redonda sobre "Movimientos sociales", aprovechando el primer encuentro de historiadores sociales en Valencia, en 1981, con la participación de J.J. Castillo, J. Termes, P. Gabriel, J. Álvarez Junco, S. Castillo, S. Juliá, C. Forcadell, M. Pérez Ledesma, J. A. Piqueras, A. Bosch, J. Paniagua, M. Cerdá y S. Forner. Las conclusiones son parecidas a las del trabajo anterior, se añaden líneas renovadoras como la historia oral y la historia de las mujeres – aún hoy poco desarrolladas –, y se matiza bastante el llamamiento a la ruptura del artículo de Álvarez Junco y Pérez Ledesma en el sentido que venimos de anotar. Carlos Forcadell prefiere hablar de "segunda recepción" de la historiográfia europea del movimiento obrero, considerando que – en comparación con Europa – la historia del movimiento obrero español era todavía débil: "incluso remitiéndonos al plano institucional, al estudio de los partidos, de los grupos dirigentes". Santos Juliá a continuación insiste: "como ejemplo de que aquí no se ha hecho historia institucional, recordemos que no tenemos una historia del Partido Comunista como la que los italiano tienen [y seguimos sin tenerla]. Me da la impresión de que estamos apurando una historia que no hemos hecho" (*Debats*, 1982:96).

Se hacen en esta reunión otras proposiciones interesantes: la edición de una revista, la elaboración de modelos propios de investigación, la necesidad de una sociología del historiador "analizando la clase social de la que procede, la

ideología en que se ha formado, y, lo que sería más complicado, a quién ha servido esta historia", argumenta Álvarez Junco, el cual, más adelante, reconoce sincera y proféticamente que "nosotros, urbanos, clase media intelectual, que queremos el poder y estamos rivalizando con otros que lo tienen en este momento" (Idem: 132).

Santiago Castillo se queja en Valencia de que la mayoría de los que están allí "tienen que trabajar en una cosa que no tiene nada que ver con la investigación histórica, dedicando su tiempo libre a este tipo de estudios. Además dedicando parte de los pocos ingresos estables a fichas, folios, fotocopias..." (Idem: 100). Bueno, haber investigado y renovado la historia en esas condiciones es todo un ejemplo para las nuevas generaciones, que desde luego lo tienen más difícil. Así y todo, la mayoría de los participantes en la reunión de *Debats* eran, todavía, profesores adjuntos de universidad. Añadimos "todavía" porque, en aquel momento, buena parte de los nuevos historiadores de la economía y la sociedad, en las áreas de conocimiento histórico más tradicionales, y de la misma generación, habían logrado ya la "consolidación funcionarial"[36], algunos incluso la cátedra. La verdad es que ser contemporaneísta y marxista no facilitaba las cosas, de entrada, en la universidad española de los años 70. El viraje dado, en este aspecto, en la década de los años 80, gracias a la renovación historiográfica y a la transición, al acceso al poder del PSOE y a la consolidación de la democracia, dentro y fuera de la universidad, fue tan espectacular que ahora estamos obligados a rectificar: llevando el péndulo a una posición más centrada y ayudando en el relevo generacional.

La coyuntura política es, en efecto, vital para comprender el giro historiográfico y académico focalizado en el año 1982. No es casual que la primera gran victoria electoral por mayoría absoluta del PSOE, que tres años antes abandonara el marxismo PIQUERAS, 1991:99), tenga lugar este mismo año de 1982. No se trata tanto de una influencia directa, pues el cambio historiográfico que estamos analizando es anterior al cambio electoral favorable a la izquierda, como del hecho de que ambos acontecimientos, de características manifiestamente distintas, comparten una misma coyuntura intelectual y mental. La historia es hija de su tiempo, y sufre, como todas las ciencias humanas y sociales, los cambios "climatológicos", especialmente en un terreno tan sensible como la historia del movimiento obrero y de los conflictos sociales, que fue, en un principio, "una forma de militancia antifranquista" (IZARD, 1991).

En 1982 se consolida, por lo tanto, el cambio de hegemonía en el campo político-social, y también cultural, de las izquierdas, del PCE al PSOE, de las luchas sociales de los años 70 a las luchas electorales de los años 80. Antes ya se había producido la frustración (pactos oposición antifranquista/reformistas franquistas) de los impulsos revolucionarios nacidos en la universidad de los años 60 y 70, y la casi desaparición de una serie de partidos (PTE, ORT, MCE, LCR...) que tuvieron gran influencia entre los estudiantes universitarios y cultivaban un marxismo clásico con buenas dosis de esquema tismo y dogmatismo, paradójicamente tanto estructuralista como voluntarista. El fin de la transición conlleva la desaparición paulatina de la escena política de unos movimientos sociales – el movimiento obrero se institucionaliza, el movimiento estudiantil se eclipsa –, que cuando reaparecen, fugazmente, será para confrontarse justamente con la política laboral, económica y educativa de los gobiernos socialistas. Todas estas "frustraciones", lo que se llamó "el desencanto",

36. Término empleado en el editorial del nº 1 de *Historia Social* para referirse de nuevo a la situación que tenían en sus orígenes los promotores de la revista.

la necesidad para algunos de "volver a empezar" profesionalmente, la "reconversión" ideológica de casi todos, acabó en los años 80 con el compromiso político del intelectual (el canto del cisne fue, sin lugar a dudas, el referendum sobre la OTAN de 1986) y coadyuvó a desideologizar las líneas de investigación académica más cercanas al marxismo proponiendo estas "segundas rupturas"[37]. Paradójicamente la moderación política e ideológica no acabó con el "frentepopulismo", anacrónico en el contexto político y universitario posterior a la transición, pero continuamente alimentado por las luchas de bandos por el poder académico y electoral, tendencialmente bipartidistas ("rojos" y "azules", y últimamente "nacionalistas" y "antinacionalistas").

En el contexto del regreso en los años 90 del interés por la historia de los conflictos sociales, fue retomado con fuerza el giro historiográfico de 1982 en diversas ocasiones, y reevaluado, por sus promotores – y por otros colegas más jóvenes – replanteando u "olvidando"[38] argumentos, continuando y reconstruyendo el discurso renovador, y/o reaccionado contra él, tratando, en resumidas cuentas, de orientarse en esta década y media caracterizada historiográficamente por la honda crisis del paradigma común de la posguerra – donde hay que insertar nuestro debate sobre la historia del movimiento obrero –, por la fragmentación galopante de objetos y enfoques, por el crecimiento desordenado de nuestra disciplina, por el retorno de los géneros tradicionales, por la emergencia de candidatos a nuevos paradigmas...

El balance del movimiento renovador de los años 80 es considerado negativamente por la mayoría de los autores que han vuelto sobre ello, entre 1990 y 1995. Ángeles Barrio habla de escasa fecundidad; Carlos Gil, citando a la anterior, entre otros, de que "los frutos de la ruptura no parecen haber alcanzado la altura de las expectativas creadas" (GIL, 1986:122); Pere Gabriel reconoce que "pasada ya más de una decena de años, no puede decirse que ese empujón del péndulo hacia el otro lado haya producido resultados mejores" (1994:45), que "no hemos hecho gran cosa", y condena el "cliché reduccionista" con que se enjuició la historia social 1959-1982; Carlos Forcadell, que ya había hecho notar sus matices críticos en Valencia, insiste: "está muy extendida la sensación de que los frutos de los manifiestos metodológicos del 82, aun existiendo, van por detrás de las exigencias que planteaban" (1992:111); José Antonio Piqueras se interroga sobre cómo se hace la historia social en España y arremete en su respuesta contra "la entronización del empirismo y la 'desteorización' de la práctica histórica" (1991); José Álvarez Junco, en el I Congreso Internacional Historia a Debate, es el más claro y autocrítico, acepta el (relativo) fracaso del movimiento renovador y pone el dedo en la llaga: "la rutina o la carencia de modelo alternativo con similar capacidad de explicación global hace del tratamiento historiográfico de los movimientos sociales en España siga proclamando su fidelidad a ese modelo [el paradigma heredado]".

Hay mucho de verdad en esta crítica-autocrítica de uno de los firmantes del artículo de *Revista de Occidente*, los viejos paradigmas – y la nueva historia que llegó a España en los años 60 y 70 es ahora ya, la vida no perdona, un viejo

37. Con la claridad que les caracteriza, Álvarez Junco y Pérez Ledesma terminan su artículo así: "ser infieles a nuestra juventud parece, en este caso al menos, una buena recomendación intelectual", *Revista de Occidente*, nº 12, p. 41.

38. No comparto la idea de Santos Julia (*Ayer*, nº 10, p. 39-40), y otros, de que los historiadores sociales de los años 60 y 70 no eran, en el método y la teoría, marxistas: los más importantes sí lo fueron, y entre ellos están por supuesto los protagonistas del auge de la historia de conflictos sociales en los años 70, que estamos citando en este trabajo.

paradigma – siguen vigentes mientras la comunidad de historiadores no los sustituye plenamente mediante el consenso. Pero se sigue, en nuestra opinión, planteando mal el problema. Si los historiadores sociales no aceptaron, hasta hoy, reemplazar netamente la historia del movimiento obrero por la historia de los movimientos sociales, si no se supo elaborar un paradigma alternativo global, es, en nuestra opinión y resumiendo, porque se cometieron algunos "errores": a) favorecer, voluntaria y/o involuntariamente, el abandono de una historia de la historia del movimiento obrero, imprescindible para una historia de los movimientos sociales que se precie, que, al ser negado en la práctica el primer impulso renovador de Tuñón de Lara y los Coloquios de Pau, tiende a volver por sus fueros verdaderamente tradicionales; b) dejar fuera de la crítica la distorsión estructuralista, objetivista y cientifista, del paradigma común de los historiadores del siglo XX, neutralizando así los esfuerzos propugnados para vencer al economicismo, para innovar temática y metodológicamente, para conservar el interés por los actores sociales; c) desconectar el debate sobre historia del movimiento obrero y de los movimientos sociales del debate historiográfico general – en cambio que se atiende mejor el debate de la sociología –, más allá de los historiadores contemporaneístas, toda vez que no pocos de los problemas suscitados sólo pueden tener solución si se sale del estrecho marco de los historiadores sociales de los siglos XIX y XX; d) olvidar la historia global, error compartido con casi toda la historiografía occidental de las últimas décadas, y de alguna forma justificado por el estrepitoso fracaso de la historia "total", concretamente de la lectura estructuralista y determinista que se hizo de este concepto historiográfico fundamental; e) haber considerado críticamente el contexto político que ha informado la "primera ruptura" (una historia repensada por la generación del 68 "de forma apresurada, semi-clandestina y con una utilidad en gran medida política"[39]), y no haber hecho lo mismo con las condiciones políticas, ideológicas y de mentalidad que coadyuvaron y alimentaron el giro del 82, y su posterior incidencia en la historia social de los años 80, sin lo cual no se comprende su relativo fracaso. En fin, entrecomillábamos antes la palabra "errores" porque, hacia 1982, año de grandes ilusiones renovadoras, esto es, después del golpe del 23-F (1981) y de la toma de Valencia por parte de Miláns del Bosch, no era fácil preveer el apogeo de la posmodernidad historiográfica[40] o la vuelta de la historia tradicional, la caída del muro de Berlín o la negativa evolución política nacional; y porque, en todo caso, es así, aprendiendo del pasado, como podemos elaborar propuestas más atinadas para el futuro (inmediato).

## El retorno de los años 90

Aunque en los años 80 el interés de la historia en general, y de la historia social en particular, por los conflictos, las revueltas y los movimientos sociales, dismin uyó notablemente, ello no quiere decir que no se continuasen publicando obras de investigación, algunas muy interesantes, en historia medieval (MONSALVO, 1985; ORTIZ, 1985), moderna (DURAN, 1982;

39. *Revista de Occidente*, nº 2/3, p. 41; se denuncia, por lo demás, en tono francamente "frentepopulista", el "contenido más político" de la "ofensiva" de Olábarri y Vázquez de Prada en favor de "substituir el concepto de 'movimiento obrero' por la forma más neutra de 'relaciones laborales" (*idem*, p. 21) que, a fin de cuentas, tampoco estaba tan distante de la propuesta, también a la ofensiva – ¡cómo debe ser! – de nuestros autores, asimismo con pretensiones de neutralidad: "¿No habría que pensar una segunda ruptura, orientada ahora fundamentalmente por preocupaciones científicas?" (*idem*, p. 41).

40. Uno de cuyos exponentes más lúcidos – la propuesta tiene sus cosas buenas y malas – es JULIÁ, 1995:143-5.

ALMAGRO, 1984; VIDAL, 1984; ÁLVAREZ, 1988) y historia contemporánea, como estela del empuje anterior y/o por la decisión de algunos historiadores que, más allá de la "moda", siguieron – seguimos – considerando de sumo interés historiográfico el estudio de la parte más dinámica de la histórica. Predominan los artículos sobre los libros – frutos acostumbrados de tesis de licenciatura y doctorado que escasean sobre estos temas en los años 80 – y, en general, los trabajos de historia local, en consonancia con la creciente marginación del ámbito español, y de la historia de España. en las investigaciones académicas.

El punto de inflexión tendrá lugar entre finales de los años 80 y principios de los años 90, y los primeros artífices – y a la vez síntomas – de este nuevo auge de la historia de los conflictos sociales – y del movimiento obrero – serán, principalmente, una serie de congresos, jornadas y seminarios, que tienden a adoptar un carácter interhistórico al participar historiadores de diferentes áreas de conocimiento histórico. Los congresos son ciertamente las actividades académicas que, por su inmediatez y carácter colectivo, mejor reflejan las coyunturas historiográficas.

Los tomos VII y VIII del I Congreso de Historia de Castilla-La Mancha (Toledo, 1988) están dedicados *Conflictos sociales y evolución económica en la Edad Moderna*, aunque el contenido no se corresponde bien con el título, problema que tendrán otros organizadores de congresos ante la falta de hábito de los historiadores de tratar, durante los años 80, dicha temática conflictiva.

En 1989 se realiza, en el marco de los cursos de verano de El Escorial, el seminario *Revoluciones y alzamientos en la España de Felipe II* (Valladolid, 1992), donde, de nuevo, no todas las contribuciones responden al título, lo que ya no sucederá con las reuniones de historiadores que vienen a continuación, sobre todo con las comunicaciones libres a los congresos. Conmemorando el bicentenario de la revolución francesa, se inauguran, este mismo año de 1989, la serie de Jornadas de Estudios Históricos, organizadas anualmente por el Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea de Salamanca, con un ciclo de conferencias sobre *Revueltas y revoluciones en la historia* (Salamanca, 1990). Con todo, el primer gran congreso en que se manifiesta abiertamente la vuelta de los conflictos es el organizado por al Institución "Fernando el Católico" en Zaragoza, asimismo en 1989, sobre *Señorío y feudalismo en la Península Ibérica* (Zaragoza, 1993).

En 1990, son cuatro las reuniones académicas sobre revueltas y conflictividad social: un curso de verano de la Universidad Complutense en El Escorial sobre *Resistencias hispánicas al imperio: comuneros, agermanados y erasmistas*; un seminario de la UIMP en Cuenca sobre *Asociacionismo y conflicto agrario en España (ss.* XVIII-XIX-XX); y el I Congreso de la Asociación de Historia Social, también en Zaragoza, sobre *La historia social en España: actualidad y perspectivas* (Madrid, 1991), con contribuciones mayormente de historiadores contemporaneístas. Habría que añadir, este mismo año, dentro de los "Grandes Temas" del 17 Congreso Internacional de Ciencias Históricas celebrado en Madrid, las comunicaciones de Gonzalo Bueno, Julián Casanova y Julio Aróstegui sobre *Revoluciones y reformas: su influencia sobre la historia de la sociedad.*

En 1993, Ignacio Olábarri y Valentín Vázquez de Prada organizan, en Pamplona, las V Conversaciones Internacionales de Historia, *Para comprender el cambio social. Enfoques teóricos y perspectivas historiográficas* (1997), con la intención explícita, dicen en el prólogo, de "resucitar una de las grandes preguntas de la historiografía de mediados de siglo – la explicación del cambio social –, sabiendo que no disponemos de 'ismo' alguno que ofrezca una respuesta a la cuestión",

a fin de poder hacer frente al posmodernismo extremo volviendo "a las metodologías 'socio-científicas' de probada fecundidad en nuestro siglo".

En 1995 se llevaron a cabo dos congresos y un seminario importantes: el VII Congreso de Historia Agraria en Baeza, organizado por el Seminario de Historia Agraria, sobre la conflictividad rural en la Edad Media, Moderna y Contemporánea (publicado en *Noticiario de Historia Agraria*, nº 12 y 13, 1996 y 1997); el II Congreso de la Asociación de Historia Social, en Córdoba, sobre *El trabajo a través de la historia* (1996), con una parte importante de las comunicaciones dedicada a la historia del movimiento obrero y la conflictividad social; y el seminario de la UIMP de Valencia sobre *Conflictividad y represión en la sociedad moderna*, publicado en el el nº 22 (1996) de la revista *Estudis. Revista de historia moderna*, fruto de un proyecto de investigación (1992-1995) sobre *La dimensión conflictiva de la sociedad valenciana moderna*.

Por último, en 1997, donde ahora estamos, en Vitoria, el III Congreso de nuestra Asociación de Historia Social, sobre *Estado, protesta y movimientos sociales*, que nos ha obligado a reflexionar sobre los precedentes, la situación actual y las perspectivas de nuestro campo de investigación que, para bastantes colegas, pertenecía a una historiografía, la de los años 60 y 70, que jamás volverá, lo cual en rigor es cierto, y además ni siquiera es deseable, cuestión aparte es que sus objetos de investigación siguen ahí, son incluso imprescindibles para que la historia deje atrás la presente crisis paradigmática y entre con fuerza en el nuevo milenio.

En cuanto a revistas, la palma se la lleva, naturalmente, *Historia Social* de Valencia que, así y todo, ha dedicado cinco dossiers a la historia del movimiento obrero, los conflictos y las revueltas sociales: nº 1, 1988, "Anarquismo y sindicalismo"; nº 5, 1989, "Huelgas"; nº 15, 1993, "Estado y acción colectiva"; nº 17, 1994, "Conflictividad obrera y conducta social"; nº 20 y 22, 1994 y 1995, "Debates de historia social de España" (con artículos sobre conflictos y revueltas, revolución y "lucha de clases" de R. García Cárcel, M. Chust, J. Casanova y P. Gabriel). Resulta paradójico que los dos historiadores sociales, Santos Juliá y Carlos Forcadell, que, en el encuentro valenciano de 1981, fueron más reticentes a la "segunda ruptura", defendiendo "que estamos apurando una historia que no hemos hecho", esto es, del movimiento obrero, los partidos obreros, sus grupos dirigentes, infravaloren ahora como "historia social clásica", sin entrar para nada a analizar si sus enfoques son tradicionales o renovados, los notables dossiers de *Historia Social* sobre movimientos, conflictos y revueltas sociales (FORCADELL, 1992:113; JULIÁ, 1993:44). Para nosotros, porfiamos, no son los objetos – los necesitamos todos – quienes definen la validez de una investigación histórica, sino sus métodos y sus resultados[41]. Internacionalmente está ya agotada la vía de renovar la historia cambiando o ampliando solamente la temática, descubriendo nuevos objetos, ahora toca innovar de la manera más difícil y también más decisiva: mediante el método, la historiografía y la teoría. Nos vamos a encontrar con temas viejos tratados de manera nueva o con temas nuevos tratados de forma vieja: qué cada barco se agarre a su vela.

Otras revistas se han preocupado por descontado, últimamente, por el sujeto social y su historia. Los nº 3 y 4, ambos del año 1990, de *Historia Contemporánea* (revista dirigida por Tuñón de Lara), que tratan monográfica y respectivamente de *Movilización obrera entre dos siglos, 1890-1910* y *Cambios sociales y modernización*.

41. Tesis 8 de "La historia que viene", *Historia a debate*, I, 1995.

El nº 4 de *Ayer*, de 1991, dedicado a *La huelga general* por considerarlo "un tema de actualidad. Su proclamación en la Federación Rusa, en agosto de 1991; en Italia, Gaza-Cisjordania y Asturias en octubre o en la República de Sudáfrica en noviembre, son ejemplos contemporáneos". Los nº 56 (1991) y 69 ( 1994) de *Zona Abierta*, consagrados, respectivamente, a *Fluctuaciones económicas y ciclos de conflicto* y a *Movimientos sociales, acción e identidad*; la introducción al nº 69, subtitulada "algunas viejas razones", se enfrenta a los que "se unen para certificar la muerte de los movimientos sociales" y se posiciona por un "concepto de 'movimiento social' sin adjetivos" de "nuevo" o "viejo" que hay que redefinir. Están, además, los nº 12 (1996) y 13 (1997) de *Noticiario de Historia Agraria*, y el nº 22 (1996) de *Estudis*, donde se han publicado las actas de congresos y seminarios de los que ya hemos hablado.

En cuanto a libros tenemos algunas novedades "fin de siglo" que avalan el nuevo impulso que está recibiendo la historia de conflicto s y revueltas, de manos sobre todo de la nueva generación, si bien pensamos que – si nuestros datos y hipótesis son atinados – habrá en el futuro avances mayores porque los "despoblados" son numerosos y extensos, pensemos sino en las grandes revueltas, ¿no es acaso cierto que están por hacer investigaciones monográficas que apliquen las nuevas metodologías al estudio de revueltas tan importantes como los remensas, las germanías, las comunidades, o las insurrecciones campesinas, obreras y populares contemporáneas...? Tal ha sido mi experiencia personal: he intentado reenfocar, en diversas obras (1989; 1990; 1996:137-269), entrelazando los tiempos, desde el ángulo de la historia de las mentalidades, la historia oral y la historia de la criminalidad, la revuelta irmandiña (1467-1469), sus precedentes, su estallido y su impacto en la memoria colectiva (1467-1674).

Cuando, a mediados de los años 80, decidí eligir como el centro de mi proyecto de investigación una revuelta social[42], dando rienda suelta a mis "inquietudes innovadoras" sin renunciar a un tema "clásico", pero decisivo para una comprensión explicativa y global de la historia, tenía dos temores (que no me disuadieron de seguir adelante, obviamente[43]), quedarme sólo en tierra de nadie al ubicarme en el cruce de varias especialidades, y ser "el último de Filipinas" en hacer un tesis doctoral sobre una revuelta medieval, pero también una esperanza y una apuesta: contribuir al resurgir historiográfico, e histórico, del sujeto social. Prueba de que no me invento la incomodidad pasada es lo que Fernández de Pinedo escribe – en 1992 –, en el prólogo a la tesis del Joseba de la Torre – leída en 1989 y dirigida por Fontana –, sobre la lucha antifeudal en Navarra: "da la impresión que escribir sobre luchas o conflictos sociales no resulta de buen gusto". En fin, que vale decir aquí lo de que "los últimos serán los primeros", es por eso que, cuando me disponía a redactar esta ponencia, al ordenar mis fichas y hacer mis últimas lecturas, acordé cambiar el título de mi contribución a este congreso de la reivindicación ("Conflictos, revueltas, revoluciones. Por una historia con sujeto") a la constatación ("El retorno del sujeto social...").

42. Los vasos comunicantes interhistóricos funcionaban hace diez años tal vez menos que hoy, desconocía – y no me preocupaban – los debates del 82 de los historiadores del movimiento obrero, pero era plenamente consciente de que nadaba a contracorriente tanto en la elección del tema (revuelta social) como en la elección de la metodología (historia de las mentalidades).

43. Tan convencido – que no arrepentido – estaba de ello que no propuse, contra mis intereses personales, este tema de los conflictos como una cuestión a discutir en el I Congreso Historia a Debate de 1993, me equivoqué y espero que, en 1999, el II Congreso Historia a Debate rectifique este "error" y contribuya a consolidar recuperación del sujeto social de la historia, dentro y, con más razón, fuera de España.

¿Por qué está renaciendo de sus cenizas, en España, la historia de los conflictos y revueltas sociales? Se nos ocurren varias razones de tipo historiográfico: a) el buen momento de la historiografía española de los 90 tanto en productividad y crecimiento, pese a los problemas de inserción laboral de los jóvenes historiadores, como en espíritu renovador y esfuerzo reflexivo; b) vivimos un época historiográfica de balance y búsqueda de alternativas, hacia atrás y hacia adelante, donde todo se renueva y retorna, de manera que tenemos "de todo" encima de la mesa, también los conflictos, las revueltas y las revoluciones, que fueron – y son – acontecimientos históricos y dan pie a formas de escribir la historia muy importantes, junto con la biografía, la historia política y la narración, protagonistas hasta ahora de los retornos historiográficos; c) el relativo fracaso del inacabado giro del 82, que se difundió casi como una historia social sin sujeto, sin conflictos; d) la influencia de la nueva sociología de la acción colectiva, de la acción racional, de los actores sociales, que redescubre el sujeto, bastante después de la historia, y nos lo devuelve por la ventana una década después de haberlo querido echar por la puerta...

Luego están los contextos, nacional e internacional, de los que no podemos prescindir, para entender la recuperación de la vieja tradición historiográfica española de conflictos, revueltas y revoluciones, a las puertas del siglo XXI.

En el plano nacional el factor más poderoso, en nuestra opinión, es la consolidación de la democracia bajo los gobiernos socialistas y, en consecuencia, la normalización del conflicto y la huelga, incluida la huelga general, que pierden así el significado "subversivo" que tenían antes, con Franco, y aún durante la transición, lo cual facilita el regreso al mundo académico, y que se revaloricen los hechos sociales como temas de estudio por parte de las organizaciones sindicales de clase y las instituciones locales, que en ese intervalo de tiempo, han constituido fundaciones, centros de estudio e investigación, para recuperar su memoria histórica y legitimar sus respectivas identidades.

En el plano internacional hay que reconocer la espectacularidad de la acción colectiva en la historia en la última década del siglo XX. Consideraremos cuatro momentos: 1) 1989-1991, revoluciones democráticas en el Este de Europa con un protagonismo decisivo de la multitud, empezando por los trabajadores industriales (Polonia), que utiliza todos los medios clásicos para derrocar el llamado socialismo real: manifestaciones, huelgas generales, insurrecciones armadas (Rumania); 2) 1994 –, revuelta campesina de Chiapas, en el mismo momento de la entrada de México en el Tratado de Libre Comercio con EE. UU.. y Canadá, que suscita una gran ola de simpatía dentro – y fuera – de México, provocando la vuelta al compromiso político no-partidario de una parte notable de académicos e historiadores (al igual que pasara antes en el Este de Europa); 3) 1995-1997, movimientos sociales (grandes huelgas y manifestaciones) en Francia de un envergadura desconocida, desde los años 60-70, primero contra la política neoliberal de Chirac y Jupe, y después, más a la ofensiva, en favor de los innmigrantes – y contra la *montée* de Le Pen – que arrastraron al compromiso político-social a un sector influyente de los intelectuales, dirigidos por los cineastas, escritores y artistas, y que determinó la sorpresiva victoria de la izquierda el 1 de junio de 1997, y que se empiece a hablar de Europa social en las reuniones de la UE; 4) marzo de 1997, insurrección popular en Albania, que añade a su "clasicismo", radicalidad y espontaneidad, al igual que el caso francés, y salvando las distancias, el haber conseguido sus objetivos más políticos, derrocar a

Berisha y colocar en el poder – eso sí, por medio de los votos – a la oposición de izquierdas dirigida por los ex-comunistas, con lo que se ratifica cierto cambio de signo político de las intervenciones "de masas" – callejeras y electorales – en el Este de Europa.

El nuevo e inesperado papel de las revueltas sociales en la vida democrática[44], tal como se está manifestando en países tan distintos de Europa, como Francia y Albania, después del "fin de la historia" y del "pensamiento único", y, en general, el "regreso de la cuestión social"[45], plantea a la historia como disciplina, y al conjunto de las ciencias sociales, el desafío de tratar de comprender – históricamente – el mundo que viene. Para salir airosos es menester retomar y reformular la función científica y la sensibilidad social de la historia: volviendo a analizar el pasado para construir un futuro mejor; situando, antes que nada, en su contexto histórico, el incuestionable regreso de los conflictos, las revueltas y las revoluciones en el umbral del siglo XXI; asumiendo, en resumen, el cambio en el concepto del tiempo histórico que se deriva de estos acelerados acontecimientos fin de siglo, cuando lo que parecía el pasado resulta que es el futuro. Así pasa con los conflictos y las revueltas, desde el punto de vista de la escritura de la historia, vuelve el interés por estos temas al tiempo que adquieren una renovada actualidad. Si bien el caso de España es particular, salvo la huelga general del 14-D de 1988 y algunas movilizaciones de los estudiantes de secundaria, para nada estamos viviendo, como en Francia, un remozado protagonismo sociopolítico de lo que cuando éramos jóvenes llamábamos "las masas", a sabiendas de la tradición de lucha social que existe en nuestro país. Sin embargo, el retorno historiográfico de los conflictos es más notorio en España que en Francia. Pueda que estemos ante una manifestación más de las diferencias de ritmo entre lo historiográfico y lo político-social; no obstante, si hay una historia hija de su tiempo esa es la historia de los movimientos sociales: o la aldea global hace que pierdan definitivamente peso las coyunturas nacionales, o nos estamos anticipando al porvenir nacional[46]...

La falta de tiempo y espacio – la ponencia rebasa ya, en folios escritos, el número habitualmente permitido – no nos va a permitir examinar, en esta ocasión, crítica y autocríticamente, las recientes investigaciones españolas sobre luchas sociales, ni conectar con más detalle este retorno de la historia de los conflictos con el debate historiográfico general, en pleno cambio de siglo y de paradigmas. Quiero dejar constancia, en todo caso, de la importancia de hacerlo. La dinámica de la historiografía de movimientos y conflictos sociales es harto significativa de la evolución de la historiografía en general, se trata de una temática "fuerte" cuyo auge y caída ilustran adecuadamente los cambios historiográficos e históricos. ¿Cómo va a ser, está siendo ya, o debe ser, la "tercera ruptura" en la historiografía de los movimientos y conflictos sociales? ¿Qué relación historiográfica guarda con el cambio global de paradigmas? ¿Qué papel va a jugar el sujeto colectivo en la construcción del nuevo paradigma de la historia?

---

44. No olvidemos que en el mayo francés del 68, paradigma de las revueltas occidentales, la lucha social no tuvo traducción positiva en el plano electoral: la reacción inmediata de los votantes fue contraria a los estudiantes y obreros *revoltés*.

45. Es el título de los IV Encuentros de la Fundación Viento Sur que tendrán lugar en la Dehesa de la Villa de Madrid (11-13 de julio de 1997).

46. Cuando el texto revisado de esta ponencia descansaba ya en un sobre postal – a nombre de Santiago Castillo, presidente de la Asociación de Historia Social – se han sucedido las manifestaciones de millones de vascos y españoles contra el terrorismo de ETA (10-15 de julio de 1997), desbordando en ocasiones a los políticos, ocupando las calles, al borde del motín frente las sedes de HB, demostrando en suma que, también en España, vuelve a la calle el sujeto de la historia.

## Referências Bibliográficas


ÁLVAREZ JUNCO, J. *La ideología política del anarquismo español*, Madrid, 1976.

_____. *El emperador del Paralelo. Lerroux y la demagogia populista*, Madrid, 1990

ALMAGRO, M. *Las alteraciones de Teruel, Albarracín y sus comunidades en defensa de sus fueros durante el siglo XVI*. Teruel, 1984.

ÁLVAREZ FRUTOS, P. *La revolución comunera en tierras de Segovia*. Segovia, 1988.

BARROS, C. *Mentalidad y revuelta en la Galicia irmandiña: favorables y contrarios*. Santiago de Compostela, 1989.

_____. *Mentalidad justiciera de los irmandiños, siglo XV*, Madrid, 1990 (Vigo, 1988).

_____. "Historia de las mentalidades: posibilidades actuales". *Problemas actuales de la Historia*. Salamanca, 1993.

_____. "El paradigma común de los historiadores del siglo XX". *Estudios Sociales*, nº 10. Santa Fe, 1996a.

_____. "Inacabada transición de la historiografía española". *Bulletin d'Histoire Contemporaine de l'Espagne*, nº 24, Bordeaux, 1996b.

_____. *¡Viva El-Rei! Ensaios medievais*. Vigo, 1996c.

BECEIRO, I. *La rebelión irmandiña*. Madrid, 1977;

de la GRANJA, J. L., REIG TAPIA, A. edits., *Manuel Tuñón de Lara. El compromiso con la historia. Su vida y su obra*. Bilbao, 1993.

BONAMUSA. *Andrés Nin y el movimiento comunista en España (1930-1037)*. Barcelona, 1977.

DOMÍNGUEZ ORTIZ, A. *Alteraciones andaluzas*, Madrid, 1973.

DURAN E. *Les germanies als països catalans*. Barcelona, 1982.

FONTANA, J. *La historia*, Barcelona, 1973

FORCADELL, C. "Sobre desiertos y secanos. Los movimientos sociales en la historiografía española", *Historia Contemporánea*, nº 7, 1992

IZARD, M. "Orígenes del movimiento obrero en España", *Estudios sobre historia de España (Homenaje a Tuñón de Lara)*, I, Madrid, 1981

FUSI, J. P. "Algunas preocupaciones recientes sobre la historia del movimiento obrero", *Revista de Occidente*, nº 123, 1973.

GABRIEL, P., MARTÍN, J. L. "Clase obrera, sectores populares y clases medias". *La sociedad urbana en el España contemporánea*, Barcelona, 1994.

GABRIEL, P. "A vueltas y revueltas con la historia social obrera en España". *Historia Social*, nº 22, 1995.

GARCÍA DE LEÓN, A. *Resistencia y utopía. Memorial de agravios y crónicas de revueltas y profecías acaecidas en la provincia de Chiapas durante los últimos quinientos años de historia*. México, 1985.

GIL ANDRÉS, C. "Protesta popular y movimientos sociales en la Restauración". *Historia Social*, nº 23, 1995.

GUTIÉRREZ NIETO, J. I. *Las comunidades como movimiento antiseñorial (La formación del bando realista en la guerra civil castellana de 1520-1521)*. Barcelona, 1973.

HALICZER, S. *Los comuneros de Castilla. La forja de una revolución, 1475-1521*. Valladolid, 1987 [Wisconsin, 1981]

HINDESS, B., HIRST, P.Q. *Los modos de producción precapitalistas*. Barcelona, 1978 (Londres, 1975).

HOBSBAWM, E. "De la historia social a la historia de la sociedad". *Historia Social*, nº 10, 1991.

JULIÁ, S. "Marx y la clase obrera de la revolución industrial". *En Teoría*, nº 8/9, 1981-1982.

_____. "Fieles y mártires. Raíces religiosas de algunas prácticas sindicales en la España de los años treinta". *Revista de Occidente*, nº 23, 1983.

_____. "La historia social y la historiografía española", *Ayer*, nº 10, 1993.

_____. "¿La historia en crisis?', *Historia a debate*. I, Santiago, 1995.

LORENZO, A. *El proletariado militante*. 2 vol., 1901-1923.

MOLLAT, M., WOLFF, P., *Uñas azules, jacques y ciompi. Las revoluciones populares en Europa en los siglos XIV y XV*. Madrid, 1976 (París, 1970).

MONSALVO ANTÓN, J. M. *Teoría y evolución de un conflicto social. El antisemitismo en la Corona de Castilla en la Baja Edad Media*. Madrid, 1985.

MORATO, J. J. *Historia de la Asociación del Arte de Imprimir.* 1925.

MORETA, S. *Malhechores-feudales. Violencia, antagonismos y alianzas de clases en Castilla, siglos XIII-XIV.* Salamanca, 1978.

MUÑOZ I LLORET, J. *Jaume Vicens Vives. Una biografía intelectual.* Barcelona, 1997.

NÚÑEZ DE ARENAS, M. *Algunas notas sobre el movimiento obrero español.* 1916.

OLÁBARRI, I. *Relaciones laborales en Vizcaya (1890-1936).* Durango, 1978.

ORTIZ REAL, J. *Cantabria en el siglo XV. Aproximación al estudio de los conflictos sociales.* Santander, 1985.

PALOP RAMOS, J. M. *Hambre y lucha antifeudal. Las crisis de subsistencias en Valencia (siglo XVIII).* Madrid, 1977.

PÉREZ, J. *La revolución de las Comunidades de Castilla (1520-1521).* Madrid, 1977.

PÉREZ LEDESMA, M. *El obrero consciente. Dirigentes, partidos y sindicatos en la II Internacional.* Madrid, 1987.

_____. *Estabilidad y conflicto social. España, de los iberos al 14-D.* Madrid, 1990a.

_____. "Historia del movimiento obrero. Viejas fuentes, nueva metodología", *Studia Histórica.* vol. VI-VII, 1990b.

_____. "Manuel Tuñón de Lara y la historiografía del movimiento obrero", *Manuel Tuñón de Lara. El compromiso con la historia. Su vida y su obra.* Bilbao, 1993.

_____. "Cuando lleguen los días de la cólera (Movimientos sociales, teoría e historia)". *Zona Abierta,* nº 69, 1994.

_____. coord., *El Senado en la historia.* Madrid, 1995.

PIQUERAS, J. A. "El abuso del método, un asalto a la teoría", *La historia social en España. Actualidad y perspectivas.* Madrid, 1991.

PRO RUIZ, J. "Sobre el ámbito territorial de los estudios de historia". *Historia a debate,* III, Santiago, 1995.

RAVENTÓS, M. *Assaig sobre alguns episods històrics dels movimients socials a Barcelona en el segle XIX.* 1925.

SAMUEL, R.edit. *Historia popular y teoría socialista.* Barcelona, 1984 (Londres, 1981).

SARASA, E. *Sociedad y conflictos sociales en Aragón: siglos XIII-XV (Estructuras de poder y conflictos de clases).* Madrid, 1981.

THOMPSON, E. P. *Miseria de la teoría.* Barcelona. 1981 (Londres, 1978).

TUÑÓN, Manuel "Problemas actuales de la historiografía española". *Sistema,* nº 1, 1972, p. 44.

UNESCO, 1982. *Tendencias de la investigación en las ciencias sociales.* Madrid.

VIVES, *V. Ensayo sobre la morfología de la Revolución en la Historia Moderna.* Zaragoza, 1947.

VIDAL PLA, J. *Guerra del segadors i crisi social. Els exiliatis Filipistes (1640-1652),* Barcelona, 1984;

VV.AA. *Clases y conflictos de clases en la historia,* Madrid, 1977, p. 9.

WOODS, A. "El significado de una revolución". *Viento Sur,* nº 32, 1997

YUN, B. *Crisis de subsistencias y conflictividad social en Córdoba a principios del siglo XVI.* Córdoba, 1980.

"Tensiones sociales en los siglos XIV y XV", *I Jornadas de metodología aplicada de las ciencias históricas,* II, Santiago, 1973, p. 273-5.

"La historia que viene", *Historia a debate,* I, 1995, p. 104-5.

# Educação Indígena Colonial: Ironias de um Projeto*

Maria Sylvia Porto Alegre

Professora aposentada da Universidade Federal do Ceará;
Doutora em Antropologia pela Universidade de São Paulo

Como pesquisadora da história indígena e do indigenismo, minha atenção pela educação indígena colonial foi despertada anos atrás, ao ler um relato de Mário de Andrade. Em suas andanças de estudioso da música popular brasileira e em busca das influências ameríndias no movimento artístico nacional, Mário embrenhou-se nas vilas e povoados do interior, em vários cantos do país. O episódio faz parte de sua passagem pela Amazônia e é contado nos termos que se seguem:

"Uma feita, em Fonte-Boa, no Amazonas, eu passeava sob um solão de matar. Saía um canto feminino duma casa. Parei. Era uma gostosura de linha melódica, monótona, lenta, muito pura, absolutamente linda. Me aproximei com a máxima discrição, para não incomodar a cantora, uma tapuia adormentando o filho. O texto que ela cantava, língua de branco não era. Tão nasal, tão desconhecido, que imaginei fala de índio. Mas era latim... de tapuio. E o acalanto não passava do *Tantum Ergo* em cantochão. Uma sílaba me levou para outra e, mais intuição que realidade, pude reconhecer também a melodia. A deformação era inconcebível. Porém, jamais me esquecerei da comoção de beleza que recebi dos lábios da tapuia." (ANDRADE, 1944:184)

A complicada reelaboração das influências musicais recebidas do colonizador, descoberta por Mário de Andrade, ilustra bem a questão da ressignificação cultural. O episódio aponta para a diversidade de respostas que as culturas indígenas podem oferecer ao contato com o homem branco e a imponderabilidade que acompanha as tentativas de aplicação do projeto assimilacionista que definiu e atravessou toda a política indigenista do Estado, ao longo de quase cinco séculos de história.

A definição de uma nova política de educação indígena, introduzida pela Constituição Federal de 1988, e minha aproximação mais recente com pesquisadores na área de educação preocupados com a diferenciação sócio-cultural, levaram-me a desejar aprofundar essa reflexão, no sentido de considerar o papel desempenhado pela educação como instrumento político da colonização portuguesa em relação aos índios no Brasil. Mais precisamente, interessa-me verificar o modo pelo qual os parâmetros pedagógicos circularam e foram aplicados às sociedades indígenas, tentando estabelecer os nexos entre a cultura e a política a partir das relações de intervenção e dominação ocorridas na vida quotidiana dos índios aldeados em missões religiosas.

* Este trabalho foi apresentado na Oficina "Educação e Diferenciação Sócio-Cultural", durante o IV Encontro Luso-Afro-Brasileiro realizado no Rio de Janeiro, de 2 a 5 de setembro de 1996

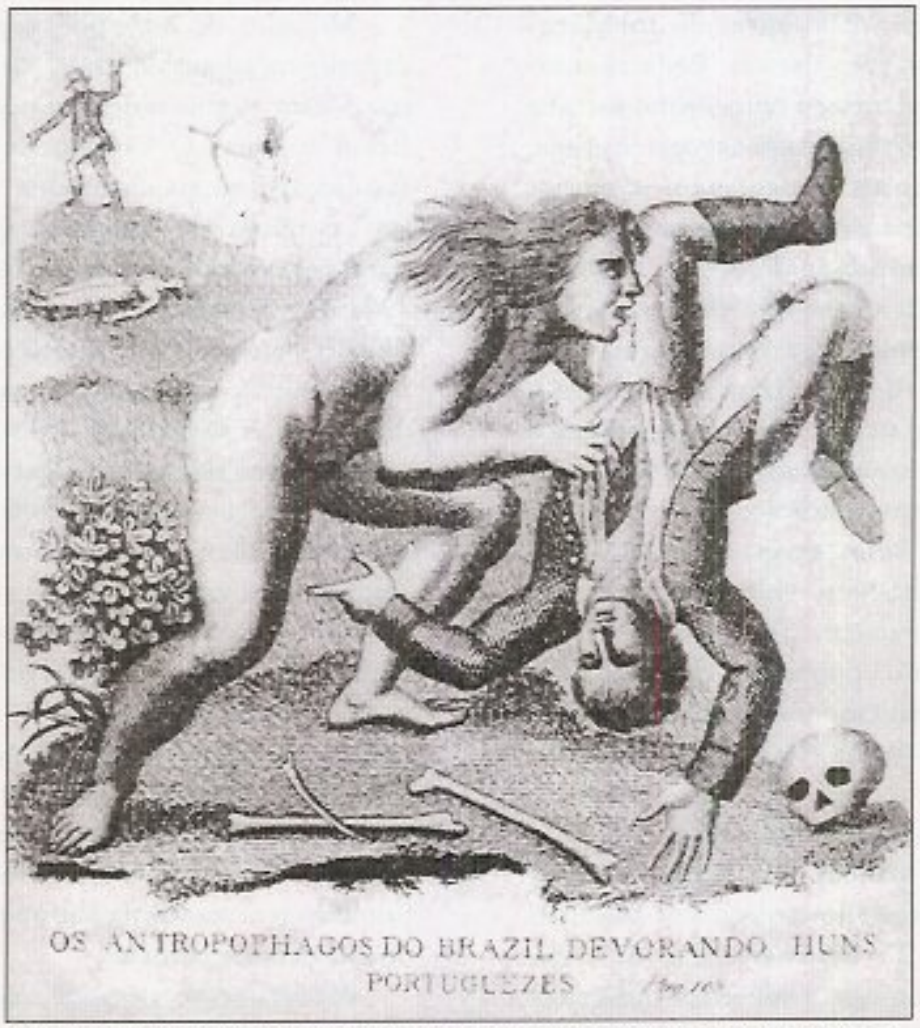
Os objetivos da educação indígena colonial visavam atingir duas metas: a evangelização cristã e a "civilização" dos povos indígenas. O projeto de transformar os povos indígenas em bons cristãos e leais súditos portugueses fez da escola parte integrante fundamental de um empreendimento interessado, antes de tudo, em transformar os "selvagens americanos" em trabalhadores regulares e soldados disciplinados, a serviço do Estado, da Igreja e dos colonos. A aplicação da política educacional teve dois momentos e dois agentes diferenciados. Nos séculos XVI e XVII e na primeira metade do século XVIII, a escolarização das crianças e dos jovens nas aldeias indígenas foi feita por padres, na grande maioria jesuítas, os quais controlaram o ensino por mais de duzentos anos. A partir de 1755/1760, após a expulsão dos jesuítas, a figura do mestre-escola religioso foi substituída pela do professor leigo, cuja atuação, regulamentada pelas leis do chamado "Diretório pombalino", perdurou até o final do domínio colonial português.

## A educação como instrumento de controle

Ao trazer para a colônia as instituições políticas e administrativas e o aparato jurídico metropolitano, o Estado português trouxe, também, formas de organização cultural, valores e normas destinados a gerir não só a prática da vida pública mas as atitudes e comportamentos dos indivíduos e dos grupos, aí incluídos os mais diversos modos de convivência e sociabilidade na esfera da vida privada. Para tanto foram mobilizados diferentes recursos. Em alguns setores tentou-se a simples adaptação das instituições metropolitanas às condições locais, caso do sistema administrativo de governo, transplantado sem muitas modificações, com suas normas, legislações e práticas (AVELLAR, 1956). Em outros setores foi preciso inventar formas únicas e peculiares de ação e definir políticas inteiramente novas. É nesse segundo caso se incluem os projetos de educação formulados para interferir nas sociedades ameríndias de modo a criar condições culturais que permitissem melhor dominá-las e submetê-las aos novos donos da terra.

A política indigenista colonial passou por várias formulações, enfrentando marchas e contramarchas e modificando-se ao longo do tempo. Não foi um projeto uniforme aplicado homogeneamente mas um processo complexo que obedeceu aos diferentes interesses luso-brasileiros em jogo, bem como às peculiaridades dos grupos dominantes locais e aos modos específicos pelos quais os índios enfrentaram o contato com o homem branco, resistindo ou acomodando-se à usurpação de seus territórios e às tentativas de desorganização da unidade tribal levadas a cabo pelos colonizadores. A educação recebeu atenção permanente dos poderes coloniais, como instrumento de controle e submissão dos índios aos desígnios metropolitanos. Educar os índios tornou-se, desde cedo, uma estratégia central da aliança entre o Estado e a Igreja, ambos dispostos a levar a evangelização e a "civilização" às terras conquistadas e, desse modo, criar condições de enfrentar o "problema indígena" causado pelas populações nativas insubmissas.

Trabalhando em conjunto para isso, a implantação de uma política educacional junto às populações nativas começou a se delinear em Portugal logo nas primeiras décadas do século XVI, tomando corpo com a fundação da Companhia de Jesus por Inácio de Loyola, em 1540. Não só no Brasil mas também na Ásia e na África, a intenção dos jesuítas era usar o ensino escolar como meio de conversão e submissão, o que vinha ao encontro dos interesses da Coroa




*Os antropophagos do Brazil devorando huns portuguezes.* Estampa em SCHMIDEL, Ulrich. *Uma historia.* Muremberg, 1599.

portuguesa, ficando desde logo essa tarefa a cargo de missionários enviados para o Oriente e o Ocidente do império português. As primeiras experiências educacionais foram postas em prática em Goa e Malaca, daí passando para o Japão e para cidades com estabelecimentos portugueses na Índia, como Cochim, Baçaim, Coulão e Ormuz. As missões orientais estenderam-se a Macau e a toda a China e sudeste asiático, onde os jesuítas tiveram uma forte atuação, embora não tão prolongada quanto no Brasil. Até o final do século XVII viajaram para o Oriente cerca de mil jesuítas portugueses (WICKI, 1971:593-5).

A ação missionária de introdução da instrução escolar no Brasil foi sincrônica e obedeceu aos mesmos princípios. Os jesuítas fundaram seminários e colégios destinados ao ensino das humanidades, da filosofia e da teologia, visando formar um clero nativo que pudesse se ocupar da prática missionária. O ensino ocupava grande parte das atividades doutrinárias dos padres.

Do mesmo modo que na Índia, na China e no Japão, nas escolas primárias aqui instaladas as crianças nativas deviam aprender a música e o canto, além de ler, escrever e contar. A Companhia de Jesus dava prioridade ao aprendizado das

línguas locais, como meio eficaz de aproximação com as populações nativas. Pode-se mesmo afirmar que a prática do bilingüismo foi uma das marcas mais enfáticas da pedagogia inaciana, visto que os religiosos empenharam-se em registrar vocabulários e gramáticas nativas, editando grande quantidade de obras religiosas e literárias, de instrução e doutrina cristã, que compõem um legado impressionante da ação que levaram a cabo no ultramar português. Aliás, note-se que na metrópole sua presença não era menor, tanto na educação escolar como no ensino dos ofícios mecânicos. O ensino primário e médio de latim, grego e hebraico, matemática, arte, filosofia e teologia era exercido quase que exclusivamente pelos padres, fazendo-se acompanhar da publicação de grande número de obras didáticas, doutrinárias, de literatura, oratória e filosofia (GOMES, 1971: 589-92).

O ensino jesuítico no Brasil teve início com a chegada do Pe. Manoel da Nóbrega à Bahia, em 1549, e a fundação dos colégios de São Paulo, em 1553, e do Rio de Janeiro, em 1565. Esperava-se dos meninos e meninas indígenas que aprendessem a ler, escrever e contar e, além disso, que cantassem, dançassem, tocassem um instrumento e, naturalmente, rezassem. A evangelização tinha como pré-requisito a eliminação dos costumes indígenas julgados "perniciosos" para que se inculcasse no espírito dos "selvagens" o modelo de vida cristão. Na prática, instauravam-se as condições para transformar os índios em mão de obra qualificada a serviço dos colonos, por meio do ensino regular e estável dos ofícios mecânicos (LEITE, 1945 e 1950). Também formavam-se os interpretes indígenas versados em português e na "Língua Geral", para acompanhar as missões religiosas e militares na conquista de novos territórios e no contato com as demais populações indígenas.

Munidos de uma pedagogia própria e da experiência adquirida como educadores, os jesuítas foram a mola mestra do ensino escolar no Brasil colonial. O Colégio Real das Artes era responsável pelos chamados "estudos menores", conjunto de disciplinas que visavam preparar para os estudos universitários (SERRÃO, 1971:131-3). Irmãos estudantes de teologia e filosofia encarregavam-se do ensino nesses estabelecimentos, enquanto a maioria dos padres dedicava-se à implantação do sistema e sua consolidação nas aldeias mais afastadas dos centros urbanos. Nestas, com a mesma ênfase com que ensinavam a ler, escrever e contar, transmitiam a doutrina religiosa e treinavam os indígenas sob seu controle nas artes e ofícios necessários ao empreendimento colonial. Nos conventos, nas escolas e oficinas jesuíticas os indígenas fabricavam móveis e utensílios, fundiam sinos e objetos de bronze, imprimiam livros, desenvolviam as artes do couro, da madeira e da cerâmica, sob as ordens de mestres religiosos e leigos, primeiro recrutados na Europa e depois treinados na própria colônia[1].

Paralelamente, a evangelização tinha em vista criar condições para a utilização dos povos indígenas em operações militares. Para Serafim Leite, historiador da Companhia de Jesus no Brasil, Nóbrega já trazia consigo a formulação

1. As escolas e oficinas de artes e ofícios instaladas nos colégios e nas aldeias formavam artistas e operários qualificados: pedreiros, ferreiros, carpinteiros, escultores, torneiros, sapateiros, alfaiates, tecelões. Nas oficinas de São Paulo o principal trabalho dos rapazes índios era tomar conta das forjas e ferrarias onde eram fabricados anzóis, facas, machados, foices, enxadas e outros utensílios (LEITE, 1950:23-6). No Ceará, havia um bom número de artesãos índios dedicados aos ofícios de carpinteiro, ferreiro, sapateiro, pedreiro e ourives, segundo o *Mapa dos Casais, Pessoas Livres e Oficiais de vários ofícios da Vila de Monte-Mor-o-Novo* (ARQUIVO, 1761). Os trançados em palha de carnaúba eram praticas indígenas aproveitadas pelos padres em todo o litoral do nordeste, onde teve origem um artesanato de cestas, esteiras e chapéus de palha ainda hoje encontrado (MENEZES, 1871).

política de que os instrumentos pedagógicos de conversão e catequese deveriam servir à unidade política portuguesa, na guerra contra os índios insubmissos e os "inimigos externos" (LEITE, 1945:595-9). O Regimento dado em 1548 por D. João III ao governador enviado à Bahia, Tomé de Souza, continha instruções para que os padres se aproximassem dos nativos e usassem sua interferência nas guerras intertribais, procurando facilitar a ação dos portugueses pela manipulação de alianças com algumas etnias e combate a outras. Desse modo, evangelizar e civilizar eram metas que se complementavam na consolidação do território conquistado, reforçando as alianças entre o Estado e a Igreja.

Tal pedagogia surtiu os efeitos desejados entre muitos grupos de índios aldeados, como constatamos no caso dos aldeamentos localizados no Ceará. O trabalho indígena sob controle das missões ali instaladas foi largamente utilizado pelos colonos nos séculos XVII e XVIII e, além disso, os aldeamentos forneciam desde milícias de índios para combater índios rebelados até agentes administrativos, os chamados "capitães" de índios, enviados para controlar os novos territórios ocupados. A partir das missões garantia-se a comunicação com os pontos mais afastados da capitania e abria-se caminho para o avanço das frentes de expansão econômica da pecuária e do algodão, responsáveis pela ocupação da terra (PORTO ALEGRE, 1989/1990; 1993 e 1994).

O projeto parecia render a ambas as partes os resultados esperados e o fortalecimento das duas instituições caminhou por muito tempo na mesma direção, conjugando interesses políticos tanto na doutrina quanto na prática. Do ponto de vista do uso da educação como instrumento de controle, o que se buscava, tanto por parte do Estado como da Igreja, eram meios eficazes de dominar os índios, consolidando o processo de conquista e ocupação dos territórios por eles habitados e submetendo-os ao trabalho compulsório, tudo isso segundo o princípio de que educar os índios significava convertê-los em seres civilizados.

## O ensino nas aldeias jesuíticas

Na costa litorânea brasileira tentou-se por em prática esse ambicioso programa logo nos primeiros aldeamentos jesuíticos fundados no século XVI e posteriormente expandidos em pontos estratégicos como a Bahia, o Rio de Janeiro e São Paulo. No interior do país e na Amazônia as mesmas experiências se deram a partir do século XVII, em lugares escolhidos por sua importância como pontos de defesa afastados dos núcleos mais povoados do litoral. A jurisdição no governo das aldeias no norte e nordeste foi regulamentada pelo Padre Antônio Vieira, por meio do *Regulamento das Aldeias* (VIEIRA, apud LEITE, 1945). No sul do Brasil, as reduções fundadas pelos jesuítas também se constituíram a partir do século XVII (MONTOYA, 1985), em moldes semelhantes às demais áreas de atuação jesuítica.

Para melhor entender o uso político da educação indígena nesse contexto, vejamos alguns aspectos da prática pedagógica da época. Os conceitos educacionais já aparecem expressos por Nóbrega em sua conhecida pregação *Diálogo sobre a Conversão do Gentio*, de 1557 (LEITE, 1955-1960). Para Nóbrega a redução dos índios aldeamentos missionários justificava-se como meio necessário à conversão dos nativos. A fundação da aldeias tomava por base o princípio de que a conversão dependia de métodos de educação e cultura, urgindo criar circunstâncias que justificassem a obra, sobretudo na educação das crianças. Duas condições se impunham como essenciais à conversão: empenho

dos missionários e obediência dos índios à autoridade dos padres. Além de rezar, eram deveres dos meninos índios aprender a ler, escrever e contar, e das meninas: fiar, tecer e coser[2]. E obedecer. Doutrina, instrução, trabalho e sujeição caminhavam juntos.

A ação catequética oscilava entre métodos coercitivos e persuasivos. Os jesuítas supunham que a disposição dos índios para se deixar converter dependia dos métodos de atração e persuasão e não apenas da coerção. Para isso lançaram mão de elementos da própria cultura indígena que se mostrassem eficazes na aproximação. Os métodos persuasivos foram empregados na medida em que os padres conseguiram ser bem sucedidos no uso de uma pedagogia que incorporava atividades artísticas como a música, o canto e as artes manuais, que na verdade já eram parte importante das culturas indígenas, na fase anterior à conquista, a novas manifestações introduzidas pela cultura dos próprios religiosos. Por outro lado, a conversão por meios repressivos e punitivos também era largamente empregada, instituindo-se nas aldeias até mesmo a prisão em cadeia das crianças indígenas que fugiam da escola. A aplicação de castigos corporais, açoites, palmatórias e outros recursos característicos da pedagogia do tempo, para os atos de desobediência, era uma regra (LEITE, 1965).

Um ponto consensual dizia respeito ao emprego do bilingüismo. O programa escolar catequético impunha ao mestre-escola o aprendizado das línguas indígenas em todos os estabelecimentos fundados e nas aldeias. Para expandir o bilingüismo, nos primeiros tempos da conquista, chegou-se a trazer meninos órfãos de Portugal e misturá-los às crianças indígenas, para que aprendessem as línguas nativas e ensinassem português aos índios. De modo semelhante, uma das primeiras medidas tomadas por Vieira no norte e na Amazônia foi recrutar um contingente de intérpretes, os *línguas*, que falavam o "tupi da costa" ou "língua geral", para auxiliar na ação pedagógica dirigida aos índios recém contatados naquela região (AGOSTINHO, 1955:28).

As artes, em especial a música, era outro recurso valorizado. Mário de Andrade não ficaria tão surpreso com o cantochão em latim da tapuia, se soubesse como os jesuítas lançaram mão de estratégias desse tipo como meio de aproximação com as sociedades indígenas para obter seus intuitos, procurando dissolver as resistências onde e como fosse possível. Meninos cantores eram levados às missões, para participar da missa cantada, dos salmos e das cantigas, dos hinos litúrgicos e das procissões, onde os maracás se misturavam às flautas, fazendo com que a música, o canto e a dança se tornassem elemento chave da pedagogia disciplinar nas aldeias (LEITE, 1950:54-5). Como meio de fixação à escola e à igreja, os padres estimulavam a formação de cantores, músicos, regentes de coro e orquestra, fazendo com que as crianças

2. O aprendizado da tecelagem e das manufaturas de algodão nativo, que aparecem no relato dos cronistas desde o século XVI (GANDAVO, 1570; LÉRY, 1557; SOUZA, 1587), formavam o setor mais importante do ensino técnico nas aldeias. Em São Paulo a tecelagem foi o principal ofício indígena nos séculos XVI e XVII (HOLANDA, 1957). No Ceará, Piauí e Maranhão, essa atividade também foi muito desenvolvida nas escolas indígenas, pois o algodão era o produto básico da economia indígena. Valendo-se da prática antiga dos índios, os jesuítas organizaram o trabalho têxtil e ensinaram as mulheres a confecção de rendas e bordados, para fazer os paramentos das igrejas e as roupas de uso diário e freqüência à missa e às festas da Igreja. As índias tecelãs foram objeto de disputa entre missionários e colonos, tendo se tornado exímias bordadeiras e rendeiras. De acordo com o *Mapa Geral do que produziram as sete vilas e lugares do Ceará e Rio Grande do Norte* (ARQUIVO, 1761:caixas do Ceará), nas aldeias confiscadas aos jesuítas nessas duas capitanias havia, em 1760, 621 rapazes na escola, 40 deles aprendendo ofícios vários e 302 moças, aprendendo a fiar, tecer e coser.

*Padre Antonio Vieira.* Ilustração em BARROS, André. *Vida do apóstolo Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus.* Lisbos, 1746.

portuguesas e indígenas cantassem e dançassem em conjunto. Nos seminários ou confrarias de meninos índios eram freqüentes o canto, a dança e o aprendizado de instrumentos musicais, como a flauta, a viola, a gaita, o órgão e até o berimbau (Idem: 59-63).

As centenas de documentos compulsados pelo padre Serafim Leite nos arquivos da Ordem, em Roma, incluem numerosas orações e cantigas musicadas em língua portuguesa e tupi, mostrando a importância dada a esses materiais nas escolas e nas aldeias, onde padres como

Azpilcueta Navarro, que era também cantor, e Salvador Rodrigues fizeram escola no século XVI, cantando missas e rezando em idioma Tupi. Às criações culturais bilíngües utilizadas em autos e festas religiosas acrescentam-se os vocabulários e catecismos escritos na língua geral, como as gramáticas de José de Anchieta e Luís Figueira (LEITE, 1945:596). Elementos como as gramáticas e dicionários e o uso da língua geral ao lado do português fornecem indícios que mostram o papel ambivalente da pedagogia jesuítica, ao procurar construir um projeto de assimilação tomando por base ora a manutenção ora a negação da diversidade cultural.

## Os percalços do projeto jesuítico

O projeto educacional da Companhia de Jesus foi contraditório tanto no que diz respeito aos métodos empregados quanto à eficácia pedagógica. Ao longo de sua atuação a Companhia ateve-se, tanto no plano prático como no doutrinário, ao patamar da mudança dos costumes apenas para obter a conversão declarada dos índios, pouco se concentrando nas questões propriamente relacionadas à fé religiosa. Os valores e crenças considerados compatíveis com o projeto que tinham por meta eram deixados em paz, enquanto eram combatidos tenazmente aqueles elementos da cultura tidos como incompatíveis com os desideratos ambicionados. O nomadismo, por exemplo, dificultava mais o controle de alguns grupos indígenas do que a prática da poligamia. A própria doação de sesmarias aos padres resultava do argumento utilizado pela Igreja de que a sedentarização dos índios era indispensável à evangelização, além de servir a objetivos de defesa militar e liberação da terra para povoamento dos colonos, como queria o Estado. Por isso, os padres preocupavam-se mais com a dispersão das aldeias do que com as formas de habitação coletiva, a composição social das famílias indígenas que nelas habitavam ou a manutenção de algumas de suas tradições.

O desagrado da Coroa portuguesa frente às ambigüidades e contradições dos métodos dos religiosos não tardaria a se manifestar. A manutenção dos costumes indígenas causava estranhamento e provocava críticas, inclusive no interior da própria Igreja (LEITE, 1950:254), gerando controvérsias e desagrado crescentes e encontrando oposições de peso nos círculos políticos e entre as elites luso-brasileiras. Para enfrentar o descontentamento, na fase final da sua atuação, há indicações de que a Companhia de Jesus passou a dar preferência aos métodos em que a religião era diretamente imposta, aumentando a repressão às práticas indígenas e tornando obrigatória a adoção dos costumes ocidentais. Segundo PREZIA (1992), no plano das relações de parentesco, os padres insistiram com maior veemência do que anteriormente para que as casas familiares substituíssem as habitações coletivas no interior das aldeias por eles administradas. Na esfera do trabalho, os homens passaram a ocupar o lugar das mulheres cuidando da lavoura, foram criados horários rígidos de atividades, com a introdução de tarefas que tinham a disciplina de um quartel militar. Porém em muitos casos, de acordo com o mesmo autor, os religiosos que trabalhavam nos aldeamentos preferiram tomar a defesa dos "seus índios".

Visto de uma outra forma, poderíamos dizer que os indígenas, em grande parte, "aculturaram" os padres para conseguir manter a continuidade de suas sociedades e seus modos de vida, embora modificados pelas imposições e coerções do projeto integracionista. Mediante determinadas concessões necessárias à própria

sobrevivência, há indícios de que as contradições apontadas eram antes imposições da própria situação vivida nas aldeias e das relações engendradas pelo contato interétnico. Apesar da ausência de estudos de caso que possam aprofundar o exame dessas questões, o exame preliminar dessa problemática aponta para a hipótese de que a dinâmica da educação indígena colonial está inserida no centro das experiências de aldeamentos missionários, no período colonial. O âmbito das práticas culturais em que o projeto pedagógico se desenvolveu indica que a tarefa a que se propunham não era tão fácil de ser concretizada.

## A reforma pedagógica pombalina

Ao mesmo tempo em que os métodos utilizados pelos jesuítas não foram recebidos com bons olhos nas esferas do poder, os padres enfrentavam conflitos crescentes com os colonos em torno do controle da mão de obra indígena. Os desacordos quanto aos meios de levar a cabo a política indigenista, bem como as contradições entre as construções ideológicas e as práticas concretas refletiram-se em divergências manifestas quanto os métodos de ensino adotados pelos padres na educação escolar, no interior das missões.

Por exemplo, a insistência em pregar nos idiomas nativos e a tolerância aos valores, costumes e tradições indígenas eram aspectos da evangelização que os padres julgavam úteis e eficazes para os seus desígnios. Porém, o uso de práticas persuasivas revelou-se um ponto de discórdia irremediável nas relações entre a Igreja e o Estado português, para o qual a pedagogia da violência usada no interior das aldeias pelos catequéticos parecia oferecer resultados mais eficazes. Na ótica do governo metropolitano as aldeias indígenas estavam se transformando em territórios livres e intocáveis, dominados pelos padres, os quais mostravam-se tolerantes em demasia, de modo a justamente impedir que o controle das populações indígenas lhes fugisse das mãos (LEITE, 1965).

As discordâncias que culminaram no rompimento da aliança com a Companhia de Jesus e sua supressão em Portugal e nos domínios do império no Ultramar não podem ser abordadas nos limites deste artigo. Mas são do maior interesse para o exame da questão educacional pois delas resultaram uma ampla reforma do ensino e o redirecionamento do projeto de "civilização" dos índios, que iriam ser corporificadas com as novas propostas geradas e promovidas pelo Marquês de Pombal. No norte do Brasil, os conflitos entre os jesuítas e a Coroa aguçaram-se entre 1751 e 1759, no então chamado Estado do Grão-Pará e Maranhão (COUTO, 1995), onde as aldeias indígenas passaram a ser regulamentas pelo *Diretório dos Índios*, criado em 1757 e logo estendido ao Estado do Brasil (ALMEIDA, 1997).

A reforma pombalina da área da educação não estava disposta a deixar nenhum espaço aberto à diversidade étnica nem à relativa autonomia das sociedades indígenas, vistas como as principais características negativas da anterior política jesuítica, a ser desmontada. Tomando por princípio as novas idéias de unidade e identidade propostas por Pombal, o projeto de "tornar os índios em portugueses" ficou mais agressivo, a começar pela questão lingüística. De fato, o *Diretório* tinha como critério central a imposição da língua portuguesa (DOMINGUES, 1995). Os parágrafos sexto, sétimo e oitavo afirmavam expressamente que a "língua geral" era uma invenção diabólica dos primeiros conquistadores e que o bilingüismo impedia a civilização e permitia que os povos nativos permanecessem "bárbaros".

O uso das línguas nativas, estratégia que continuou a ser empregada por missionários e párocos insubmissos às novas regras, sobretudo na Amazônia, foi objeto de controvérsias e acusações no Tribunal da Inquisição, de extrema importância para a história política e religiosa colonial (SILVA, 1995). As proibições contidas nas leis do *Diretório* pressupunham que os métodos jesuíticos facilitavam a continuidade das sociedades indígenas e estimulavam a manutenção das diferenças culturais, ao invés de promover a unidade e fortalecer a identidade portuguesa, agora enfatizada de modo inédito. Nesse sentido, a obrigatoriedade da língua portuguesa sobrepunha-se às outras medidas assimilacionistas mais difíceis de serem postas em práticas, como o incentivo à miscigenação, a separação das famílias e dos grupos mediante a transferência dos indígenas de uma aldeia para outra e outros artifícios usados com o objetivo de desarticular a vida tribal.

Conforme pode se apreender da leitura das leis do *Diretório* (ver reprodução na íntegra em ALMEIDA, 1997), os casamentos mistos passaram a ser estimulados, dando-se aos indígenas as mesmas honrarias e títulos concedidos aos brancos, com a adoção de nomes portugueses. As reformas na educação visavam alcançar toda a vida social, indo da imposição do uso de roupas na escola e na igreja às crianças, jovens e adultos que insistissem em andar nus ao controle da terra e do trabalho indígenas. Cada aldeia deveria ter um mínimo de 150 moradores, facilitando-se o estabelecimento de moradores brancos com direito à posse da terra e os homens entre 13 e 60 anos deveriam trabalhar metade do ano para os colonos. Os *diretores dos índios* encarregavam-se de "manter a ordem", fazer cumprir as leis e promover a "reforma dos abusos, dos vícios e dos costumes".

Como parte das estratégias integracionistas, tentou-se dividir essas tarefas com as lideranças indígenas locais. Os chefes e *principais* indígenas foram transformados em capitães, sargentos-mores, vereadores e juizes e suas famílias ganhavam o *status* de cidadãos portugueses. Procurava-se dirigir o ensino aos filhos das chefias no intuito de formar uma elite capaz de administrar as aldeias de acordo com as normas metropolitanas e o poder local. Também tornou-se comum enviar os meninos e jovens indígenas para internatos, seminários e conventos, onde deveriam ser instruídos e preparados para assumir o lugar dos pais e exercer funções junto aos administradores e colonos (DOMINGUES, 1995).

Desse modo, a nova política educacional se inseria no movimento de difusão do despotismo ilustrado na metrópole e no interior das elites luso-brasileiras coloniais. A secularização da educação foi concomitante a outras formas de substituição de funções, que resultaram na acomodação da Igreja a um lugar subordinado ao Estado nas relações com os índios, limitando-se a práticas em que os padres não podiam ser dispensados, como batismos, casamentos e funerais. Os religiosos continuaram a se ocupar do ensino escolar mas já não gozavam do poder e das prerrogativas anteriores.

A pedagogia pombalina reconhecia a importância de controle dos aspectos culturais nas relações com os povos indígenas, relegados a segundo plano pelo Estado, até então, e que os jesuítas souberam aproveitar tão bem, ocupando espaços pouco valorizados pela Coroa, mais preocupada com os empreendimentos econômicos e militares. Dando-se conta de que um Estado fraco no plano da intervenção cultural abria espaço para o fortalecimento das sociedades tribais, Pombal deu à política educacional um lugar central nas suas reformas, de modo a reforçar a dominação portuguesa na colônia.

No entanto, o sistema educacional secularizado não se expandiu. O governo português

não conseguiu fazer durar suas reformas e nem mesmo implementá-las de todo. No período final do sistema colonial, as aldeias sofreram um rápido processo de esvaziamento, com a evasão em massa dos índios em decorrência do trabalho forçado e da repressão dos costumes. Na maioria das capitanias a reforma recuou, sem conseguir levar a cabo sua proposta. A insuficiência de professores laicos tornou-se crônica. Houve uma retração da educação escolar, com o quase desaparecimento da figura tradicional do mestre-escola. Vinte anos depois da saída dos jesuítas havia somente vinte professores na Bahia, as escolas estavam fechadas ou tinham sido abandonadas (LEITE, 1965).

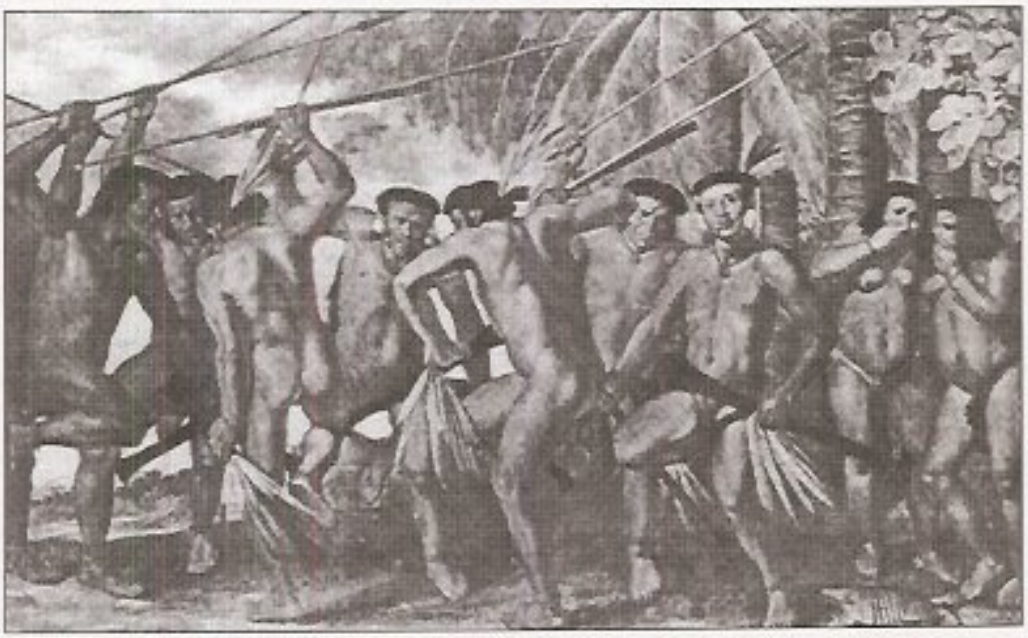
## Paradoxos do projeto educacional colonial

A tentativa de promover na colônia uma educação indígena nos moldes metropolitanos foi marcada por sucessos e fracassos, hesitações e paradoxos que mostram a distância entre as suas intenções e as ações concretizadas, especialmente no que diz respeito às dificuldades de intervenção no âmbito das fronteiras culturais e seus limites. A discussão das relações entre a cultura e a política, pelo ângulo da educação escolar, permite ver alguns nexos importantes da relação entre as práticas específicas da vida quotidiana e as instâncias de poder, com seus sistemas de dominação, identificação e diferenciação.

Os rumos tomados pelo projeto de converter os povos indígenas e ensiná-los a se tornar seres "civilizados" acabaram por se distanciar bastante de suas intenções iniciais. No cruzamento e entrechoque de influências, a educação indígena cristalizou-se na posição do Estado, visando a promoção de uma só identidade cultural no interior da colônia, na ilusão de fazê-la funcionar como um espelho da metrópole. Também para a Igreja, os primeiros resultados da evangelização pareciam otimistas, o que levou os missionários a pensar que os índios aparentavam ser como "papel branco", onde se podia escrever – e inscrever o que quiser (LEITE, 1965). Porém a primeira impressão cedo se desfez, mudando o rumo de suas interpretações e afetando o desenrolar da questão, como vimos. Nóbrega foi o primeiro a perceber que o mesmo estado inculto que favorecia uma aparente aceitação da conversão e da civilização revelou-se "muralha de pedra" para a penetração da doutrina, como observava o pregador no *Diálogo sobre a Conversão do Gentio* (NÓBREGA, 1557, apud LEITE, 1965). A matéria de que era feita a modelagem não se comparava à perenidade do mármore mas à efemeridade da murta, logo se manifestando a "inconstância selvagem" (CASTRO, 1992).

Pode-se dizer que o projeto educacional foi bem sucedido em alguns aspectos e fracassou em outros. Evidencia-se, por exemplo, a capacidade que demonstrou de imposição oficial da língua portuguesa em todo o território brasileiro, a despeito da igual capacidade de sobrevivência de numerosas línguas indígenas faladas até hoje, mesmo por grupos em contato antigo e freqüente com a sociedade nacional. Por outro lado, a absorção do conceito de civilização, que visava a criação de uma homogeneidade cultural, resultou em desacertos e equívocos em muitos pontos que dizem respeito à compreensão dos processos sociais que o próprio projeto desencadeou.

Assim, na experiência jesuítica, a política educacional, que deveria reforçar o monopólio do Reino, abalou-o perigosamente em algumas capitanias, contribuindo para a cisão com Estado. Ironicamente, a própria expulsão da Companhia dos domínios portugueses foi uma conseqüência do êxito relativo do projeto missionário junto às populações indígenas. Foi exatamente



*Dança dos Tapuias*. Albert Eckhout. Museu Nacional da Dinamarca. Óleo sobre tela, 1637-1644.

por ser bem sucedida em sua pedagogia que a Ordem se tornou tão poderosa quanto perigosa para a hegemonia do Estado português. Na visão metropolitana, os padres haviam alcançado tal ascendência sobre os índios que sua presença na colônia representava uma ameaça à unidade do império no ultramar. Temos, portanto, o paradoxo de que o aparente sucesso do empreendimento missionário tornou-se responsável pelo fracasso das ambições jesuíticas de instaurar um espaço autônomo de ação nas terras conquistadas. A possibilidade de que a Igreja criasse "territórios livres" de controle das populações indígenas, no interior das colônias, decretou o fim de sua presença no império português.

Por outro lado, o sucesso da ação dos religiosos forneceu, também, as pré-condições propícias ao poder temporal do Estado sobre os povos indígenas. A política educacional pombalina não poderia ter se instaurado sem a tutela eclesiástica anteriormente existente. A análise da pedagogia aplicada na educação dos meninos índios pelo *Diretório* no norte do Brasil (DOMINGUES, 1995:72-6) mostra as hesitações do projeto reformista, seus êxitos e fracassos. O afastamento das crianças e jovens de suas famílias para o internamento em seminários e conventos foi duramente sentido pelos índios, fazendo com que a resistência indígena à escolaridade aumentasse progressivamente, em vista da dissociação entre o ensino e as tradições culturais e étnicas.

No plano da formação de lideranças locais entre os *principais* e seus familiares, em muitos casos observou-se que os indígenas educados voltaram-se contra seus opressores fazendo uso político da língua portuguesa para intensificar os contatos inter-tribais e, ironia maior, a língua da sujeição tornou-se a língua para reivindicar os direitos indígenas junto às autoridades. A imposição dos costumes portugueses, que deveria provocar um enfraquecimento das minorias étnicas e sua integração à sociedade colonial nem sempre ocorreu, levando ao abandono dos aldeamentos. Os conflitos, rebeliões e a dispersão dos índios, que fugiam em massa das aldeias e embrenhavam-se pelas matas e serras

afastadas, para fugir à opressão, tornou-se um processo incontrolável, decretando a extinção das *Leis do Diretório* pelo governo português em 1798. Verificamos que, por outro lado, muitos grupos indígenas nossos contemporâneos sobreviveram à ação desarticuladora da conquista, exatamente nos lugares onde a pedagogia do colonizador agiu com mais intensidade: nos aldeamentos (PORTO ALEGRE, 1994). Estes se tornaram o *locus* do controle exercido por missionários e administradores coloniais e ao mesmo tempo o espaço de reelaborações culturais indígenas aos métodos empregados para submetê-los, assumindo formas bem mais complexas do que a explicação simplificada, fornecida pelo binômio de dominação "colonizador-colonizado" permite supor.

Em síntese, o modo pelo qual as idéias sobre educação circularam na sociedade luso-brasileira, entre os séculos XVI e XVIII, permite ver que os métodos pedagógicos foram acionados de diferentes maneiras na definição dos limites e das fronteiras culturais então estabelecidas. Pode-se dizer, para concluir, que a educação indígena colonial procurou impor uma ordem reguladora que buscava manipular as diferenças étnicas e suas culturas por diversas vias. Com o uso de métodos em que as características próprias das sociedades indígenas ora eram afirmadas, ora negadas, a política educacional oscilou entre o bloqueio cultural sistemático e a tolerância tutelada de tais características, criando-se uma zona de tensão permanente entre a unificação e a diferenciação sócio-cultural.

Abordando zonas cinzentas e ainda quase desconhecidas da história indígena e do indigenismo em nosso país, o estudo mais aprofundado das políticas educacionais do passado certamente contribuirão para iluminar a abordagem de problemas que estão longe de serem entendidos e que de outra forma continuam a permanecer obscuros. Ele nos mostra, ainda, a validade continuada do paradigma antropológico de que é possível alcançar níveis mais profundos de significação toda vez que damos atenção a episódios aparentemente tão pequenos como ouvir uma índia acalentando seu filho com uma cantiga no meio da tarde.

## Bibliografia


AGOSTINHO, P. e CARVALHO, M. R. 1955. "Índios, situação de contato e política indigenista na obra de Antônio Vieira: 1651-1661". *In:* XIX Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu-MG (inédito).

ALMEIDA, Rita Heloísa de. 1977. *O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII.* Brasília, UNB.

ANDRADE, Mário. 1944. *Pequena história da música,* São Paulo, Martins.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. 1761. *Mapa dos Casaes, Pessoas Livres e Oficiais de vários ofícios da Vila de Monte-Mor-O-Novo.* Arquivo Histórico Ultramarino.

AVELLAR, Hélio A. e TAUNAY, Alfredo D. 1956. *História administrativa do Brasil,* vol. I, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do DASP.

CASTRO, Eduardo V. 1992. "O mármore e a murta". *In: Revista de Antropologia,* São Paulo, USP, n. 35.

COUTO, Jorge. 1995. "O poder temporal nas aldeias de índios do Estado do Grão-Pará e Maranhão no período pombalino: foco de conflitos entre os jesuítas e a Coroa (1751-1759). *In:* SILVA, M. B. N. *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz.* Lisboa, Editorial Estampa.

*DIRETÓRIO que se deve observar as povoações dos índios do Pará e Maranhão.* (1757), *In:* MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia, de Maioria a Minoria (1750-1850).* Petrópolis, Vozes, 1988.

DOMINGUES, Ângela. 1995. "A educação dos meninos índios do Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII",. *In:* SILVA, M. B. N. *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz.* Lisboa, Editorial Estampa.

GANDAVO, Pero de Magalhães. 1924. *Tratado da Terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz, 1570.* Rio de Janeiro, Anuário do Brasil.

GOMES, João Pereira. 1971. "Jesuítas na metrópole". *In:* SERRÃO, J. *Dicionário de História de Portugal.* Porto, Iniciativas Editoriais, vol. II.

HOLANDA, Sérgio Buarque. 1957. *Caminhos e Fronteiras.* Rio de Janeiro, José Olympio Editora.

LEITE, Serafim. 1945. *História da Companhia de Jesus*, 7 vol., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

_____. 1950. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil, 1549-1750.* Lisboa, Livros de Portugal.

_____. (org.). 1956-1960. *Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil.* 3 vol., São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

_____. 1965. *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil, 1549-1760*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

LÉRY, Jean de. 1951. *Viagem à Terra do Bras il, 1557.* São Paulo, Martins.

MENEZES, Luiz Barba Alardo de. 1871. *Memória sobre a capitania do Ceará, 1814. In:* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. XXXIV.

MONTOYA, Pe. Antônio Ruiz de. 1985. *Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*, Porto Alegre, Martins.

NÓBREGA, Pe. Manoel. *Diálogo sobre a Conversão do Gentio (1557). In:* LEITE, 1965.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. 1989/1990. "Vaqueiros, agricultores, artesãos: origens do trabalho livre no Ceará colonial". *In: Revista de Ciências Sociais*, v. 20/21, N. 1/2, 1989/1990, Fortaleza.

———. 1993. "Aldeias indígenas e povoamento do nordeste no final do século XVIII: aspectos demográficos da cultura de contato". *Ciências Sociais Hoje 1993*, São Paulo, Vértice/ANPOCS, 1993.

PORTO ALEGRE, M. S., Mariz, M. e Dantas, B. G. (orgs.). 1994. *Documentos para a história indígena no nordeste*, São Paulo, NHII-USP/FAPESP, 1994.

PREZIA, Benedito e Hoornaert, Eduardo. 1992.*Esta terra tinha dono*, São Paulo, FTD.

SERRÃO, Joel. 1971. *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Iniciativas Editoriais.

SILVA, José Pereira da (org.). 1995. *Língua e Inquisição no Brasil de Pombal*, Rio de Janeiro, Eduerj.

SOUZA, Gabriel Soares. 1938. *Tratado descritivo do Brasil, 1587*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

VIEIRA, Pe. Antônio. *Regulamento das Aldeias do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1658-1660).* In: LEITE, 1945.

WICKI, Pe. José. "Jesuítas no oriente". *In:* SERRÃO, 1971.

# Engenho d'Água: Uma Casa de Tradição Bandeirista em Indaiatuba, Estado de São Paulo*

Celso Lago Paiva

Grupo de Estudos de História da Técnica (GEHT/ CMU/ Unicamp). ICOMOS Brasil.
Pesquisador de História da Técnica Construtiva e de História da Técnica Agrícola

São escassas as construções rurais relacionadas ao ciclo paulista do açúcar (segunda metade do século XVIII e primeira metade do XIX; PETRONE, 1968) conservadas atualmente. Devido a essa exigüidade de testemunhos construtivos, toda edificação sobrevivente do período deve ser objeto de estudo e de conservação.

Pesquisando remanescentes de construções coloniais desse período, fui informado a 6 de setembro de 1995 por Nilson Cardoso de Carvalho, historiador de Indaiatuba (Estado de São Paulo, Brasil), de que na periferia dessa cidade sobrevivia uma construção rural de taipa-de-pilão, que teria sido a sede da Fazenda Engenho d'Água, produtora de café no século XIX. Esse pesquisador havia recebido do Eng. Salvador Canton Garcia a impressão de ser essa construção muito antiga e merecedora de pesquisas.

Procedi entre setembro de 1995 e julho de 1997 (44 horas de campo) à análise da edificação (Figuras 1 a 3), de propriedade da Prefeitura Municipal de Indaiatuba e em excelente estado de conservação (PAIVA, 1996:32-3; 1996; 1997; prelo). O levantamento de suas características construtivas e implantação levou-me a concluir *ser a construção uma legítima "casa de tradição bandeirista"*, conforme definiu Katinsky (1972, 1976).

## Casas de tradição bandeirista

A expressão "casa bandeirista" foi utilizada por Luís Saia (1955) e por Katinsky (1972) para indicar certas casas de morada rurais erguidas em taipa-de-pilão nos séculos XVII e XVIII no Estado de São Paulo.

Construções equivalentes mais modernas, ainda setecentistas, receberam a denominação "casas de tradição bandeirista" (KATINSKY, 1972). Destaca-se a semelhança formal dessas edificações com outras existentes no norte de Portugal (VASCONCELLOS, 1968:105-6; GALHANO, 1992:205-17, 62-5, fotos 177-94; LEMOS, 1974; 1984:43; 1993), Colômbia, Equador e Venezuela (SAIA, 1955:11; AMARAL, 1981).

* Contribuição N. 2, Programa de Publicações, Grupo de Estudos de História da Técnica, Centro de Memória, Universidade Estadual de Campinas (PP/ GEHT/ CMU/ UNICAMP).

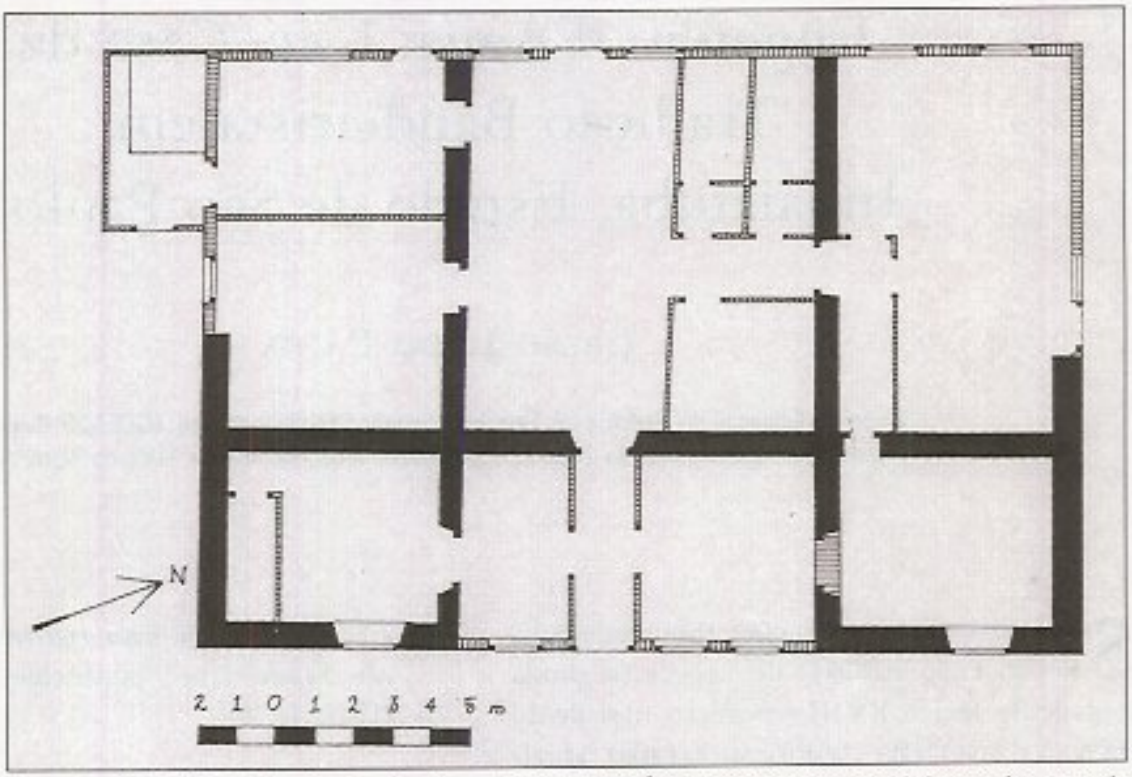



Figura 1 – *Planta-baixa da sede da antiga Fazenda Engenho d'Água, out. 1995/ mar. 1996.* As paredes em preto são de taipa de pilão e as demais de tijolos. Note-se a ligeira assimetria da planta e, na faixa fronteira, a área do pretório primitivo obturado com parede de tijolos. Desenhado pelo autor, set. 1995/ dez. 1997.

As edificações pertinentes localizam-se no território das vilas setecentistas de São Paulo, Mogi das Cruzes, Santana de Parnaíba, Sorocaba e Itu, nos atuais municípios de São Paulo, Itaquaquecetuba, Embu, Cotia, São Roque, Sorocaba, Mairinque, Tietê e Itu[1]. Construções com programa equivalente, embora não necessariamente tão antigas, foram encontradas em São Paulo e Minas Gerais[2], Goiás (SAINT-HILAIRE, 1975:21; LEMOS, 1974:42-6) e Rio de Janeiro (CARDOSO, 1943. LEMOS, 1974; FERREZ, 1981:70).

1. SAIA, 1955; 1972. KATINSKY, 1972 E 1976; MARTINS, 1978; ITAQUAQUECETUBA, 1980; AMARAL, 1981; SECRETARIA , 1984.

2. SAINT-HILAIRE, 1975:237; BURMEISTER, 1980:295; SAIA, 1972; VASCONCELLOS, 1956:192-5, 265-6; 1968; COSTA FILHO, 1963, prancha entre p. 240 e p. 241; MENEZES, 1969, figuras 34 a 66; LEMOS, 1974; OLIVEIRA, 1980:50-1; CARRAZONI, 1987:191, 231-2; LORETTE, 1995:5.

Os textos relativos às casas mencionadas por Saint-Hilaire são: "*La maison du registro,... est assez grande et n'a qu'un étage; elle se compose, à la manière brésilienne, d'un bâtiment principal et de deux ailes fort courtes, entre lesquelles est une sorte de galerie (varanda), que couvre le toit prolongé du corps de logis.*" (casa de registro na divisa de Minas Gerais e Goiás; 1848:2); "*A casa... tinha uma espécie de corpo principal estreito, compreendido entre duas alas. Um único telhado cobria as três partes do edifício, e a frente... Esse modo de construção, muito usado nos arredores do Rio de Janeiro, proporciona, na frente da casa, uma peça aberta... abrigado ao mesmo tempo da chuva e do sol. Essas peças tem o nome de varanda (galeria), como todas as que são abertas e protegidas por um teto.*" (fazenda na região de Minas Novas, no norte do Estado); "*a casa... Tinha apenas um pavimento, com uma ampla varanda na frente, que terminava num dos lados por uma bonita capela, e no outro, por um salão*" (na cidade de São Paulo; 1976:149)

Burmeister descreveu brevemente certa edificação observada em 1850 na região de Ouro Branco: "A casa, construída à moda antiga, tinha um quarto em cada canto e uma grande varanda". BURMEISTER, 1980:295.

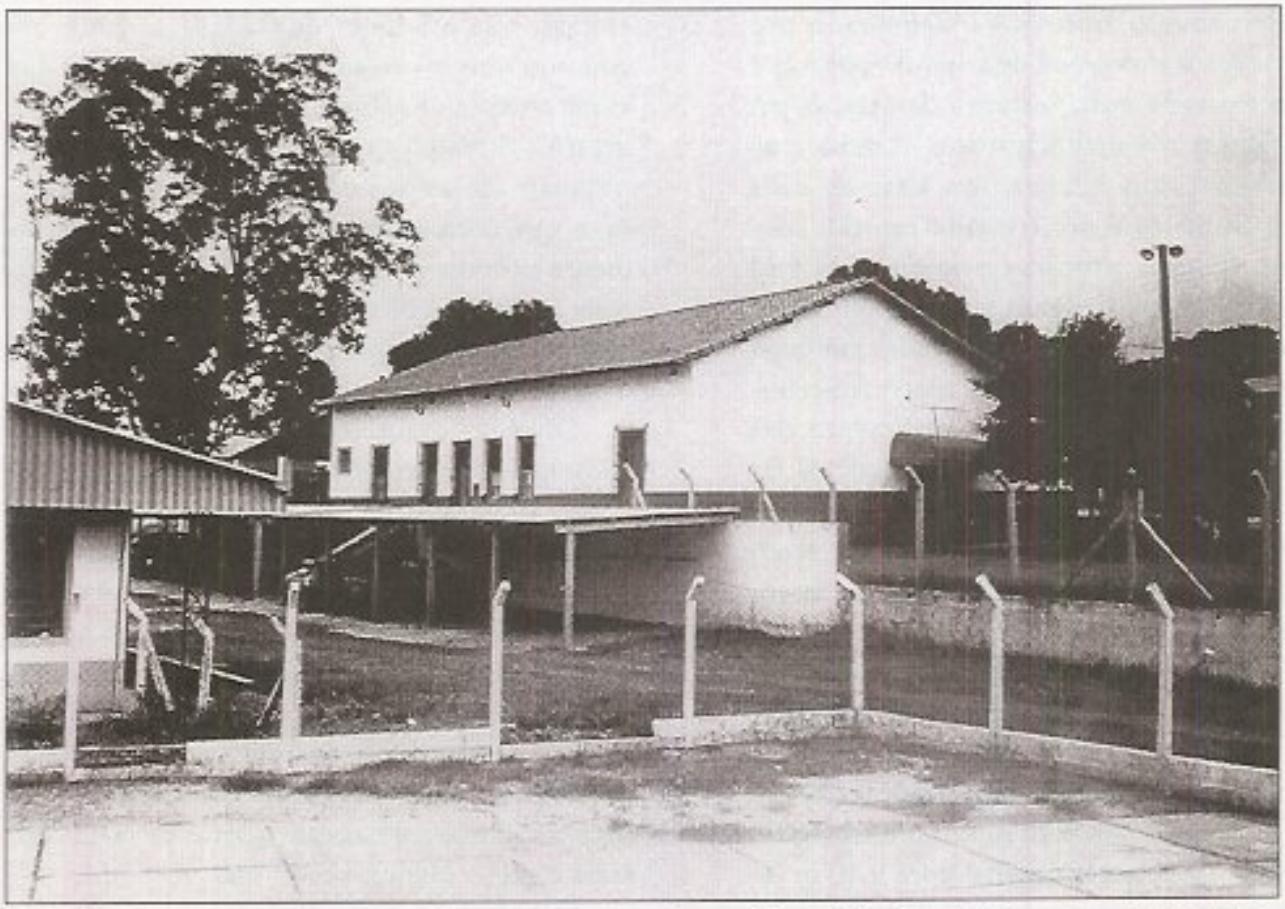


Figura 2 – *Foto das fachadas sudeste (principal) e nordeste (lateral esquerda) da sede do Engenho d'Água.* As quatro aberturas centrais (três janelas e uma porta) situam-se na parede de tijolos que obturou o pretório original. Note-se a ausência de cachorros e as edículas recentes. Foto do autor a 15 fev. 1996.

## Características construtivas da sede do Engenho d'Água

A sede da Fazenda Engenho d'Água (Figuras 1 a 3) foi construída sobre plataforma artificial aterrada, mais alta que a inclinação natural da encosta na fachada anterior mas no nível natural na fachada posterior. Compõe-se de duas faixas longitudinais de cômodos, seguindo a cumeeira das duas águas 0,25 m detrás da parede interna de taipa-de-pilão que separa as faixas. A faixa fronteira tem paredes externas de taipa-de-pilão nos cômodos das extremidades da faixa e parede de tijolos fechando externamente o vão entre os cômodos (Figura 1). A porta externa situa-se próxima ao centro dessa parede de tijolos. O cômodo direito conserva porta aparentemente original voltada para o pretório; uma porta rebatida no cômodo esquerdo foi obturada mas permanece identificável sob o reboco. Uma porta recente foi vazada entre o salão posterior e a casa fronteira, no lanço esquerdo.

Consideradas as paredes de tijolos como acréscimos recentes, o cômodo central seria originalmente aberto na fachada em pretório (ou alpendre; Figuras 1 e 2). Não são visíveis indícios de que as colunas do pretório estejam imersas na parede de tijolos, devendo ter sido eliminadas quando da vedação do vão.

Cada cômodo fronteiro é delimitado por duas paredes transversais de taipa-de-pilão que atingem a parede mais posterior da casa; as paredes transversais delimitam três cômodos na faixa traseira: dois laterais, um atrás de cada cômodo fronteiro e um cômodo central, confrontante com o pretório origina l; os três cômodos traseiros alongam-se, atingindo a parede da fachada posterior. As paredes em taipa têm espessura entre 0,64 e 0,75 m, com o reboco. A metade posterior do comprimento das paredes externas laterais e toda a parede da fachada posterior são erguidas em tijolões. Diversos tabiques internos em tijolos foram acrescentados recentemente à faixa posterior e ao alpendre (Figura 1).

A fachada anterior possui 22,77 m de comprimento e a posterior 22,23 m; a lateral norte possui 15,87 m e a sul, 15,50 m; essas medidas geram planta ligeiramente assimétrica. Os cômodos fronteiros tem 5,40 m de comprimento, restando o vão central original com 9,10 m de comprimento. A altura sob o frechal externo é de 4,00 m e a maior altura sob os caibros, junto à parede interna, é hoje de 6,60 m. A altura da parede da fachada posterior é de apenas 3,42 m. A parede que separa o corredor fronteiro do restante da casa alcança o telhado no cômodo esquerdo e no vão central, mas dista cerca de 1,70 m da cumeeira no cômodo fronteiro direito.

As envasaduras antigas existentes possuem escuros e vergas retas, restando em algumas vergas e peitoris entalhes em que se encaixavam balaústres de seção quadrada, colocados de forma a apontar as arestas para fora e para dentro ("balaustrada colonial", segundo Paiva, 1996:14-5). Em uma janela da fachada posterior restaram os cachimbos nas ombreiras, indicando o provável uso original de gonzos. As janelas foram providas de caixilhos envidraçados. As ombreiras do cômodo fronteiro direito, bastante antigas, têm a largura de 0,21 m. A porta do cômodo traseiro esquerdo é a única da casa que ainda ostenta as tábuas retas, paralelas à parede, do sobrearco capialçado. As únicas janelas originais são as dos cômodos da faixa fronteira, a que correspondem panos de peito claramente primitivos e engras. Apenas uma janela resta na empena direita, ao nível do rés-do-chão, mas imersa na parede de tijolões, pelo que não deve ser original.

Diversas ombreiras (como a da porta do aposento fronteiro direito e a porta central posterior) mostram marcas de lavra com enxó e perfurações retangulares; essa cavidades (voltadas para cima nas vergas e para os lados nas ombreiras) abrigavam a ponta das fasquias horizontais definidoras das faces das engras originais, hoje compostas em massa; foram eliminados os respectivos alizares dos vértices internos das engras. As demais ombreiras carecem dessas cavidades e apresentam marcas de lavra com serra e seção menor, sendo mais recentes.

O telhado é de inclinação única em cada pano, com beirais. O pano posterior é mais longo que o fronteiro. Restam os cachorros da fachada principal, cravados no frechal interno, mas as extremidades foram cortadas rente à parede externa, na reforma de 1986 em que uma parede de seis fieiras de tijolos foi erguida sobre o frechal externo, alteando o telhado. O revestimento atual é de telhas Plan, achatadas. A cumeeira é de seção quadrada com lados de 0,205 m. Grande parte da armação foi alterada, sendo difícil definir a estrutura original. As terças intermediárias apoiam-se por esteios sobre vigas horizontais toscas apoiadas nos frechais.

As empenas laterais têm a altura de 6,80 m sob a cumeeira exposta (altura máxima do pretório original). As quatro paredes transversais foram erguidas em taipa-de-pilão, mas as empenas que as prolongam até a altura do te-

Figura 3 – *Foto da fachada nordeste (posterior) da sede do Engenho d'Água.* Note-se a implantação próxima à atual rua Zephiro Puccinelli. Foto do autor a 7 jun. 1996.

lhado são de alvenaria de adobes, grandes e um tanto irregulares, em sua maioria baixos e largos, ricos em fibras vegetais, cimentados com barro e grosseiramente aparelhados.

O piso é de ladrilhos (*sensu* GEORGE e outros, 1988:38-47) cerâmicos (0,195 x 0,195 m), típicos dos terreiros imperiais de café, revestido em certos cômodos por laje de cimento e capeado em dois deles por tijolões (0,14 x 0,28 m) sem revestimento.

Em frente à porta externa da fachada principal encontra-se escada com degraus rústicos de granito, aparentando ser de fatura recente, vencendo a altura de um muro de arrimo de pedras, hoje rebocado.

Um anexo na fachada direita e prolongando esta contém antigo forno a lenha de grandes dimensões em alvenaria de tijolos.

## Situação geográfica

Ergue-se a sede do Engenho d'Água na encosta direita da bacia imediata do ribeirão Barnabé (ou Indayatuba, como consta em escritura de 1791). Outros topônimos do ribeirão estão sendo documentados: Vutura, Pau Preto, do Caldeira, Bela Vista, do Bicudo, Engenho d'Água, Balduíno. Esse ribeirão corre aí de norte para sul em curso direto com barrancos baixos e bem encaixado deságua a 5 km a sul-sudeste na margem direita do rio Jundiaí, afluente da margem direita do Tietê. A declividade média local do leito é de 0,64 % (em trecho de 1570 m). O ribeirão corre nesse trecho entre 560 e 555 m de altitude, estando a casa a 570 m de altitude e a 150 m do leito (Figura 4).

A fachada principal da edificação, voltada para leste-sudeste, olha para o ribeirão e para a encosta oposta. A declividade média da encosta é de 6,5 % e a declividade local de 10,3 %. A dissecação do vale é de cerca de 60 m em ambas as encostas (mapa SF-23-Y-C-II-2-NO-E, 1979, 1:10000, IBGE, foto aérea de 1978).

Os solos locais são dos tipos Podzólico vermelho-amarelo álico, com alta saturação de alumínio, e Podzólico vermelho-amarelo distrófico, com baixa saturação de bases, de textura argilosa, com argilas de atividade baixa, com manchas de Latossol vermelho-amarelo distrófico, de textura argilosa; esses solos são encontrados em áreas recobertas por cerrado (BRASIL, 1983), que deve ser a vegetação original, a julgar por pequenos trechos dessa fisionomia vegetal ainda existentes nas redondezas. São solos de fertilidade média a baixa, com problemas de nutrição vegetal devido à abundância de alumínio e moderadamente resistentes à erosão, indicados para culturas nas áreas mais planas e altas e para pastagens nas encostas.

A sede dista cerca de 23 km por estrada de Itu a sul-sudoeste e 4200 m por caminho antigo (estrada do Buru) da Matriz da Candelária, em Indaiatuba, a nordeste. Uma planta da Faz. Engenho d'Água de 1978 (levantada pelo Eng. Oscar A. Beseggio para a Pref. Mun.; pesq. de Nilson C. Carvalho; Figura 4) parece indicar que um antigo caminho fazia a ligação entre a sede e Indaiatuba, seguindo a margem oposta (esquerda) do ribeirão, denominado Bela Vista; esta deve ter sido a primitiva estrada Indaiatuba-Itu, mencionada no registro das terras da fazenda em 1855 (ver Histórico recente da edificação, a seguir). Essa planta indica a existência de represamento do ribeirão a cerca de 120 m a montante do casarão; esse tanque alimentava ainda neste século moinho de mós localizado cerca de 80 m a jusante da casa (inf. de Romeu Zerbini). Dada a pequena declividade do leito e a inexistência de quedas d'água, a levada do engenho real, que deu nome à fazenda, deveria originar-se em tanque a montante; essa levada pode ser o mesmo rego que servia o moinho.

O terreiro de café localizava-se a cerca de 50 m a montante na encosta (inf. de Romeu Zerbini).

A casa inseria-se em ambiente rural ainda em 1978; hoje encontra-se envolvida no arruamento do bairro Morada do Sol. Situa-se à Rua Zephiro Puccinelli, em quadra limitada pelas ruas Coronel Julio Pereira Brum, Lino Lui e Carlos Alberto Garcia, com edificações das décadas de 1970 a 1990.

## Histórico recente da edificação

A mais antiga menção à fazenda encontrada é o registro 12 do "Livro de registro de terras da Freguezia de Indaiatuba", lavrado a 18 set. 1855 pelo padre Antonio Cassemiro da Costa Roriz; refere-se a "um sítio nesta Paroquia intitulado Engenho D'água" de propriedade de Francisco de Paula Almeida Prado, confrontando com a estrada da Freguezia para Itu, com Caldeira, Vicente Bernardo, Dona Izabel de Campos e Firmino de Almeida; diversas transações envolvendo propriedades com esse nome são datadas de 1874, 1924, 1951 e 1974 (Arquivo do Estado; pesq. de Nilson C. Carvalho).

O nome de Fazenda J. Balduíno explica-se pelo fato de José Balduino do Amaral ter comprado a 24 out. 1874 um sítio denominado *Engenho d'água* de José Manoel da Fonseca e de Fernando Pacheco da Fonseca, por nove contos de réis (Sisas, Coletoria de Itu, Arq. do Estado pesq. de Nilson C. Carvalho).

A casa serviu de moradia, desde o século passado, para membros da família Barnabé. Neste século foi usada como depósito de implementos e insumos agrícolas; foram feitas duas

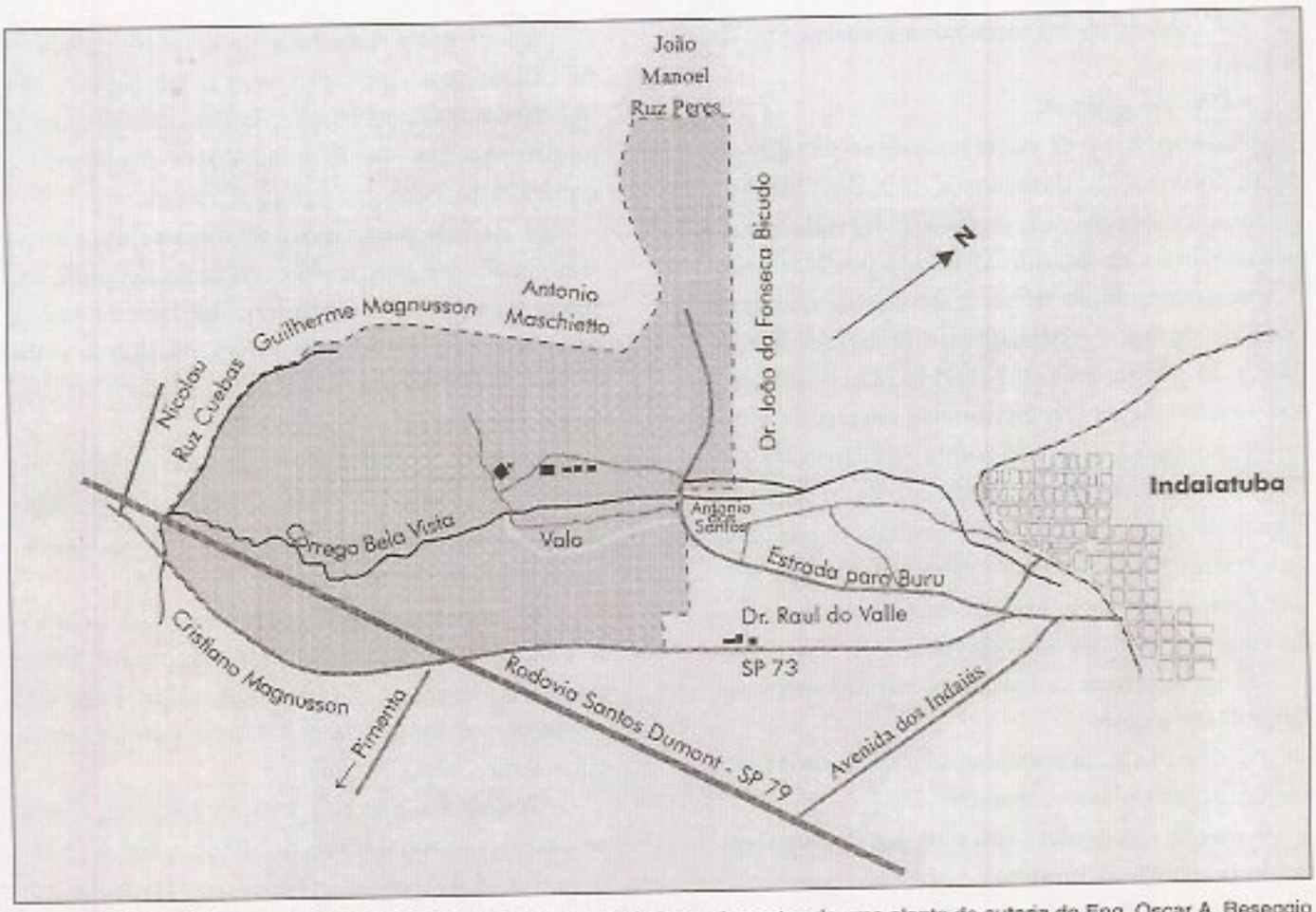



Figura 4 – *Fazenda Engenho d'Água em 1978.* Desenho reproduzindo os elementos de uma planta de autoria do Eng. Oscar A. Beseggio para a Prefeitura Municipal de Indaiatuba, datada de 9 nov. 1978. Original no Depto. Jurídico da Prefeitura Municipal de Indaiatuba. Detalhes redesenhados por Nilson C. Carvalho para este trabalho.

reformas pelo poder municipal: uma mais severa para a instalação de escola em 1986, e outra, conservadora, para a instalação da Administração Regional da Morada do Sol. (Marcelo C. Iaralham, com pes.). O edifício do engenho desapareceu, bem como outras benfeitorias da propriedade, com exceção da sede nova, erigida em tijolos e que situa-se a poucos metros da sede antiga, a montante da vertente.

## Discussão

Diversas características construtivas levantadas permitem atribuir com segurança a sede da Fazenda Engenho d'Água ao partido bandeirista, como o denomina Saia (1955; 1972). Katinsky (1972 e 1976) prefere atribuir a designação "casa de tradição bandeirista" aos exemplares tardios de casas bandeiristas, especialmente os ituanos, nos quais os elementos diagnósticos desse partido sofrem alterações que refletem as mudanças econômicas e sociais em direção ao ciclo paulista da produção do açúcar, atividade empresarial inovadora em São Paulo.

A casa de Indaiatuba apresenta como características modernizantes:

- Telhado em duas águas, determinante da planta-baixa fortemente retangular.
- Grande altura sob o frechal fronteiro.

• Ausência da terceira faixa longitudinal de cômodos.

• Uso de gonzos.

No entanto, as características primitivas dessa construção (datada por mim de 1755 +/- 15 anos) fazem dela exemplar conservador, quase bandeirista no sentido atribuído por Katinsky. A feição arcaizante dessa e de outras construções da época na região, que resistiam à mudança do programa estabelecido já nos seiscentos, indica que as circunstâncias sociais e culturais geradoras desse programa prevaleciam em fins dos setecentos, a despeito da revolução econômica por que passou a sociedade paulista, da assistência à atividade mineradora (em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) ao despontar da monocultura açucareira.

São elementos construtivos arcaizantes do Engenho d'Água:

• Faixa fronteira com seus três elementos bem caracterizados (casa - alpendre - casa).

• Planta retangular com paredes de taipa gerando matriz de cômodos.

• Abertura dos cômodos laterais fronteiros para o alpendre.

• Parcimônia de aberturas: uma janela por cômodo.

• Vergas retas, quando o uso já era de vergas em arco abatido nas fachadas principais, como nas casas do Rosário e de Pirapitingüi, em Itu; podem indicar a rarefação de artesãos habilidosos numa frente de colonização.

• Ausência de edículas, de anexos e de rincões.

• Localização em plataforma artificial próxima a curso-d'água.

• Fachada principal voltada para a baixada.

• Construção térrea.

• Ausência de piso assobradado.

Esses elementos parecem indicar programa baseado em modelo mais antigo da região cristalina do Estado, entre Itu, São Roque e São Paulo.

A fachada é mais longa e os cômodos laterais fronteiros maiores que a de qualquer casa bandeirista, com exceção da casa do Sítio Santo Antonio em São Roque. A área construída é equivalente à das casas bandeiristas.

O fato de parte das paredes laterais e posterior não ser construída em taipa-de-pilão representa problema a requerer mais pesquisa. A grande inclinação do terreno a montante indica que não devem ter existido edículas ou anexos do corpo principal da edificação.

A localização das envasaduras originais, incluindo dos possíveis jiraus, podem ser reveladas por prospecção, pois devem ter sido obturadas com tijolos ou adobes.

As empenas erguidas em alvenaria de adobes impõem questão de interesse para o historiador da técnica. Sugiro duas hipóteses que expliquem essa mescla de técnicas (adobes apoiados sobre taipa-de-pilão):

A cumeeira não se apoia na empena, e nesse caso a empena serve de mero tabique, para o qual o adobe parece ser técnica adequada, por dispensar nesse caso a gaiola de madeira que normalmente o contém. Essa hipótese suscita objeções sérias: a técnica de alvenaria de adobes era desconhecida ou desprezada em São Paulo até fins dos setecentos (fato discutido por Lemos, 1990); em outras casas de tradição bandeirista com telhado de duas águas as empenas são erguidas em taipa-de-pilão até a cumeeira.

As empenas seriam acréscimos posteriores, talvez ainda do início dos oitocentos, quando o telhado original de quatro águas teria sido reformado para duas águas, exigindo a ereção das empenas laterais sobre as paredes de taipa. Na mesma reforma as empenas das duas paredes internas teriam sido erguidas na técnica de alvenaria de adobes sem gaiola. Essa hipótese é reforçada pelo fato da cumeeira ser cortada sobre as paredes transversais internas, podendo ter

sido acrescentados os prolongamentos da cumeeira quando do prolongamento das águas-mestras e conseqüente eliminação das tacaniças.

Lemos (1990) cita e comenta o emprego de adobes "...quem sabe nos frontões e, principalmente, para preencher os vãos e estruturais de obra de carpintaria dos paramentos divisórios de ambientes internos..." em obra oficial na capital paulista em 1791. O emprego da alvenaria de adobes em São Paulo pode ser anterior, pois desde a primeira metade do século XVIII os paulistas empreenderam a volta de Minas Gerais para aproveitar as facilidades garantidas para a produção do açúcar. Nessa época voltou das Minas Antonio Pacheco e Silva, construtor da casa do Rosário, em Itu, onde ainda existe um engenho colonial (KATINSKY, 1972 e 1976). Em Caconde e na região de Franca, em S. Paulo, a colonização mineira data do final dos setecentos (CAMPANHOLE, 1979; CHIACHIRI FILHO, 1986).

Se forem considerados o telhado de quatro águas como caráter primitivo da sede do Engenho d'Água e o vazio sobre as paredes internas, hoje completado com adobes, tem-se para essa construção feição de ortodoxia primitiva, como nas casas do Caxingui e do Butantã.

Engenho d'Água lembra outras casas de tradição bandeirista da região de Itu em planta-baixa (Conceição, Pau-d'Alho, Japão e Taperão); o telhado em duas águas comparece no Pau-d'Alho e Taperão (KATINSKY, 1972). A afinidade maior atual parece ser com a sede do Pau-d'Alho, no município de Itu, pela semelhança de planta, telhado em duas águas e ausência de anexos. Esta sede possui dimensões menores que as do Engenho d'Água.

A sede da Faz. Engenho d'Água amplia um pouco a área de distribuição das casas ditas bandeiristas (*sensu lato*), pois as construções mais próximas desse partido são as do Rosário, a cerca de 17 km por caminho a sul-sudoeste e a sede da Faz. Japão, a cerca de 15 km a sudeste. As três construções situam-se no território da antiga vila de Itu.

Quanto a seu construtor, nada foi ainda apurado. No entanto, existe a possibilidade de ter sido construída por ascendente de Francisco de Paula Almeida Prado, o mais antigo proprietário provado. Este era fruto do segundo casamento de João de Almeida Prado (filho de Lourenço de Almeida Prado, nascido em 1732), que no primeiro matrimônio com Anna de Almeida Pedroso, filha de João Pedroso de Almeida, teve, entre outros, o primeiro João Tibiriçá Piratininga (pesq. de Nilson C. Carvalho). Segundo Lemos, "a casa chamada chácara do Quinzinho [em Sorocaba]... foi construída na segunda metade do século XVIII por João Pedroso de Almeida, cujo neto João de Almeida Prado (o primeiro Tibiriçá Piratininga) vendeu-a a [Rafael] Tobias [de Aguiar]" (LEMOS, 1974). Diversos detalhes construtivos fazem da casa de Sorocaba uma construção mais moderna (ou mais livre em sua concepção) que o Engenho d'Água.

## O Engenho d'Água no contexto da colonização regional

Foram concedidas sesmarias no século XVIII no território do atual município de Indaiatuba e nas vizinhanças imediatas a Francisco Pacheco Domingues e Ignacio Pacheco da Costa (vizinhos de José de Goes Siqueira; L. 21, f. 12) e a Balduino de Mello Castanho (L. 30, f. 129 v.); as terras da sesmaria concedida a Lourenço Almeida Prado (vizinhas das de seu sogro Antonio Ferraz de Arruda, de Guilherme Vaz Pinto, João Fernandes e de Antonio Pires de Campos) devem situar-se hoje em Indaiatuba (REPERTÓRIO, 1944:168, 88 e 339). Em 1792

Pedro Gonçalves Meyra comprou do Cap. Joaquim Duarte do Rego uma sorte de terras "confinando junto ao Ribeyrão chamado Indayatuba" e vizinhas a terras já pertencentes ao mesmo comprador (Folha de Indaiá, 14 fev. 1953).

A colonização da região de Indaiatuba fez-se sempre a partir da bacia do rio Jundiaí, na qual estão a sede municipal e a sede do Engenho d'Água (Marcelo C. Iaralham, com. pes.).

Segundo Nilson C. Carvalho (com. pes.) situaram-se na bacia desse mesmo Jundiaí: o aldeamento e fazenda promovido por Antonio Pires de Campos no início do século XVIII em Itaici, à margem esquerda do rio Jundiaí (TAUNAY, s. d. vol. II:253) (o local depois seria denominado Fazenda Taipas), possível marco inicial da ocupação do território de Indaiatuba; o "Bairro do Jundiahi"; referido em registros coloniais; e a antiga sede e engenho da Fazenda do Pau Preto.

Explica-se esse fluxo colonizador pelo fato do rio Jundiaí ser pouco encaixado (como seus tributários), próprio para ereção de edificações nas colinas soalheiras e de engenhos junto aos leitos; a baixa declividade da calha poderia permitir o represamento ou facilitar a escavação de valos para alimentar as rodas-d'água dos engenhos e das casas de farinha. Deságua esse rio num ponto do Tietê próximo a Itu, facilitando a penetração. Junto à foz já existia desde o século XVII a capela de Monte Serrat de Itu, núcleo da cidade de Salto. A região servida pelo Jundiaí é suavemente ondulada, própria para a cultura da cana-de-açúcar.

Situam-se assim em faixa geograficamente natural: Pau-d'Alho, Rosário, Monte Serrat, Japão, Engenho d'Água, Pau Preto, Indaiatuba e Itaici, todos já existentes na Itu dos setecentos. A expansão colonizadora seguia a tendência de deixar os solos podzólicos de Itu, Porto Feliz e Jundiaí, que se concretizaria na ocupação dos latossóis férteis de Piracicaba, Campinas e Mogi-Mirim, onde a lavoura açucareira encontraria seu apogeu.

## Necessidade de pesquisas e de restauração

O solar da Fazenda Engenho d'Água constitui-se na única construção rural setecentista na região ituana conservada pelo poder público. Entre as casas de tradição bandeirista, apenas a casa do Quinzinho em Sorocaba encontra-se sob domínio público. Esse fato avaliza a sugestão do necessário *tombamento* nos níveis estadual e municipal, recomendável por sua importância na história da técnica construtiva rural, pela retenção de muitas características originais e da grande probabilidade do resgate de feição próxima à original (PAIVA, 1997; Apêndice). Para instrução do processo de restauração são necessários estudos mais profundos de arqueologia construtiva.

Algumas pequenas intervenções são recomendáveis a curto prazo:

- troca das telhas Plan por outras do tipo colonial;
- retirada do forro paulista;
- retirada dos caixilhos envidraçados das janelas e das guias respectivas, bem como das grades de ferro;
- eliminação das instalações modernas, como banheiros, cozinha e anexos. Quando da renovação do entorno essas dependências poderão ser implantadas em construção próxima, de preferência subterrânea;
- eliminação da parede de tijolos erguida sobre o frechal externo na fachada principal;
- reinstalação dos cachorros, possibilitada pelo fato de as bases dos cachorros sobre os frechais terem sobrevivido; conseqüente alargamento do beiral e reinstauração dos contrafeitos;

• eliminação dos tabiques internos e recentes de tijolos e de madeira;

• remoção da vegetação arbórea que veda quase completamente as fachadas posterior e esquerda, impedindo a apreciação da edificação, prolongando o umedecimento da taipa após as chuvas e fornecendo ambiente para nidificação e desenvolvimento do cupim-subterrâneo *Coptotermes havilandi* (Fontes, 1995), altamente prejudicial à taipa e às estruturas de madeira, e de formigas perfuradoras da taipa.

A reforma que eliminou as tacaniças deve datar do início do século passado, a julgar pela técnica empregada. Ainda que as pesquisas indiquem ser original o telhado de quatro águas, o telhado em duas águas deve ser respeitado na restauração por seu interesse para a história das técnicas construtivas, bem como o forno a lenha em seu anexo. A feição original pode ser reconstituída em planta e em maqueta.

Como critério orientador da restauração sugiro a manutenção das alterações efetuadas quando a edificação se inseria no contexto produtivo rural.

A área do entorno (toda a quadra urbana) deve ser preservada contra escavações e mais obras interferentes, para salvaguardar o patrimônio arqueológico, permitindo prospecções arqueológicas no futuro.

## Agradecimentos

O autor deseja agradecer às pessoas que possibilitaram a realização das pesquisas, forneceram informações e literatura e revisaram o manuscrito: Nilson Cardoso de Carvalho (Fundação Pró-Memória de Indaiatuba), Engs. Marcelo Caricol Iaralham, Romeu Zerbini e Alvaro Luiz dos Santos (Pref. Mun. de Indaiatuba), Janice Gonçalves (Fundação Pró-Memória de Indaiatuba), Dr. Jonas Soares de Souza (Museu Republicano "Convenção de Itu", USP, Itu, São Paulo), Dr. Julio Roberto Katinsky (FAU/USP, ICOMOS Brasil), Sonia Ribeiro Martins de Souza e Carlos Eduardo Santos Silva (Faz. Pau-d'Alho, Itu).

## Apêndice

"CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO – RESOLUÇÃO CMP No. 02/97.

O Conselho Municipal de Preservação de Indaiatuba, por decisão unânime dos Conselheiros presentes à reunião extraordinária realizada em 10 de outubro de 1997, no uso das atribuições legais a ele conferidas pela Lei Municipal no. 3.328 de 11 de junho de 1996, e: Considerando que a antiga sede da Fazenda Engenho D'Água, atualmente ocupada pela Administração Regional do Jardim Morada do Sol, vem sendo apontada, por estudos recentes, como a mais antiga edificação remanescente do município, sendo sua construção datada de aproximadamente 1755; Considerando que o referido bem edificado apresenta características arquitetônicas que permitem identificá-lo como de tradição bandeirista, inserindo-o decisivamente no contexto da história da técnica das construções coloniais paulistas; Considerando que o bem edificado apresenta grande interesse para o estudo do povoamento inicial do município, bem como da evolução das técnicas construtivas paulistas. RESOLVE:

Artigo 1º – Abrir processo de tombamento da antiga sede da Fazenda Engenho D'Água, localizada na rua Zephiro Puccinelli, no Bairro Jardim Morada do Sol (Quadra 38/39, Lote s/n), sendo a quadra em questão limitada pelas ruas Coronel Julio Pereira Brum, Lino Lui e Carlos Alberto Garcia.

Artigo 2º – A presente resolução compreende:

– a edificação propriamente dita, construída em meados do século XVIII, com destaque para a disposição espacial de caráter bandeirista dos elementos construtivos, as paredes de taipa-de-pilão, as envazaduras antigas remanescentes e seus acessórios, os pisos de ladrilhos cerâmicos e de tijolões e o forro "paulista";

– o entorno da edificação, abrangendo toda a quadra em que se encontra, e que apresenta grande potencial arqueológico.

Artigo 3º – Os projetos e as obras que envolverem intervenções físicas nessa área, podendo comprometer ou alterar os elementos protegidos pela presente Resolução, deverão ser submetidos à aprovação do Conselho Municipal de Preservação, nos termos da Lei no. 3.328 de 11 de junho de 1996.

Artigo 4º – Essa Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Indaiatuba, 13 de outubro de 1997./ Lúcia Steffen, Presidente do Conselho Municipal de Preservação."

Publicado no Diário Votura (Indaiatuba) de 17 de outubro de 1997.

## Referências bibliográficas


AMARAL, Aracy A. 1981. *A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antonio*. São Paulo: Nobel/EDUSP.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. 1983. *Folhas SF.23/24, Rio de Janeiro/ Vitória: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra*. Rio de Janeiro: Projeto RADAMBRASIL.

BURMEISTER, Hermann. 1980. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP. Trad. Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt. Nota biobibliográfica de Augusto Meyer. (Reconquista do Brasil, Nova Série, 23).

CAMPANHOLE, Adriano. 1979. *Memória da cidade de Caconde (freguezia antiga de N. S. da Conceyção do Bom Sucesso do Rio Pardo)*. São Paulo: s. ed.

CARDOSO, Joaquim. 1943. *Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio*. Rev. Serv. Patr. Hist. Art. Nacional (Rev. SPHAN) 1:31-39.

CARRAZONI, Maria Elisa, coord. 1987. *Guia dos bens tombados Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2 ed. (1 ed. 1980).

CHIACHIRI FILHO, José. 1986. *Do sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: s. ed.

COSTA FILHO, Miguel. 1963. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool.

FERREZ, Gilberto. 1981. *O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell, 1825/1829*. Rio de Janeiro: Fund. João Moreira Salles/Fund. Nac. Pró-Memória.

FONTES, Luiz Roberto. 1995. "Cupins em áreas urbanas". *in* BERTI Filho, Evoneo e FONTES, Luiz Roberto, eds. *Alguns aspectos atuais da biologia e controle de cupins*. Piracicaba: FEALQ.

GEORGE, Frederico; GOMES, António A.; ANTUNES, Alfredo M. Zona 5 (Alentejo). 1988. *In*: ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITETOS PORTUGUESES. *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa. 3 ed., (1 ed. 1961).

ITAQUAQUECETUBA: na zona rural mais uma casa bandeirista. 1980. *SPHAN PróMemória* (7):13.

KATINSKY, Júlio Roberto. 1972. *Casas bandeiristas. Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo*. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ USP, Tese de Doutorado.

_____. 1976. *Casas bandeiristas*. São Paulo: Instituto de Geografia/ USP.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. 1974. *A casa colonial paulista*. Rev. Inst. Hist. Geogr. Guarujá-Bertioga 5(9):79-116.

_____. 1984. *Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo*. São Paulo: FAU/USP. 2 ed. (1 ed., 1969).

_____. 1990. As obras do quartel de voluntários de São Paulo, em 1791. *Resgate 1*:83-90.

_____. 1993. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. *Anais do Museu Paulista, Nova Série, História e Cultura Material 1*:95-106.

LORETTE, Antonio Carlos Rodrigues. 1995. *Fazenda Cachoeira.* O Município (São João da Boa Vista), Suplemento Especial, 24 jun. 1995, 40 p., il.

MARTINS, Neide Marcondes. 1978. *O partido arquitetônico rural de Porto Feliz, Tietê e Laranjal Paulista no século XIX - um estudo comparativo.* São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas.

MENEZES, Ivo Porto de. 1969. *Fazendas mineiras.* Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1969. (Documentário Arquitetônico 6).

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando. 1992. *Arquitectura tradicional portuguesa.* Lisboa: Dom Quixote, 1992. (Portugal de Perto 24).

OLIVEIRA, Tarquínio J. B. 1980. *Ouro Preto e Mariana.* Rio de Janeiro: Berlendis & Vertecchia. Desenhos por Tom Maia. Legendas por Thereza Regina Maia.

PAIVA, Celso Lago. 1996a. *História da técnica das construções coloniais em São Paulo.* Indaiatuba: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba.

_____. 1996b. Engenho d'Água: uma casa de tradição bandeirista em Indaiatuba. *Boletim do Centro de Memória da UNICAMP* 1(4):5, out./dez.

_____. 1997. *Relevância cultural e recomendação de tombamento e conservação a título perene da antiga sede da Fazenda Engenho-d'Água, Indaiatuba, São Paulo. Parecer técnico.* Interessada: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, representada por seu Presidente Antonio Reginaldo Geiss. Data: 14 abr. 1997. 23 p.

_____. prelo. Construções rurais coloniais no quadrilátero do açúcar, Estado de São Paulo. *Rev. Inst. Hist. Geogr. Piracicaba 5*(5), no prelo.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. 1968. *A lavoura canavieira em São Paulo.* São Paulo: DIFEL. (Corpo e Alma do Brasil 21).

*REPERTÓRIO das sesmarias.* 1944. São Paulo: Div. de Arquivo do Estado, 1994. Fac-simile de: *Repertório das sesmarias: concedidas pelos Capitães Generais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821,* São Paulo: Secretaria da Educação e Saúde Pública, 1944. organizado pela Secção Histórica do Departamento do Arquivo do Estado.

SAIA, Luiz. 1944. *Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século.* Rev. Serv. Patr. Hist. Art. Nacional (Rev. SPHAN) 8:211-275, 1944.

_____. 1955. *A casa bandeirista (uma interpretação).* São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

_____. 1972. *Morada paulista.* São Paulo: Perspectiva. (Debates 63).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. 1848. *Voyage aux sources du Rio de S. Francisco et dans la Province de Goyaz.* Paris, Arthus Bertrand, Tome second, 349 p.

_____. 1975a. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.* Belo Horizonte, Itatiaia/ São Paulo, EDUSP, 378 p., il. Primeira ed. francesa, [1830]. Trad. Vivaldi Moreira. Nota (orelhas) por Edison Moreira. Apresentação por Mário Guimarães Ferri. (Reconquista do Brasil 4).

_____. *Viagem à Província de Goiás.* Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1975b. 1 ed. francesa, [1830]. Trad. Regina Regis Junqueira. (Reconquista do Brasil 8).

_____. *Viagem à Província de São Paulo.* Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1976. 1 ed. francesa, 1851. Trad. Regina Regis Junqueira. Nota por João Etienne Filho. Nota introdutória por Mário Guimarães Ferri. (Reconquista do Brasil 18).

SECRETARIA de Estado dos Negócios Metropolitanos, Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo, Secretaria Municipal de Planejamento. 1984. *Bens culturais arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo.* São Paulo.

TAUNAY, Affonso de E. *História das bandeiras paulistas.* São Paulo: Melhoramentos, s. d. 2 vol.

VASCONCELLOS, Sylvio de. 1956. *Vila Rica: formação e desenvolvimento - residências.* Rio de Janeiro: Inst. Nac. Livro, 1956 (Biblioteca de Divulgação Cultural 6).

_____. *Mineiridade: ensaio de caracterização.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

# Gesto & Memória: Os Brinquedos Artesanais em Campinas*

Carlos Francisco Pérez Reyna

Sociólogo. Mestre em Multimeios pelo Instituto de Artes da Unicamp e doutorando no mesmo Departamento

## 1. Artesanato

Dentre dos diferentes conceitos outorgados a esta manifestação popular o mais *oficial* a define como sendo o produto de um processo de fabricação rudimentar na qual a mão do agente é a principal ferramenta. Suas formas sugerem o sentimento da arte dos povos primitivos ou simplesmente insinuam um passado não tão recente: cestas, chapéus de palha, esculturas de barro, madeiras talhadas, brinquedos de madeira, etc. Esta definição está ligada ao discurso e textos oficiais, e à linguagem cotidiana do turismo. Porém, a dificuldade de estabelecer sua identidade e seus limites torna-a mais grave ultimamente porque estes produtos artesanais modificam-se ao relacionar-se com o mercado industrial, o turismo, a *industria cultural,* com as formas *"modernas"* de arte, comunicação e recreação[1]. Não se trata simplesmente das mudanças nos sentidos e na função do artesanato; este problema é parte de uma crise de identidade generalizada nas sociedades atuais. No entanto, falar de artesanato é falar de um lugar privilegiado onde podem ser percebidas a rapidez e multiplicidade de modificações que toda sociedade industrial impõe às sociedades tradicionais[2].

O artesanato que, num dado tempo foi identificado a partir de um modo de produção – antes da revolução industrial tudo era feito de forma artesanal –, hoje se vê caracterizado em função do processo social que lhe é subjacente, desde sua fabricação até o consumo. De certo modo o produto artesanal continua a depender dos mesmos instrumentos de trabalho, mas seu sentido mudou e se constitui, na recepção, em uma série de traços que se atribuem aos objetos – antigüidade, primitivismo, etc.

* Este artigo faz parte de minha Tese de Mestrado intitulada *"Gesto & Memória: Uma descrição videografica nos Brinquedos Artesanais"*, defendida no Departamento de Multimeios – Unicamp, em 1996.

1. Não é propósito deste artigo entrar em territórios de distinção entre sistemas simbólicos.
2. A abordagem mais fecunda é aquela que investiga o artesanato inserido num processo político, e assim pode examinar as mudanças de significados na passagem do produtor ao consumidor e a sua interação com as culturas das elites. Isto é, inseri-lo dentro de um sistema de significações para assim encontrar seu sentido. Nestor García Canclini, na sua obra *Las culturas populares en el capitalismo,* defende a tese de que se faz necessário estudar esta manifestação popular nesse sentido, quer dizer, produção, circulação e consumo. Dessa maneira, examina a função econômica, política, psicossocial, e as mudanças que esta sofre no capitalismo. Nosso artigo se deterá na primeira fase deste processo político – a produção –, por ser a fase que mais sujeita-se à nossos objetivos. Cientes deste corte, delimitamos o artesanato na descrição e difusão de sua forma, e técnica em relação com o imaginário na memória do artesão.

– mesmo se são o resultado de uma fabricação com tecnologia industrial. Não é nossa intenção separar o econômico do simbólico, acreditamos que nenhuma solução que leve em conta só um desses níveis ajudará a resolver os conflitos atuais de identidade e subsistência dessa manifestação popular. Por outro lado, ao recordar que os materiais e as técnicas rudimentares, que muitos consideram essenciais para o artesanato, surgiram de uma adaptação das formas anteriores de organização social e a sua reformulação em função dos recursos e estímulos atuais, não vemos por que esses materiais e essas técnicas não possam adaptar-se às novas condições econômicas e culturais dos migrantes que se aglomeram em torno dos centros urbanos, por exemplo. Pensamos que a motivação para produzir artesanato encontra-se na continuidade de uma tradição cultural. Nesse sentido, o artesão desempenha o papel de protagonista, mas isso não significa que ele deixe de usufruir da tecnologia recente ou se mantenha em estado de pobreza.

### 1.1. O que é um brinquedo artesanal?

Sem pretender entrar no terreno da classificação ou tipificação das diferentes formas de brinquedos artesanais, nos remeteremos a duas singularidades destas: à materialidade e à memória do artesão. *A primeira* diz respeito à concepção, elaboração e a transformação da matéria em um objeto lúdico. E *a segunda*, à memória como suporte de inspiração e imitação de um passado recente. Ambos, traços característicos deste tipo de manifestação popular.

O conceito de brinquedo artesanal soou, durante muitos anos quase como sinônimo de objeto sem importância, *quinquilharias* ou *bugigangas*. A sua difusão, no decorrer do século XVIII, foi dada pelos avanços da Reforma, que obrigou os artistas da época a "orientarem sua produção em vista da demanda de objetos artesanais e substituírem as obras grandiosas por objetos de arte menores, feitos para a decoração das casas" (BENJAMIN; 1969:68). Hoje em dia, sua concepção decorre, essencialmente das abordagens que os diferentes campos do conhecimento[3] fazem quando o elegem como objeto de pesquisa. À vista disso, achamos conveniente estabelecer certos marcos que coloquem em evidência o caráter que julgamos pertinente atribuir aos brinquedos em nosso estudo. A fim de nos situarmos conceitualmente, tentaremos enfatizar, de maneira sucinta e sem a presunção de um balanço exaustivo, os diferentes estudos consagrados ao brinquedo que nos respaldaram nessa atribuição. Tendo em conta a diversidade de disciplinas que estudam as especificidades dos brinquedos, partiremos da noção que um dos mais conceituados dicionários brasileiros, o Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1994), apresenta: "1) objeto que serve para crianças brincarem; 2) jogo de crianças, brincadeira; 3) divertimento, passatempo, brincadeira; 4) festa, folia, folguedo, brincadeira". Definição que nos traz um problema: o amálgama que é feito entre os conceitos de "brinquedo", "jogo", "festa", "brincadeira". Essa falta de diferenciação também é percebida por Bandet e Sarazanas (1973:30), que tentam caracterizar tanto o jogo quanto o brinquedo como dois elementos que podem subsistir um sem o outro, isto é:

> "(...) alguns jogos utilizam suportes materiais que não foram concebidos para esse fim. Quem já não viu crianças brincar com panelas ou utensílios dos seus pais e adultos a jogar 'cara ou coroa' com uma moeda? Os materiais mais vulgares estão, por vezes na origem de brincadeiras muito variadas e atraentes. Inversamente, o que é brinquedo para uns não é necessariamente brinquedo para outros ou é ainda desviado do jogo para o qual foi intencionalmente criado."

3. (A antropologia, a sociologia, a psicologia, a médica, etc.)

"Seu" Protetti nos depoimentos da pesquisa

Os especialistas Lebovici e Diatkine no campo da psicologia, dirigem suas investigações ao estudo fenomenológico do brinquedo, sempre que este permita compreender seu significado. Sob esse ponto de vista impõe-se à opinião de Erik Erickson[4], que sublinha o perigo que significaria tratar o brinquedo como um sonho e opor seu aspecto manifesto e seu conteúdo latente, que seriam conhecidos graças à psicanálise, e que nos revelaria o inconsciente da criança. Por isso esses autores limitam-se a estudar os brinquedos representativos, "os que estão construídos a partir de pequenos objetos, sem esquecer que a expressão lúdica comporta níveis muito diferentes que é necessário não confundir" (LEBOVICI & DIATKINE; 1988: 47). Na sua essência, o trabalho destes autores orienta-se para o estudo psicanalítico do jogo, isto é, investigam o significado e a função do brinquedo na criança. A inquietação em estabelecer limites entre brinquedo e jogo sempre esteve presente em diferentes autores. Por exemplo, o brasileiro Câmara Cascudo procurou enumerar vários sinônimos para o brinquedo; "O brinquedo, é movimento e é objeto, carro, macaco de corda, boneca, polichinelo, (...). Brincar é correr, cantar, puxar um elefante de sarrafo ou montar uma vara fingindo parelheiro valente" (CASCUDO, 1984:208). Aqui, a nomenclatura sobre brinquedo é confusa e complicada, mas pode-se perceber que existem mais elementos comuns do que diferenças. Segundo o autor, nenhum brasileiro fala em jogo como sinônimo de brinquedo. Nesse caso, entende-se o brinquedo como passatempo infantil, a brincadeira infantil, não se discute a sua técnica, tabu superior.

4. Sobretudo, no capítulo intitulado "Brinquedos e Razão" da sua obra *Infancia y sociedad*, retoma o estudo do jogo como "o caminho que leva à compreensão dos esforços das crianças em direção à síntese" (1972).

Uma outra interpretação nos é dada pelo pesquisador Henri d'Allemange, que escreveu no final do século XIX: " (...) o brinquedo tal como se nos apresenta, oferece um objetivo a alcançar; ele foi concebido tendo em vista uma das mais especializadas destinações, e deve preencher uma ou mais das condições essenciais, quais sejam: ser divertido, útil, bem feito e ter um custo acessível, sem esquecer que ele deve ajudar a criança a desenvolver-se em termos de corpo, espírito e sentimento" (OLIVEIRA, 1985:56). Pierre Calmettes tentava uma diferenciação entre jogo e brinquedo, associando o primeiro a uma prática coletiva e o segundo a uma prática individual; "Uma bola, por exemplo, se brincarmos sozinhos com ela, teremos tão-somente um brinquedo; se, porém, a lançarmos a várias pessoas teremos constituído um jogo" (CHANTAL, 1978:78).

Mas, apesar da abundância de definições, quais serão os elementos mais característicos do brinquedo enquanto objeto? Apresenta-se um caminho um tanto alternativo e paralelo que nos fornecerá subsídios iniciais para responder a essa pergunta e que, paradoxalmente, é definido por Nicanor Miranda, um pesquisador das coisas do esporte, da seguinte forma: "Taxativamente não é possível confundir-se o brinquedo (objeto) com o brincar (ação)" (MIRANDA, 1962:239-42). Este autor não duvida ao propor o adjetivo *brincar* como sinônimo de jogo. Isto é, vamos definindo o brinquedo como sinônimo de *objeto*. Diante disto, é oportuna a distinção que Salles Oliveira faz do brinquedo: "O brinquedo se constitui, antes de mais nada, em um objeto. Isso quer dizer que ele é palpável e finito, materialmente construído, podendo as formas de seu processo de criação variar desde as artesanais até aquelas já inteiramente industrializadas" (OLIVEIRA, 1982:59). É evidente que o autor classifica os brinquedos e separa estes do jogo. No entanto, mesmo destacando esta definição, é pertinente sublinhar que, embora exista esta separação, recusar a idéia de que um é excludente do outro seria sujeitar-se a significações fragmentadas sobre a noção de brinquedo. Ou melhor, tanto a manipulação de um brinquedo pressupõe uma determinada ação, quanto uma brincadeira ou jogo servem-se de objetos para efetuar-se. Do exposto até aqui podemos salientar certas reflexões: No que tange à ação, tanto a manipulação de qualquer brinquedo pressupõe necessariamente uma ação, quanto uma brincadeira ou um jogo, na maioria das vezes, auxiliam-se de suportes materiais para se realizarem. Por outro lado, adjudica-se ao brinquedo uma *práxis individual*, e às brincadeiras e jogos uma *práxis coletiva*.

É *individual* enquanto a criança tranqüilamente pode dispensar parcerias na utilização do brinquedo, visto que à sensibilidade infantil está ligado todo um imaginário, criando para si um pequeno mundo de fantasias – atividade lúdica – onde quem dita e esquece as *"regras"* é ela mesma – a criança – e a qual é freqüentemente menosprezada pelo adulto. É uma *práxis coletiva*, por exemplo nas brincadeiras da cultura infantil de nossos índios[5], onde o jogo é uma prática cristalizada na qual existem prescrições que regulam toda uma ordem a seguir para iniciar, executar e concluir uma ação.

Em grande parte dos jogos e brinquedos predominam elementos afins sobre as diferenças, daí que seja impossível distingui-los com precisão. Mesmo assim, isso não quer dizer que exista uma subordinação de um em relação ao outro. Conclui-se, assim, a partir da definição dos vários autores com diversos pontos de vista, que realmente existem dificuldades para se

5. Para um melhor aprofundamento sobre os preceitos dos jogos de nossos índios, ver o texto recolhido por Koch-Gruenberg, adaptação de Alba Maria de Carvalho (Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1959:17-8).

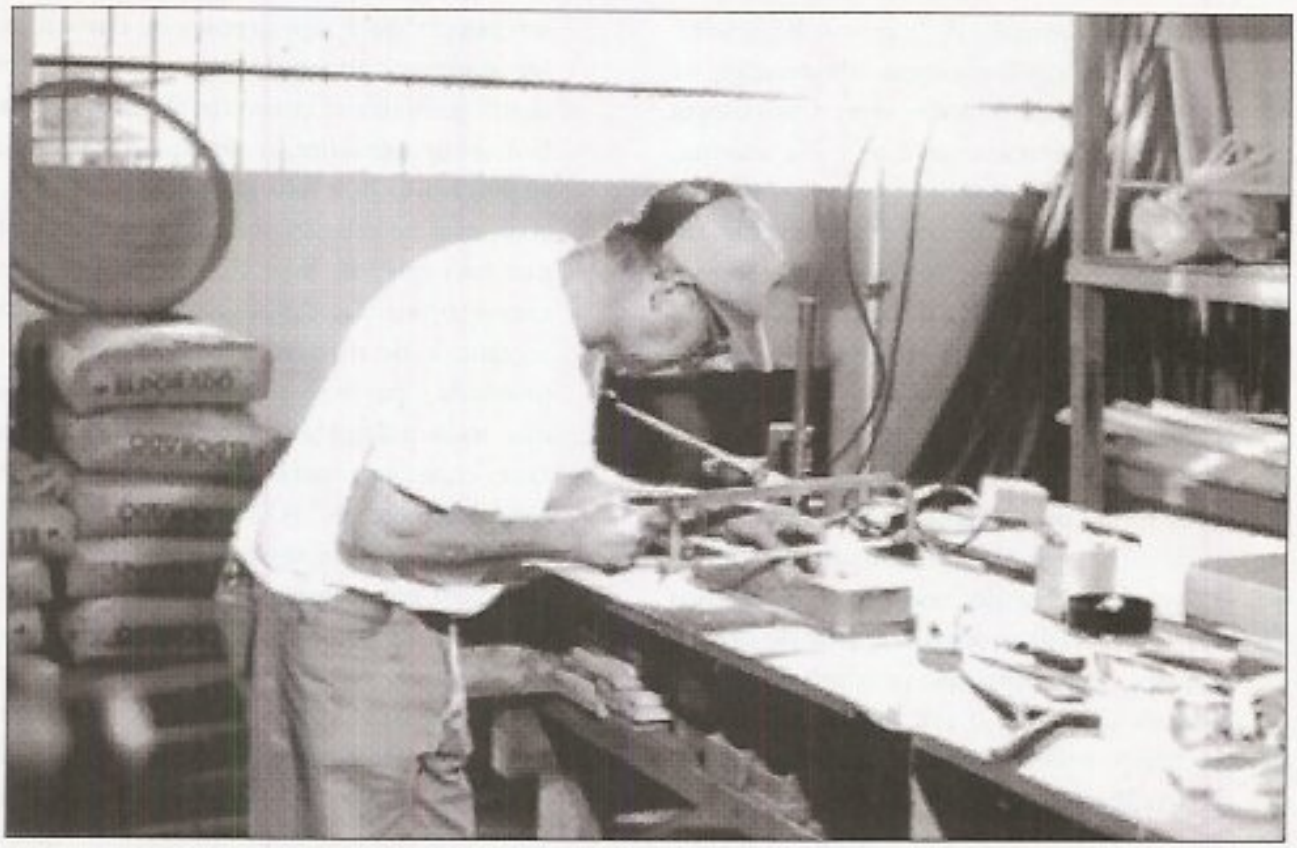
diferenciar o brinquedo do jogo ou brincadeira. Enfim, inúmeros problemas de criação, de difusão, de estilo, de relações com a psicologia geral, social ou étnica, com a arte e a cultura, com a religião, sem contar com o comércio, medicina, educação, que fazem do estudo do brinquedo um assunto de permanente e fundamental importância. Mas, é a partir de sua constituição enquanto objeto que os brinquedos artesanais podem ser diferenciados daqueles que a indústria cultural constrói. Isto é, as produções em série realizadas pela indústria são mais eficientes e de custo relativamente mais baixo – por unidade –, porém não substituem em todos os aspectos os brinquedos artesanais, cujos sentidos vão além da própria utilidade do objeto. E assim que, logo após um produto industrial ser colocado à venda, o seu desuso prevalece, exatamente porque a massificação automaticamente o vulgariza, tirando-lhe todo poder de estímulo, e criando nele um sentido ilusório e enganoso. Resumindo, deste painel de opiniões nos permitimos defini-lo assim: o brinquedo artesanal, além de ser materialmente fabricado, é concebido e produzido em seu conjunto por homens, não por máquinas, no ritmo humano, como produto da aptidão, da habilidade manual, e da imaginação criativa de cada um[6]. Entretanto, reiteramos: no que tange à diferença entre jogo e brinquedo, qualquer julgamento se tornaria subjetivo. Nada permite afirmar que determinado tipo de comportamento é jogo ou que determinado tipo de objeto é brinquedo.

## 2. "Seu" Protetti: O Gesto

O artesão, enquanto expressão atuante de todo artesanato, caracteriza-se essencialmente pela sua formação cultural, e pelos conhecimentos e técnicas adquiridos em relação aos materiais com os quais trabalha. A composição de um artesanato, quer seja simples ou complexa, deve ser sempre concebida por um conhecimento tanto do material como da técnica a utilizar-se. Conseqüentemente, o artesão necessita de um aprendizado que não precisa ser obtido na escola, mas na relação com o próprio trabalho. É por isso que, ao falar de artesanato, imediatamente nos remetemos a um passado não tão recente, o de nossos avós, como se fosse propriedade e particularidade só deles; "é evidente que toda prática artesanal como atividade do fazer com as próprias mãos tem raízes em sociedades pretéritas" (OLIVEIRA; 1989:14).

Quando hoje um artesão faz um produto artesanal como forma de expressão de caráter lúdico ou estético, não só baseia-se na sua prática de vida. Além dela, ele possui sua experiência pessoal rica de todo um conhecimento acumulado da atividade artesanal que herdou de gerações anteriores. Isto é, há elementos bastante evidentes de conexão entre atividade artesanal e passado. Nesse sentido, o que chama a atenção é a relação do trabalho com a memória individual do artesão. Trabalho orientado para o aproveitamento e transformação da matéria, envolvendo a utilização instrumental e a aplicação de saberes técnicos e práticos, que se concretizam no domínio e na manipulação criativa de ferramentas, implicando diligência e esforço físico mais ou menos intenso. Trabalho manual, pois, na acepção dos antigos ofícios, produção artesanal polarizada na capacidade, física e intelectual, do corpo, da mão e do cérebro, segundo técnica e atitude longamente enraizadas na comunidade a que pertence.

6. Nem todo brinquedo artesanal é obra e arte de quem o usa. Na sociedade em que vivemos há desde o brinquedo fabricado pelo artesão profissional – com marca peculiar do gênero criativo –, até aqueles conhecidos brinquedos que também chamamos *artesanais*, porém produzidos em escala semi-industrial, que é o caso do brinquedo de nosso artigo.



"Seu" Protetti em sua atividade do saber-fazer

O esforço físico articula-se ao saber prático; o corpo, a mão e o cérebro unem-se no exercício das artes manuais, quer dizer, maneiras de fazer que constituem, para o artesão, reprodução e aperfeiçoamento pessoal de modelos e conhecimentos anteriormente adquiridos. Estes, por sua vez, se polarizam na atividade criativa e produtiva da mão, que usa a ferramenta como auxiliar, subordinando-a ao seu *gesto* e à sua intenção. As culturas populares concedem um grande valor ao trabalho, em si mesmo, sobretudo quando nelas permanece viva uma ética de raiz camponesa e artesanal, marcada fortemente pelos *habitus* e pelos comportamentos de seus componentes.

Também sabemos que o processo de humanização do homem se deu como resultado da ação deste sobre a matéria – *o homo faber*[7] –, função importante que consiste em fabricar objetos. Esta habilidade de produzir e criar, fundamentalmente humana, diferencia o homem de outros animais na escala zoológica, habilidade denominada por Mauss de tecnologia, definindo essa ação como "o conjunto dos modos de fazer ou de técnicas, atos 'tradicionais' e 'conscientes'" (MAUSS, 1975:29). Este processo tecnológico sobre a matéria nos leva a detectar um *determinismo*[8] que é levado em conta na construção de engenhos mecânicos hoje em dia, ou em nível individual na conformação de artesanatos entre os quais os brinquedos artesanais são um exemplo. Isto é melhor explicado por Leroi-Gourhan: "Cada utensílio, cada arma,

7. Johan Huzinga, em clássico texto sobre o assunto (1971), postula a tese de que, além das funções de homo sapiens (raciocinar) e de homo ludens (lúdico), uma das mais importantes é a de homo faber (fabricar objetos).

8. Determinismo é utilizado por André Leroi-Gourhan (1965:184-8) para explicar a relação e ligação rigorosas que existem entre os fenômenos que, em um dado momento, estão totalmente condicionados entre si.

cada objeto em geral, desde o cesto até a casa, respondem a um plano de equilíbrio arquitetural, em que as grande linhas se prendem às leis da geometria ou da mecânica racional" (RIBEIRO; 1989:35). Então, a produção industrial moderna é muito recente e bem diferenciada daquela outra, até há pouco dependente do esforço direto do braço humano e da habilidade pessoal.

Muitas conclusões podemos tirar destas reflexões, mas o nosso objetivo é nos situarmos dentro de uma conceitualização referente ao artesanal como processo de produção. Em princípio, achamos necessário diferenciar duas formas de produção nos brinquedos: *a artesanal*, como sendo aquela situada no nível da habilidade pessoal, e *a industrial*, como aquela situada no nível da mecanização e automação. Isto é, a automação pode alterar o modo de eficácia da produção industrial, mas neste nível de organização mecânica a produção perde completamente as particularidades que cada peça pode oferecer como diversificação e qualidade, originadas no caráter e índole pessoais[9]. Portanto, artesanato é o resultado da habilidade treinada e de uma mentalidade, sabedoria própria do *métier*. É um *saber-fazer*, o binômio característico do artesão, projetado em todas as suas dimensões. Além desta caracterização, existem três distinções[10] da produção artesanal que dela se desprendem: *O amador*, que faz brinquedos sobretudo para aproveitar seu tempo livre, o que, no entanto, não afasta a possibilidade de comercializá-los. *O profissional*, que deve ser compreendido como o artesão que faz brinquedos artesanais com intuito comercial, mas não restrito a isso. Sobre esta questão Paulo Salles de Oliveira reconhece que trabalho e lazer mantêm interferências recíprocas que não devem ser menosprezadas, sob pena de se cair em armadilhas do esquematismo. Nesse sentido, acreditamos que o autor não se refere à forma dos brinquedos, mas às interferências nas relações e funções que lazer e trabalho guardam. Há uma terceira distinção ou possibilidade na qual as características das duas anteriores se embaralham: "é o caso de indivíduos que fazem de seu artesanato uma forma de meio de vida ou de suplemento financeiro sem, no entanto, abrir mão de uma franca identidade com a prática a que se dedicam. São pessoas que, sob outras condições, menos adversas economicamente, continuariam a consagrar seus melhores momentos às práticas artesanais" (OLIVEIRA, 1982:91).

No desenrolar desse processo de produção o espaço, como exposição e evento, desempenha um papel fundamental na conformação e reafirmação do artesanato em uma região como Campinas. A feira *Hippie* dessa cidade é uma demonstração disso. Desde sua instalação no início da década de 70, ela nasce em um momento em que a expansão e o *boom* econômico da região reduziam convenientemente o problema do desemprego. A conotação *Hippie* dada à feira foi ligada a esse movimento construído como projeto da contracultura da juventude no mundo ocidental, na década de 60, do qual a feira *Hippie* de Campinas é uma de suas manifestações. De então até hoje, ocorreram diferentes transformações estruturais que fizeram da feira um espaço onde a produção e o consumo se entremeiam. Mas, a valorização do *feito à mão* ou produto artesanal, por parte de seus produtores/artesãos, é permanente. Integrada a este espaço/feira, a figura do artesão José "Seu" Protetti destaca-se por sua obra.

9. O artesão popular, mesmo fabricando várias vezes um mesmo brinquedo, nunca consegue fazer duas peças idênticas.

10. Também chamados de pólos de dedicação espontânea (amador), e obrigatória (profissional). OLIVEIRA, 1982: 91.

Expoente da migração do campo para a cidade, o "Seu" Protetti leva traços comuns de vida como muitos outros camponeses do interior de São Paulo. Sem dúvida uma das figuras mais expressivas da região de Campinas no que diz respeito a brinquedos artesanais. Embora em escala semi-industrial, faz de seu trabalho um modo de sustento e um meio de expressão cultural. Nascido em 1929, em Araçatuba Paulista, noroeste de São Paulo, aos oito anos mudou-se para a cidade de Andradina onde viveu até os 35 anos. Usual na região, começou a trabalhar na lavoura, gado, criação e comércio. Quando criança, aproveitava as horas vagas para produzir artesanalmente seus próprios brinquedos:

> "Na roça, na hora de folga sempre levava um canivete, pegava uma casquinha de peroba, fazia um boizinho, bichinho, tartaruga, fazia miolinho de cana de milho. Aos 12 anos já fazia vários brinquedos pra mim e para meus irmãos e amiginhos, fazia estilingue arapuca, peteca e rolimã para brincar"[11].

Em 1975, depois de ter trabalhado no comércio, por problemas de saúde ficou sem emprego e teve que se mudar para Campinas.

> "Comecei a fazer brinquedos, fui recordando, e fui fazendo, as pessoas começou a ver e gostar, e comecei a vender. Inicialmente, fazia brinquedo pendurava nas costa e saia a vender à rua, hospitais e rodoviária. Depois consegui um lugar na feira Hippie, quando esta passou à Praça Carlos Gomes. Fui ficando cada vez mais conhecido, fui vendendo mais e cheguei ao que sou agora. Tenho mais de 50 tipos de trabalhos folclóricos".

Desde aquele então, o reconhecimento e divulgação da singular criação artesanal de "Seu" Protetti começaram a compor um crescente interesse por essa manifestação popular, animando cada vez mais o artesão no desenvolvimento de sua produção. Nas passadas experiências familiares, nos fatos presenciados, e naqueles dos quais participava, encontrava motivação para fixar nos objetos que fabricava o mundo ao redor, a sua visão do mundo: Saci-Pererê, Menino da Porteira, O Espantalho Mané Tibiriçá, Mané Gostoso, Casa de Caboclo, O lavrador... Artesanato com representação expressiva em sua singeleza, comunicativas, falantes.

A Feira *Hippie* de Campinas funciona até hoje não só como local de exposição e venda de seus brinquedos, mas também como ponto inicial para o reconhecimento de seu trabalho. Mas, foi a partir de 1980, com ajuda da Profª. Alba Vidigal, que seu trabalho ultrapassou o âmbito regional. Vidigal, além de levar "Seu" Protetti a várias exposições em São Paulo, isto é, ao Museu Folclórico de São Paulo, à Marquise da Bienal do Ibirapuera pela SUTACO, ao SESC, aos Conservatórios Musicais de Morungaba e Campinas, fez do artesão parte de sua pesquisa (VIDIGAL, 1978). Deste modo, essa divulgação deu inicio ao desenvolvimento de uma nova relação de *troca* – intelectuais, professores do primário, colecionadores, turistas, começaram a freqüenta-lo, ávidos por esta nova expressão artesanal. Assim como a jornalista da TV Globo Ilze Scamparini, que fizera uma matéria sobre esta arte popular para a apresentação de um programa infantil. Os Jornais da região sempre deram um espaço de divulgação para a permanente produção dos trabalhos desse artesão.

Embora com uma aparente cobertura por parte dos diferentes meios de comunicação, a carência de aprendizes desse tipo de artesanato cria uma profunda preocupação, tanto nas áreas de pesquisa que têm como objeto de estudo, preservação e transmissão, quanto no próprio "Seu" Protetti:

11. Nos depoimentos do artesão tentamos preservar suas expressões singulares.

> "acontece, que como não é um trabalho que dá lucro, é muito difícil para aprender, as pessoas ficou por um tempo, mas não aproveitou como era preciso. Portanto, eu acho, ensinar é fácil, o difícil é aprender, porque são trabalhos manuais demorados e as pessoas não têm paciência para conseguir. Então, não adianta, só quando aparecer uma pessoa que tem dom, que tem interesse, é que possa conseguir".

A falta de espaços que possibilitem o desenvolvimento de meios de preservação e difusão de sua técnica[12], faz do artesão *"mais um condenado a seu desaparecimento"* no que diz respeito à produção dos brinquedos artesanais. A técnica para a fabricação destes, precisa e segura na experiência acumulada em várias gerações, pouco variou. A madeira, principal matéria prima, hoje só mudou para um tipo de madeira mais resistente: a sucata. O instrumental ou as ferramentas de trabalho variaram um pouco, mas a maior parte deles é criada por ele:

> "as ferramentas que eu uso são criadas por mim mesmo, pego um pedaço de serra velha faço uma faca, pego um ferro velho ou ponta velha, faço um furador (...) No tempo de eu criança, eu ouvi meu pai dizendo que essa técnica era carapina, que não é nem carpinteiro nem marceneiro. Trabalho manual e que é tratado como os carapina, é uma técnica, que não usa máquinas, mas com as ferramenta que a mesma gente cria".

Uma das poucas inovações está no fato de que, por motivos da avançada idade, torna-se difícil lixar ou furar aos moldes artesanais, é por isso que ele se assiste de instrumentos do tipo: serra tico-tico de bancada, lixadeira e furadeira elétricas e mórcia.

Contudo, mesmo no processo de produção, na coexistência de elementos industriais e artesanais, a mão do artesão é ainda a principal responsável por todo o processo de transformação da sucata de madeira em brinquedo artesanal. A intimidade com a madeira – transformada em brinquedos, bonecos e esculturas – faz de sua produção uma história bem singular. A habilidade e a paciência que entremeiam o desenvolvimento de sua proposta, o lugar de destaque alcançado no contexto de artesanato na região e a conquista de um expressivo mercado o identificam. O suporte cultural está determinado pela falta de valorização com a arte popular, mesmo assim as galerias de exposição do Parque Ecológico de Campinas, do Centro de Convivência e o Bosque dos Jequitibás, sempre foram lugares de estímulo e escoamento. Aparentemente estes momentos de exibição não passam de surtos isolados de reconhecimento do trabalho artesanal como viabilidade às suas aspirações. O "Seu" Protetti vai além, isto é, ele mesmo tenta criar elementos para uma particular estratégia, oferecer-se para o ensino, infelizmente, sem muito resultado. Em outras palavras, o ensino de sua técnica constitui uma arma eficaz no processo não só de valorização, mas de sua função social enquanto artesão.

## 2.1 O equilíbrio

Uma outra característica dos brinquedos fabricados por "Seu" Protetti está em que todo seu artesanato encontra-se intimamente ligado ao conceito de movimento natural. Isto é, o entendimento que ele atribui ao movimento origina-se de um imaginário caboclo, totalmente rural;

12. A propósito da pesquisa foram realizados registros imagético-descritivos do processo de fabricação do brinquedo artesanal *carrossel*. O seu intuito não foi, somente, a preservação e transmissão da técnica material dessa manifestação cultural a futuros aprendizes, mas a reflexão metodológica da utilização videográfica na prática antropológica, área de pesquisa denominada sob a epígrafe de antropologia visual. Do resultado dessa experiência videográfica foram editados dois videos: "Gesto e Memória" e "O Carrossel". Ver Videoteca do Departamento de Multimeios da Unicamp. Algumas seqüências fotográficas dos bastidores dos registros videográficos são apresentadas ao longo do artigo.

a natureza estreitamente determinante na sua memória, tais como o Saci-Pererê, o espantalho Mané Tibiriçá, o Mané Gostoso, o Lavrador, o Zezinho do Bicho, a Gaivota, etc. No seu cadencioso falar, o artesão vai definindo:

> "(...) tudo é equilibrado, o pássaro é equilibrado no ar, voa livre sem se apoiar, e o home é equilibrado apoiado na terra, e acima de seus próprios pés, a árvore é equilibrado pela raiz, e os animais também vive equilibrado em dois pés ou em quatro pés, e os peixes, esses também vive equilibrado na água (...) no meu instinto de equilíbrio, na minha infância, eu gostava muito andar sobre a cumeeira do paiol, ou sobre o telhado da casa ou então, andar encima da cerca do mangueirão, ou acima das tábuas do curral, gostava também subir em árvores, pé de goiaba, e ficar me equilibrando, de um pé para outro (...)".

O processo artesanal proveniente de seu passado rural de cultura caipira indica a sua representação do mundo e está refletido na maioria de suas obras; o conceito de mobilidade de seus brinquedos traduz um cunho tradicional e naturalista. Esse equilíbrio é o resultado progressivo de longos e intensos testes de pesos e medidas nos constituintes dos brinquedos, adquirido na pesquisa particular do artesão no tempo. O movimento é provocado e conferido por uma simples pressão mecânica sobre qualquer parte do brinquedo em equilíbrio.

## 3. Temperamento: a sucata de madeira como meio

"Madeiras, tecidos, argila representam os materiais importantes, todos eles já eram utilizados em tempos patriarcais, quando o brinquedo significava ainda a peça do processo de produção que ligava pais e filhos. Mais tarde vieram os metais, vidro, papel e mesmo o alabastro" (BENJAMIN; 1969:69). Quaisquer destes materiais acima mencionados, pelas suas capacidades plásticas, são ótimos para uma rápida manipulação. Mas, é a madeira o mais adequado para a construção do brinquedo – segundo o artesão –, em conseqüência de sua resistência assim como de sua capacidade de assimilar cores.

A arte feita com sucata, em uma realidade urbana, adquire feições especiais uma vez que resulta do aproveitamento do lixo de uma sociedade de consumo. Embora com propósitos comerciais, o brinquedo artesanal diferencia-se do brinquedo industrializado por não ser produzido em escala industrial. O brinquedo artesanal feito de sucata é claramente definido por Luise Weiss: "O brinquedo/sucata é assim denominado por tratar-se de um objeto construído artesanalmente, com diversos materiais, como a madeira, lata, borracha, papelão, arame e outros recursos extraídos do cotidiano. É o resultado de um trabalho de transformação, de reaproveitamento" (WEISS 1989:37). Este reaproveitamento do também chamado *lixo da civilização* transforma curiosamente objetos descartados em matéria nova, numa reciclagem da produção que chega a ponto de expressar uma nova criatividade, um novo elemento inventivo e, por que não, uma produção com mensagens críticas.

Em relação a uma certa qualificação da sucata, Weiss as classifica em dois tipos:

*1) a sucata natural*, que, como o próprio nome indica, constitui-se de sementes, pedras, conchas, folhas, penas, galhos, pedaços de madeira, areia, terra, etc.

*2) a sucata industrializada*, que inclui todos os tipos de embalagens, copos plásticos, chapas metálicas, tecidos, papéis, papelões, isopor, caixas de ovos etc. (WEISS 1989:31). No que diz respeito ao nosso artesão, a colheita que ele faz de sucata – restos de madeira – está em função do brinquedo a ser construído. Isto é, os

Os registros videográficos do pesquisador

sobejos de mesas, cadeiras, guarda roupas, camas, armários, etc. que não cumprem mais a função para os quais foram construídos, tornam evidente as possibilidades do artesão executar múltiplas combinações e aplicações que a madeira terá futuramente. O "Seu" Protetti narra com solicitude este processo:

> "A minha maior matéria prima é tirada da sucata. Geralmente, quando eu saio logo cedo de manhã para fazer uma caminhada eu saio aproveitando, quando eu veio um pedaço de tábua que pode ser utilizado, se vejo um compensado eu pego, se vejo um arame eu pego, às vezes pego até lata vazia para fazer outros tipo de trabalho. Mas a maior parte da matéria que eu uso é a madeira, quando eu pego um pau, conforme a espessura da madeira eu já vejo naquela madeira um bicho, um passarinho, já levo especificamente para fazer esse trabalho. As vezes acontece que, quando vejo a demolição de uma casa antiga de 1930, 1940, por aí, essa casa tem coisa para aproveitar tem a madeira muito boa, especial e antiga. Aí fico de olho para ver aonde que vai essa madeira, essa sucata e sempre procuro aproveitar. Por isso a sucata é a matéria importante para fazer artesanato; por exemplo: na época de Dom Pedro, os móveis, quebrou, não tem concerto, o que fazem? jogam na sucata, a sucata é uma madeira que não existe mais, cabriúva, cedro, não encontras na madereira. Pensando bem essa sucata, ela já tomou o sol necessário, a chuva necessária, ela já venceu o tempo de entortar, de rachar, de estragar. Então, você fazendo artesanato com essa madeira de sucata antiga você faz o trabalho e tá pronto não tem perigo de deformar, fica um trabalho perfeito. Então, essa é uma das prioridades, de pegar sucata. A outra é as medida, por que quem faz artesanato usa várias medidas duma vez. De 2 cm, de 10 cm, de 20 cm de grossura, na sucata você encontra tudo isso (...)"

Para finalizar, apontamos o resultado de um levantamento panorâmico por nós realizado sobre os materiais que mais se destacam na fabricação do brinquedo artesanal na região de Campinas: não deixa de ser expressivo constatar que, nesta região, onde a industrialização se consolidou intensamente, é ainda a madeira o material habitualmente mais utilizado na produção artesanal de brinquedos.

## 4. Memória & Experiência

Pelo anteriormente exposto, podemos perceber, que há fortes elementos de conexão entre a atividade artesanal e o passado, isto é, toda experiência está diretamente ligada à memória. A memória evoca um passado que pode conter outras possibilidades de continuidade cultural para a história em curso, quer dizer, ao resgatar um acontecimento do passado, o narrador – neste caso, o artesão – está transmitindo uma experiência desse passado que é sua e que também lhe foi transmitida. Ocorre que essa experiência que possibilita o resgate da história passada está se perdendo, ou seja, o artesanato não está gerando continuidade aos traços de identificação que o vinculam a uma determinada tradição cultural. Por isso, o apelo à memória é essencial, já que, operando através da lembrança, temos possibilidade de trazer à tona as imagens de um tempo que passou, preservando-as das mudanças que o artesanato e o artesão sofrem em todo sistema industrial. Não nos cabe recriar aquela experiência, pois suas condições estão extintas, mas ao lembrarmos dela podemos perceber as relações desse passado lembrado com o presente, e ele pode ser uma chave para a compreensão tanto do passado quanto do presente.

### 4.1. Fontes de memória nos brinquedos do "Seu" Protetti

#### a) O espaço/feira: suporte material de memória

Sabe-se, por Walter Benjamin, que a fabricação de brinquedos nas suas origens não era realizada por trabalhadores especializados, mas sim por entalhadores de madeira e fundidores de estanho. Sua comercialização tampouco era feita por comerciantes do ramo. Da mesma maneira que se podiam encontrar animais de madeira com o marceneiro, soldadinhos de chumbo eram disponíveis nos caldeireiros. Na Alemanha ou na França do século XVIII, a comercialização e exposição de diferentes artigos de marcenaria, ferragens, papéis e enfeites, fizeram de certos espaços veículos de propagação de um tipo especial de bonecos, melhor explicada por Benjamin em 1924:

> "Em uma prateleira com a inscrição 'artigos de confeitaria' encontra-se um tipo especial de bonecos. Ao lado de motivos que parodiam monumentos, construídos de açúcar, e de figuras de pão de mel, encontramos a boneca de confeitaria, conhecida ainda hoje pelos contos de Hoffmann. Tudo isso desapareceu na Alemanha protestante. Em contrapartida, na França, inclusive nos arredores mais tranqüilos de Paris, o viajante atento poderá descobrir duas figuras centrais dessa antiga confeitaria: crianças de colo, com as quais se presenteava as mais velhas quando da chegada dos irmãozinhos, e crianças recebendo a crisma, que praticam sua devoção sobre as almofadas coloridas azul ou rosa (...)" (BENJAMIN, 1969:62).

A descrição que o autor faz dos espaços, também chamados *"prateleiras", "feiras", e "arredores",* antecede o que seria o nascimento das exposições dos brinquedos como *artigos de confeitaria.* Esta sustentação leva-nos a pensar na seguinte proposição: serão também os espaços

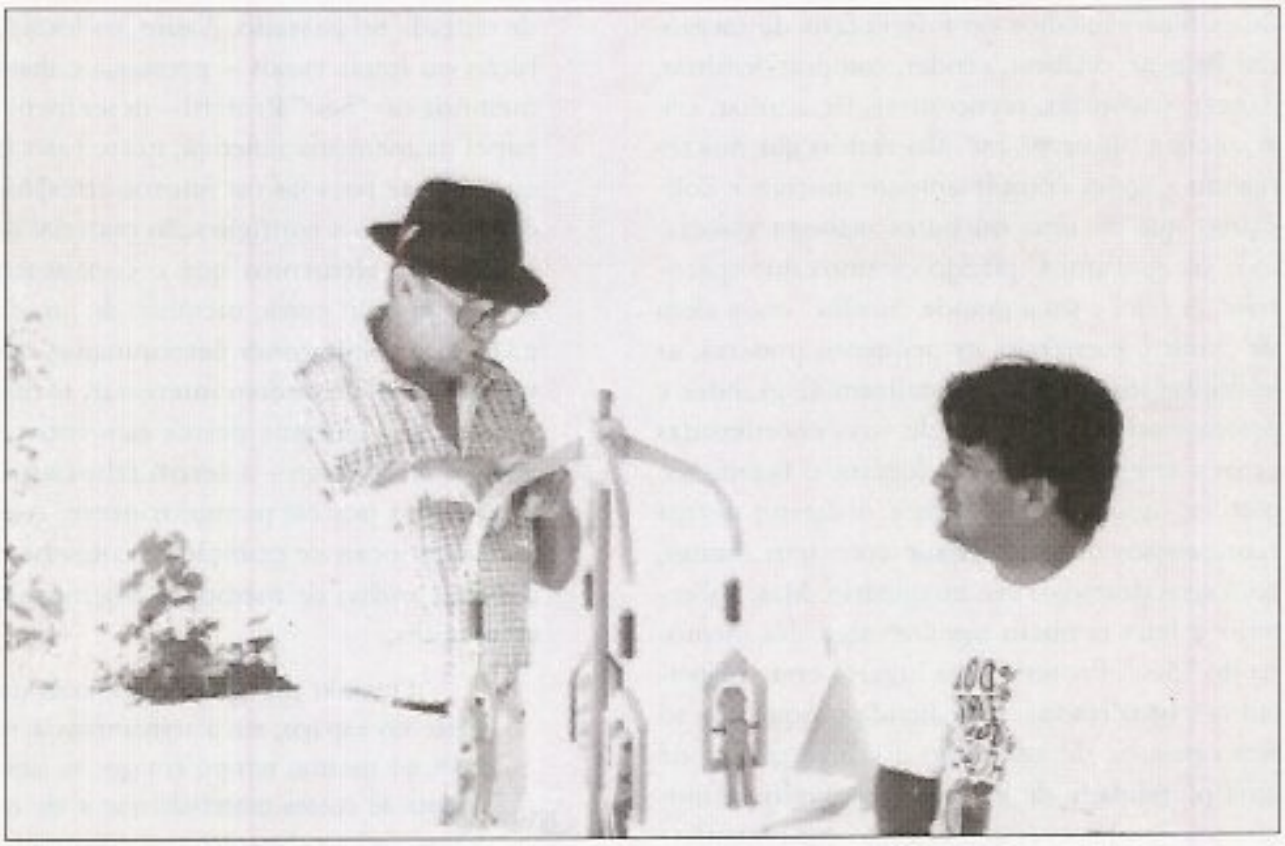
de exibição veículos ou referenciais de memória? Brincar, celebrar, vender, comprar, lembrar, dançar, encontrar, reencontrar, rir, sonhar, criar, recriar, observar, etc. são verbos que nos remetem a ações completamente mortais e cotidianas que de uma ou outra maneira associamos ou evocamos quando estamos no espaço-feira. A feira é uma grande *"vasilha"* onde além de ebulir o comércio, os pequenos poderes, as múltiplas instituições, cristalizam-se grandes e práticos saberes. Dentro de suas coordenadas espaço-temporais, alguns lucram e fazem comércio, outros pressionam e obrigam, outros representam uma sociedade com seus limites, com seus desejos e seu imaginário. Mas, sobretudo, a feira também *significa*[13] algo. Na memória do "Seu" Protetti estes lugares eram respeitados e ritualizados, sem dúvida porque não só eram pontos de encontro e convergência de uma pluralidade de grupos, mas também momentos de observação e contato com manifestações culturais – festas, artesanato.

> "Eu tenho muita lembrança das feiras que acontecia, quermesse da igreja geralmente, quando vinham os bispos, e os confessionários todos os anos para fazer confissão, com ele vinha vários tipos de artesãos, traziam em quantidade grande vários tipos de artesanato. Então, nesse caso eu ficava encantado, e como eu gostava fazer meus pequenos artesanatos, ficava olhando, verificando, examinando aqueles trabalhos para que um dia pudesse fazer. Eu tinha muito entusiasmo, tinha uma memória boa, sempre o que via gravava na mente, são coisas que eu acho tenho de nascimento e isso facilitava para mim. Isto que hoje faço, eu já naquele tempo, tinha intenção de fazer."

Aqui, o olhar é o sentido privilegiado, pois através dele é possível captar e registrar a realidade, armazená-la na memória e, a partir dela, realizar um relato ordenado e preservar a memória. O ato de observar é, portanto, passaporte de entrada no passado. Assim, os locais de exibição ou feiras rurais – presença constante na memória do "Seu" Protetti – desempenham um papel na memória coletiva, neste caso fazendo com que as pessoas ou futuros artesãos reproduzam não só a configuração material do espaço, mas os elementos que o constituem. Pois bem, o artesão como membro de um determinado grupo incorpora determinados rudimentos que só a ele podem interessar, tornando-se suporte das imagens destes elementos – brinquedos, neste caso – a serem fabricados ou reproduzidos por ele posteriormente. A existência destes locais de exibição os converte em verdadeiras *vitrines* de memória. Segundo Maurice Halbwachs,

> "Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo mesmo passa a primeiro plano da idéia que faz de si mesmo. (...) Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo como membro do grupo, é o próprio grupo que, dessa maneira, permanece submetido à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio. (...) Quando um grupo humano vive muito tempo em um lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores. (...) O que um grupo fez, um outro pode desfazê-lo. Mas o desígnio dos antigos homens tomou corpo dentro de um arranjo material, quer dizer dentro de uma coisa, e a força da

13. Entendemos que a especificidade *"sígnica"* de cultura não é um componente a mais na complexa trama das relações sociais, mas na relação integral de todas as práticas e relações da sociedade em conjunto. Não se pode ser socialmente e não significar.



Diálogos descontraídos nos bastidores

tradição local veio da coisa, da qual era imagem. Tanto é verdade que, para toda uma parte deles mesmos, os grupos imitam a passividade da matéria inerte." (HALBWACHS, 1990:131-7)

Uma outra interpretação de cunho cultural destes espaços seria o que Braz e Barroco, chamam de fontes de inspiração:

> "certamente, que a fonte de inspiração destas artes eram as festas da aldeia, as cerimônias religiosas, o entrudo (...). O brinquedo popular reflete sempre características de um povo em suas formas mais puras e espontâneas. Através do material com que é feito podemos ter uma imaginação dos hábitos e costumes de uma região. Em todo o litoral se fazem brinquedos a partir 'daquilo que o mar dá': conchas, pedras, plantas marinhas, etc. No interior, em zonas onde predominam sobreiros é a cortiça o material que melhor serve para a construção de brinquedos(...)."(BRAZ, 1987:32)

Ainda que com um sustento um tanto positivista, os autores traduzem pertinentemente o que são estes espaço[14] nos quais se organizam e delimitam características espontâneas ou mesmo imaginárias de reprodução, utilização e encenação da memória social, de busca e de auto-representação de identidades em conflito, de organização social capilar, de criação e recriação sígnica muito concreta, muito humana, muito cotidiana. Nos meios rurais, nas brincadeiras eram, certamente, utilizados materiais recuperados que se transformam em brinquedos: restos dos foguetes nas feiras ou madeiras do campo serviam para imaginar todo tipo de

14. Sobre a questão das feiras como espaços de vinculação e dependência face ao sistema político e econômico local (produção, circulação e consumo) do qual ela é parte integrante, podem ser consultados textos dos antropólogos: DEWEY, 1962; MALINOWSKI, e FUENTES, 1957.; MINTZ, 1960:3-14; GODELIER, s.d.; EVANS-PRITCHARD, 1969; e CANCLINI, 1982, entre outros.

animais, ou canas transformavam-se em instrumentos de música. Qualquer galho de árvore serve para fantasiar e recriar realidade, lembrar situações vividas ou pressentidas, ou imaginar grandes ou pequenos feitos.

Em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, nos jogos em que se usavam brinquedos, estes eram completados pelas construções com madeira, papel, lata etc. feitas pelas próprias crianças (SILVA, 1989:105-6). Elas são aqui, de novo, um agente participante, capaz de integrar nessa construção o processo como um todo, relacionando-o com todos os elementos que estão ao seu alcance. As feiras rurais como espaços de exibição[15], de fixação de qualquer gênero de atividade coletiva, constituem-se pois como legítimos veículos ou referenciais de memória. A nossa proposição fortifica-se mais ainda com as confirmações de dois autores. O primeiro, Maurice Halbwachs (1990:143), quando diz:

> "Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças."

E Ecléa Bosi, analisando o espaço como suporte da memória, reafirma na sua obra *Memória e Sociedade*, que:

> "A memória das sociedades antigas apoiava-se na estabilidade espacial e na confiança em que os seres de nossa convivência não se perderiam, não se afastariam. Constituíam-se valores ligados à práxis coletiva como a vizinhança (versus mobilidade), família larga, extensa (versus ilhamento da família estrita), apego a certas coisas, a certos objetos biográficos (versus objeto de consumo). Eis aí alguns arrimos em que sua memória se apoiava." (BOSI, 1979:366)

Utilizando o raciocínio da autora, a memória preserva, resguarda, registra, coloca em estado de suspensão as imagens do espaço rural de outrora, como fonte referencial do imaginário do "Seu" Protetti. Neste caso a memória é dotada da capacidade de resguardar o passado do fluxo ininterrupto do devir que o arrasta continuamente em direção ao presente. Assim, o desaparecimento dos velhos espaços permeados de tradições centenárias é demarcado, não só através dos relatos do artesão, mas de seus brinquedos artesanais. Narrativas e materialidade participam de uma preservação. Conseqüentemente, a perda de relações com seu meio, suas referências culturais, e o engajamento em uma cultura exótica, têm gravíssima conseqüência: a perda de identidade de sua cultura autêntica, criando confusão, aviltamento do homem, privação do sentido de realidade, alienação. Destruindo estes suportes materiais da memória, toda sociedade industrial continuará a sitiar e impedir os caminhos da lembrança, tentando a todo momento apagar seus vestígios.

### b) Memória e trabalho: experiências e lembranças

Jean Duvignaud[16] situa a experiência pessoal da memória na sucessão dos eventos individuais da qual resultam mudanças que se produzem nas relações que se estabelecem entre grupos.

15. Em outros casos a *rua* e o *bairro*, são especialmente importantes, pois são espaços/locais que oferecem condições para a formação e permanência dos grupos das brincadeiras.

16. Em seu prefácio à Obra de HALBWACHS (1990:9-17).

Quer dizer, a memória individual existe, porém, arraigada dentro de diversos panoramas que a simultaneidade ou a contingência reaproximam momentaneamente, que emergem em forma de lembranças, e estas, por sua vez, em forma de linguagem. Essa afirmação está ilustrada de maneira exemplar nas experiências e lembranças pessoais do "Seu" Protetti, herdeiro de um mundo (pessoal e social) como cada um de nós o é.

A nossa experiência de troca com o "Seu" Protetti foi bastante fácil uma vez que ele cria um estado de paz e sinceridade e sabe estabelecer relações de amizade. A convivência vai ensinando o valor que ele dá a essas relações. Mas a convivência dele com o passado suplica tempo, não é fácil:

> "Da minha geração, meu avô era ferreiro, fazia peças manuais, ferradura de animais, pegava uma linha velha, fazia podão. E com o ferro ele era especialista, tudo fazia com a mão, com grande capacidade fazia qualquer tipo de peça, com aquela sabedoria, ele foi passando para os filho, que foi meu pai. Meu pai, também era um verdadeiro artesão, só que com mais influência sobre a madeira. Acho que já vem de geração para geração. Então, eu não encontro dificuldade, encontro facilidade para fazer as coisas, geralmente com madeira e menos tendência para o ferro (...) É coisa de família. Eu acho que herdei um pouco de meu avô, meu pai e meu tio. Depois fui ampliando, nas ocasião que via um trabalho diferente, procurava não copiar, mas fazer uma imitação, meio parecido, meio diferente, tudo trabalho antigo, foram entrando e revivendo através do tempo."

Na sua narração estas lembranças domésticas e familiares tornam-se vivas e apaixonadas, a reaproximação do tempo diz respeito à constituição de uma memória ao mesmo tempo una e diferenciada. Neste caso a família desempenha um papel de transmissor de memória.

Por outro lado, percebe-se também que as diferentes tarefas realizadas pelo "Seu" Protetti têm vínculos estreitos com a vizinhança. As atividades e a vizinhança são correntes de pensamento coletivo que convergem, conservando os acontecimentos, oferecendo solidez à lembrança.

> "Aos 17 anos, minha vida mudou, eu era rezador de terço, capelão; era violeiro, cantava e tocava; era leiloeiro nas festas das igrejas; e era também professor, ensinava o que sabia a meus amigos, que era analfabeto, dava aulas noturnas."

Além disso, os permanentes deslocamentos da família do "Seu" Protetti, não permitiram o enraizamento em um determinado lugar.

> "Já estou com 66 anos, nasci o 5 de Janeiro de 1929, em uma cidade bastante conhecida, Araçatuba, noroeste de São Paulo, hoje cidade muito importante. Meu pai era lavrador na lavoura de café, e foi mudando para o interior cada vez para lugares mais novos, onde se podia obter uma vida melhor. De Araçatuba, fomos para Guararapes, Valparaíso onde consegui estudar um pouco, assim como meu pai, aos 8 anos ia para a roça, estudava uma parte do dia e a outra ia para a roça. Daí, mudamos para Guaraçaí, daí para Andradina, fiquei por 35 anos. Em 1975, meus filhos tinham feito colegial e vieram a Campinas para estudar, fiquei doente, aposentei e vim para onde estavam meus filhos."

Aparentemente, no núcleo familiar deste artesão a mobilidade extrema dificultou a sedimentação do passado, colocando em risco a continuidade histórica, tanto da família quanto do indivíduo, em seu deslocamento errante. Em outros casos específicos, que não é o nosso, diferentes formas de opressão econômica, motivam deslocamentos das pessoas em busca de melhores condições de vida, fazendo ao sujeito,

despojar-se – entre outras coisas – ilegitimamente de suas lembranças.

Outro aspecto fundamental de nosso artesão é a posse – dentre outros tantos – de um traço pessoal, que reflete uma outra característica da forma, dos motivos e costumes que distinguem seus brinquedos de acordo com a sua identidade cultural, sugerida deste modo:

> "Quando falam de caboclo é muito importante para mim. Geralmente, as crianças de hoje, os jovens de hoje, não sabem o que é caboclo. Aquele homem simples da roça, que mora lá no sertão, que não se preocupa com o cabelo, com a barba, não se preocupa com nada. O dele é tocar a roçinha dele, sua viola, suas música, e viver a vida no mais grande sossego que pudesse existir, isso é caboclo."

Existe uma tradição no ato de construir brinquedos populares; nele encontramos uma série de normas e regras que determinam a sua identidade enquanto modo de fabricação. O "Seu" Protetti, continua e com muito gosto a descrever sua opção pela fabricação do artesanato praticada nesse tempo:

> "Aos 20 anos me casei e então fazia brinquedos para os filhos e afilhados e dava os brinquedos porque era difícil vender artesanato, não dava para viver, e tratar da família. Então, fazia só porque gostava de fazer, e assim foi até a idade de 50 anos quando tive problemas de saúde; fui aposentado por invalidez, mas continuei fazendo artesanato, os mesmos brinquedos do passado, agora é folclore, e tem mais valor. Hoje consegue vender os brinquedos, porque para as crianças de hoje, os artesanato é novidade, é mesmo barato, consegue vender."

Constatamos, nas narrações anteriores do "Seu" Protetti, que o trabalho com gado e lavoura ocupou boa parte da sua vida – desde os oito anos –, e perante a falta de uma melhor remuneração, inicia-se como balconista no comércio. Mas, foi o prazer lúdico de criar as coisas com as mãos em momentos de desemprego que cristalizou sua destreza.

> "Antes fazia brinquedos para os afilhados, para as crianças pobres que não podiam comprar um brinquedinho, eu doava, até a época que aposentei. Como o trabalho que eu fazia deu valor, então comecei a construir meus brinquedinhos, não tinha muita opção, aí comecei a catar sucata e fazia meu trabalho. Comprar madeira ficava muito caro, a gente ia à feira, aos entulhos de vários lugares que achava madeira, tábua, pau, lata, arame. Um dia fazia brinquedo de um jeito, outro dia de outro e fui entrando na praça. Além de trabalhar por lazer, deixa um dinheirinho para comprar remédio. Foi muito importante para mim a descoberta de meus trabalhos, da minha experiência, de meu dom com arte folclórica."

A dificuldade de continuar no mercado de trabalho é o que permite a "Seu" Protetti firmar-se no campo artesanal, anseio que pode ser expressado desde sua infância. Ele vê-se de novo transportado para a infância, pois cada brinquedo representa uma pessoa, um momento, um evento, um motivo, uma forma mediática de perceber o mundo miniaturizado. Brincando, remetendo a seu modo, sua *sensibilidade infantil*[17], de que fala Benjamin (1969:69).

Segundo Halbwachs, do momento em que se pretende materializar a memória na forma de escrita ou, – na *forma de imagem*[18], diríamos – tentando restabelecer o seu movimento natural, já se tem um indício de que a memória coletiva e suas tradições estão desaparecendo;

17. Walter BENJAMIN fala que, ao imaginar para crianças bonecas de bétula ou de palha, um berço de vidro ou navios de estanho, os adultos estão na verdade interpretando a seu modo a *sensibilidade infantil*. (1969:69)

18. Acrescentamos a palavra *imagem*, porque ela refere-se à utilização da imagem videográfica mencionada anteriormente.

> "Se a condição necessária para que haja memória, é o sujeito que se lembra, indivíduo ou grupo, tenha sentimento de que busca suas lembranças em um movimento contínuo, como a história seria memória, uma vez que não há solução de continuidade entre a sociedade que lê essa história, e os grupos testemunhas ou atores, outrora, dos fatos que ali são narrados?" (HALBWACHS; 1990:81)

A memória, como fonte ou referência, é necessária especialmente para perceber quais são os vácuos e falhas abertas pela modernidade em relação ao passado e à tradição coletiva. Walter Benjamin investiu intensamente na memória como instrumento teórico que apontava caminhos e possibilidades para resolver problemas conceituais, e como mecanismo interior que o punha em contato com o universo de sua infância[19]. Para o autor, o homem moderno sofre de *atrofia da experiência,* experiência entendida aqui como um elemento de tradição, como capacidade de encadear acontecimentos e não apenas fixar fatos isolados na lembrança. Isto é, ele refere-se à experiência do narrador, aquela transmitida do velho ao jovem, através de conselhos, de ensino, de sabedoria, de uma longa vivência. Por outro lado, é interessante notar que, para Benjamin, a questão da preservação da experiência está diretamente ligada à percepção visual e à memória. Por isso ele recorre à obra de Bergson, *Matéria e Memória*, na qual esse filósofo define a experiência como um conjunto de imagens captadas da realidade que são armazenadas na mente do indivíduo, tornam-se matéria prima para a constituição das lembranças. No exemplo do "Seu" Protetti, o próprio processo de fabricação artesanal ajuda a incorporar na sua sensibilidade, já que, ao lembrá-lo considerará em seus brinquedos artesanais uma carga de significação e de valor talvez mais forte do que a atribuída no tempo da ação. Ou seja, a experiência consiste em dados acumulados, por vezes inconscientes, que confluem na memória. Para Bergson, a memória se estabelece no indivíduo a partir das concepções corporais, de mediações entre corpo e espaço que em determinadas ocasiões fazem aflorar imagens armazenadas no cérebro. "Aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores de nossa experiência passada. Quase sempre essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais retemos então apenas algumas indicações, meros signos destinados a evocar antigas imagens." (BERGSON, 1990:125) Nesse contexto, as *imagens* e os relatos orais são suportes pelos quais se lê e se pensa uma história, transformando-a em seu significado.

Finalmente, é necessário ressaltar que a memória não se constitui por olhares desinibidos, desembaraçados e descompromissados em relação ao objeto observado e registrado. Preservar a memória não significa preservar o passado em si, mas aquilo a que é possível se ter acesso e também, em grande parte aquilo que se quer ver recordado. Entretanto, para além das diferentes utilizações, definições e conceitualizações da memória, pode-se dizer que ela é, quase sempre, impregnada do caráter preservador das experiências perdidas.

19. A questão da memória está presente na obra de Walter BENJAMIN nas seguintes obras; "Infância Berlinense" (1987) e "O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov", (1987); entre outras.

## Referências Bibliográficas


BANDET, J. e Sarazanas, R. *A criança e os brinquedos*. Lisboa: Ed. Estampa.

BENJAMIN, W. 1969. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus Editorial.

BERGSON, H. 1990. *Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes.

BOSI, E. 1987. *Memória e Sociedade, lembranças de velhos*. São Paulo: Queiroz.

BRAZ, M, e Barroco, C. 1984. *O Brinquedo português*. Lisboa: Bertrand Editora.

CASCUDO, L.C. 1984. *Literatura Oral no Brasil*. São Paulo: Edusp.

CHANTAL, L. 1978. *Les jouets des enfants haoulé*. Paris: Quatre Vents.

FERREIRA, A. B. H. 1994.: Ed. Carlos Lacerda e Paulo Geiger *O Dicionário Aurélio Eletrônico*. V. 1.3, Rio de Janeiro: Nova fronteira.

HALBWACHS, M. 1990. *A Memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

LEBOVICI, S. & DIATKINE, R. 1988. *Significado e função do brinquedo na criança*. Porto Alegre: Artes Médicas.

MAUSS, M. 1975. *Sociologia e antropologia*. RJ: Zahar.

MIRANDA, N. 1962. *Esporte, recreação e educação*. São Paulo: Separata do Arquivo Municipal [169] .

OLIVEIRA, P. S. 1982. *Brinquedos Artesanais & Expressividade Cultural*. São Paulo: SESC-CELAZER.

_____. 1985. *Brinquedo e Indústria Cultural*. São Paulo: Vozes.

_____. 1989. *O que é Brinquedo?*. São Paulo: Brasiliense.

RIBEIRO, B. 1989. *Arte Indígena, Linguagem Visual*. São Paulo: Edusp.

SILVA, M. A. S. e outros. 1989. *Mémória e Brincadeiras na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX*. São Paulo: Cortéz.

VIDIGAL, A. C. 1978. *Folclore em Campinas: Artesanato*. São Paulo: Conselho Estadual da Academia de Ciências Humanas-Coleção Folclore, Pesquisa.

WEISS, L. 1989. *Brinquedos & Engenhocas*. São Paulo: Editora Scipione.

# Do Espetáculo da Natureza à Natureza do Espetáculo: Boticários no Brasil Setecentista*

Vera Regina Beltrão Marques

Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná

Inicio contando um pouco do percurso seguido neste trabalho, cuja temática centrava-se inicialmente nas boticas e nos boticários setecentistas. Meu grande objetivo: escrever uma história dos começos da farmácia em São Paulo. Aos poucos porém fui descobrindo que as farmácias paulistas daqueles tempos, ao contrário das do Rio de Janeiro, existiram em pequeno número e nem se localizavam nos arquivos brasileiros as cartas de exame dos boticários vindos para a terra dos bandeirantes.

Os arquivos do Reino foram a salvação do projeto e da pesquisadora, dando novo rumo e perspectivas ao estudo. As fontes, além de extremamente esparsas, distribuíram-se aleatoriamente em inusitados arquivos exigindo tratamento de especialista no manuseio da documentação, destreza que até então fugia ao meu *métier*. Muitas vezes, neste período, a farmacêutica precisou orientar a historiadora. A pesquisa então enveredou por novas searas: as "medicinas" destacaram-se. Neste entrecruzamento de trajetórias da medicina à farmácia, as plantas que curam passaram a nutrir o trabalho. Foi perseguindo-as principalmente nos manuscritos da Academia de Ciências de Lisboa que vislumbrei o espetáculo proporcionado pela natureza brasílica e o emaranhado e rico conjunto de plantas medicinais, existentes no império português de além-mar.

Esta documentação, juntamente com o relato de viajantes e colonizadores, recheou os dois primeiros capítulos da tese, tratando das plantas como o insumo, a matéria prima dos remédios setecentistas. Assim a natureza é recortada pala flora medicinal, pelas plantas que curam, os símplices medicinais. Plantas abordadas pelos viés da constituição das ciências farmacêuticas no século XVIII. A flora medicinal brasileira ocupou considerável espaço e atenção de viajantes, colonizadores e homens de negócios que para cá se deslocaram nos três primeiros séculos da colonização, porém despertou o interesse metropolitano em fins do Setecentos. A partir daí se organizaram os carregamentos dos espécimes brasílicos, as explorações naturais, os centros de estudo da natureza, como os jardins botânicos e os museus de história natural. Muitas plantas medicinais descobertas na América portuguesa constituíam-se

* Tese de doutorado defendida no Departamento de História – IFCH – UNICAMP.

de espécies e gêneros desconhecidos na Europa, que deram novas perspectivas à terapêutica da época, embora já fossem amplamente utilizadas pelos nativos da terra.

Homens sem escrita e sem deuses cristãos, os indígenas das terras do pau-brasil eram portadores dos saberes sobre plantas medicinais existentes. Conhecimento primitivo, desprovido de racionalidade, objetividade, método, cientificidade enfim, como aludiam os naturalistas, esses saberes norteavam as descobertas científicas dos homens das luzes. Os europeus encontraram aqui uma série de práticas que extrapolavam seu repertório cultural porém muito atentaram para os usos empíricos de espécies vegetais feito pelos ameríndios, aprendendo com esses seres estranhos e inferiores, como eles mesmo assinalavam.

As plantas dos brasis aguçaram o interesse da Coroa quando se tratou de substituir os ganhos do ouro pela rentabilidade de produtos agrícolas. Até então, houvera um diminuto interesse oficial pelas riquezas medicinais das terras coloniais americanas, ampliando em fins do século XVIII pela organização de instituições científicas, tais como a Universidade reformada de Coimbra, o Jardim Botânico da Ajuda e a Academia de Ciências de Lisboa.

As plantas medicinais conduziram-me então ao alvo principal: os boticários brasílicos. A criação então dos jardins botânicos e hortos medicinais tiveram como objetivos importantes torná-los destros no reconhecimento das plantas curativas. Assim dediquei o terceiro e quarto capítulos aos homens que tinham por incumbência oficial preparar os medicamentos no Brasil: os boticários, suas oficinas e medicinas secretas foram os temas abordados. A divisão processada na arte de curar, a invenção do boticário como ofício de segunda categoria e as vicissitudes enfrentadas por eles nas terras dos brasis estão tratadas no terceiro capítulo.

Abordei também as boticas como um espaço que não se reduzia ao preparo dos medicamentos, constituindo-se como lugar de "sociabilidades e rumores". Embora muito mencionadas no século XIX como local de discussões políticas, são poucos os registros, no Setecentos, de eventos dessa natureza.

Através dos medicamentos secretos, últimos capítulo da tese, discuti "a subversão ao espírito das luzes" imperante na arte de curar as doenças. Fabricados principalmente por médicos setecentistas desde tempos idos, reis, cirurgiões, curandeiros, arvoravam-se em obter e/ou preparar "medicinas" e segredos medicamentosos. Esses remédios, cujas formulações não se revelavam, vinham na contra-mão do racional espírito científico que se tentava construir no século XVIII, mostrando como a arte de curar se mantinha pontuada de magia.

Rotulados como remédios mágicos, feitiços ou beberagens medicinais (SANTOS FILHO, 1991:135-8) tal qual muitos medicamentos de origem africana, os segredos encontram-se analisados partir da natureza de suas formulações e das crenças que suscitavam, indicando como ciência e magia conviviam no mesmo território das medicinas.

A medicina impõe-se como ciência entre nós somente em fins da primeira metade do século XIX. Até então ensaiaram-se tentativas de conformação de uma territorialidade médica buscando contorno e limites próprios que permitissem um reconhecimento singular a essa prática inserida no amplo leque das denominadas artes de curar. Artes que abarcavam um sem número de curadores, sempre na iminência de serem ampliados, uma vez que se considerasse a terapêutica fitoterápica empregada e a gama imensa de conhecimentos sobre plantas que curam – os remédios por excelência naqueles tempos, constituintes do legado cultural passado de geração à geração.

As histórias da medicina colonial têm sido escritas principalmente por médicos e analisadas pelo olhar que vê por dentro a prática de seus pares[1]. São raros os trabalhos históricos cuja temática abarque as relações entre os médicos e os demais agentes de cura, compondo o todo instituinte da grande arte de curar no Setecentos (RIBEIRO, 1997).

Ademais, as fontes de pesquisa são compostas, principalmente, pelos códices e documentos oficiais que atendiam ao formato da administração metropolitana no Brasil. Nas correspondências avulsas encetadas entre metrópole e colônia enfatizava-se com freqüência a falta de médicos, remédios, hospitais e o grande número de epidemias que grassavam. É possível identificar nos meandros desses documentos e naqueles não oficiais a presença de outros atores, isto se estivermos atentos e movidos a extrapolar as delimitações estabelecidas aos ofícios pelas sucessivas regulamentações portuguesas.

Reclamava-se da falta de médicos, mas convém colocar as seguintes questões: que setores populacionais ressentiam-se da escassez desses profissionais? A quem recorriam os indígenas, escravos e seus descendentes quando adoeciam? Buscavam eles o atendimento médico ou seriam os mandantes portugueses os que mais demandavam a arte curar dita erudita?

Propus então outro ponto de partida: o florescimento das demais artes de cura esteve intrinsecamente ligado às diferentes raízes culturais das populações aqui residentes. Não foi o reduzido número de médicos metropolitanos que estimulou ou proporcionou o desenvolvimento dessas praticas. A atuação de curadores considerados ilegítimos não era decorrência da falta de médicos formados mas sim relacionada às tradições culturais que, refletindo-se na arte de curar de negros e indígenas, abria espaço para que se disseminassem seus próprios curadores e suas terapêuticas. Considerar a medicina lusitana oficial como saber único seria desvalorizar outros conhecimentos, à revelia da legitimidade popular que assinalavam, caindo nas malhas da medicina erudita exercida como arte toda poderosa capaz de curar as doenças, vulgarizando as demais práticas. Poder-se-ia ainda assinalar que tal procedimento historiográfico contribuiria para manter relegados e esquecidos saberes que são constituintes de áreas do conhecimento médico.

Se os médicos e os remédios europeus foram escassos para aplacar as doenças dos colonizadores, obrigando-os a fazer uso da arte dos demais curadores da terra, esses registros não permitem afirmar contudo que o desenvolvimento das demais terapêuticas foi decorrência dessa falta. Ademais, os colonizadores eram poucos no cômputo populacional para possibilitar o florescimento assinalado.

Assim, ao tratar os boticários como um dos agentes de cura naqueles tempos, não os perdi de vista como sendo curadores importados à colônia brasílica inseridos na grande arte curativa européia, aqui chegados na companhia do colonizador para lhe prestar assistência baseados nos ditames portugueses. Não pretendi, no entanto, escrever essa história como apêndice da história da prática médica seguindo o mesmo percurso e a mesma lógica interna, impedindo a proliferação dos saberes que se encontrariam na base da constituição do que viria a se chamar farmacêutica. Lancei mão do seguinte argumento: os boticários valiam-se de todos os recursos, recorrendo à rica flora existente no país. Para utilizá-la buscaram os conhecimentos de todos aqueles que se dedicavam ao ofício de curar.

1. NASCIMENTO, 1915; NAVA, 1949; SANTOS FILHO, 1991; RIBEIRO, 1971; GOMES, 1974. FARINA, 1981; PRADO, s.d.; PEDROSA, 1951; CASTRO, 1951.

Dos mezinheiros aos pajés, passando por formulações desenvolvidas pelos jesuítas, todos os medicamentos objetivaram dar conta de aliviar os males que atingiam habitantes da Colônia. Os remédios de botica resultavam, em última instância, da aproximação das culturas presentes no Brasil.

Somando, ao interesse pelas nativas plantas curativas, o *status* dos boticários que tinham por função transformá-las em medicamentos, defendi a tese que os saberes sobre plantas que curam dos brasis encontram-se na constituição da ciência farmacêutica, tendo sido estas amplamente estudadas e disseminadas no mundo europeu.

## Referências Bibliográficas


FARINA, D. C. 1981. *A medicina no planalto de Piratininga.* São Paulo: s.e.

GOMES, O. C. 1974. *História da medicina no Brasil no século XVI.* Rio de Janeiro: MEC/Instituto de História da Medicina.

INSTITUTO HISTÓRICO e Geográfico Brasileiro. 1951. *Anais da IV Congresso de História Nacional.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1951 (no qual se encontram os trabalhos de: PEDROSA, M. X. V. "O espírito médico no Brasil colonial", "A medicina dos índios brasileiros" e, "O exercício da medicina nos séculos XVI, XVII e primeira metade do século XVIII no Brasil colonial" e CASTRO, J. M. "A medicina do português, do índio e do negro no século XVI".

NASCIMENTO, Alfredo. 1915. "A medicina nos tempos coloniais do Brasil". *Revista Siniátrica.* Ano VIII, n. 2, fev. 1915.

NAVA, Pedro. 1949. *Capítulos da medicina no Brasil.* Rio de Janeiro: s.e..

PRADO, A. de Almeida. *Quatro séculos de medicina na cidade de São Paulo.* s.e., s.d.

RIBEIRO, Lourival. 1971. *Medicina no Brasil colonial.* Rio de Janeiro: s.e..

RIBEIRO, Márcia M. 1997. *A ciência dos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII.* São Paulo: Hucitec.

SANTOS FILHO, Lycurgo. 1991. *Historia geral da medicina brasileira.* São Paulo: Edusp.

# História Oral e Literatura

Olga Rodrigues de Moraes von Simson

Professora da Faculdade de Educação da Unicamp.
Coordenadora-executiva do Centro de Memória (CMU) da mesma
Universidade e presidente da Associação Brasileira de História Oral

Carone, Modesto
*Resumo de Ana* / Modesto Carone.
São Paulo: Companhia das Letras, 1998

O romance de Modesto Carone, lançado pela Companhia das Letras no ano passado, representa um claro exemplo de como os relatos orais podem ser magistralmente utilizados na criação literária. Da leitura dessa obra se percebe que a fonte principal para elaboração da trama foram os relatos feitos oralmente, meio a contragosto, pela mãe do autor, a quem ele dedica o livro.

Filha mais velha de uma família de pequena classe média do interior do Estado de São Paulo, Dona Lazinha, ao ceder às insistentes solicitações de seu filho (interessado em desvendar a história cheia de inesperados lances do destino de Ana, sua avó materna) não só nos permite conhecer as tramas da vida de pessoas comuns como também, por sua forma enxuta e concisa de narrar, parece ter definido o próprio tom do romance que recebeu o título muito adequado de *Resumo de Ana*.

O romance é composto por dois relatos que, embora independentes, guardam uma forte relação entre eles, pois alguns personagens do primeiro *aparecem no segundo* e é da leitura do primeiro (*Resumo de Ana*) que se pode melhor entender o desenvolvimento do segundo relato, intitulado *Ciro*.

O primeiro relato, inteiramente baseado no depoimento oral da mãe do autor, retraça a história de vida da avó materna. A avó foi uma mulher sensível que se tornou alcoólatra e viveu somente até os 45 anos. Tais fatos de certa forma obrigaram a narradora (sua filha) a um amadurecimento precoce, ao se responsabilizar pelos dois irmãos menores, além de cuidar da mãe muito cedo adoecida.

Por certo respeito à memória da mãe e também devido aos sofrimentos que as circunstâncias da vida precocemente lhe impuseram, o processo de rememoração de Dona Lazinha foi penoso e difícil e só de deu por muita insistência do filho romancista (ver pags. 15, 30, 40, 47 e 48).

O relato feito por ela parece ter sido direto e sucinto, tendo entretanto trazido à depoente uma nova compreensão dos fatos do passado, que ao serem reorganizados para permitirem a narrativa parecem ter adquirido uma lógica própria e redondamente fechada.

A narradora custou a avançar na construção do relato mas, apesar da sua relutância inicial acabou ficando dividida "entre o fascínio de narrar e o medo de tratar das confidências de Ana (sua mãe) como quem fere o decoro familiar". Daí talvez a concisão, produzida por um constante autocontrole, o que transforma o romance num relato que ao cobrir cem anos da vida de pessoas comuns caracteriza-se por um estilo enxuto e direto, próprio da ficção moderna.

O segundo relato, narrando a vida do tio caçula, parece ser baseado nos relatos de Lazinha, mas também na memória do próprio autor. Para construi-lo, Carone se vale de artifícios que costumamos chamar de "muletas da memória", como passear pelas ruas e praças de Sorocaba, observando-os demoradamente.

Estes passeios pela cidade, que foi o local de nascimento e palco onde também se desenrolou toda a vida de seu tio, parecem ter funcionado como detonadores eficientes do processo de relembrar do autor, trazendo quase cinematograficamente à sua mente as ocasiões em que, de visita a Sorocaba, se encontrava com o velho tio, a sempre calorosa e natural receptividade deste e as conversas que tiveram sobre sua vida, sua família e os diversas formas desenvolvidas pelo velho parente para sobreviver economicamente em tempos cada vez mais bicudos. Também as transformações que o passar dos anos e as dificuldades da vida iam impondo ao tio idoso são retraçadas pela memória do sobrinho, fazendo com que o leitor possa entender o próprio processo de envelhecimento que o personagem vivenciava nos intervalos dos encontros fortuitos de tio e sobrinho.

O autor revela sua virtuose de romancista ao contextualizar histórica e geograficamente os fatos narrados, embora com um mínimo de informações precisas e essenciais, nos permitindo entender a saga dessa família interiorana que nos últimos cem anos acompanha, par e passo, os desenvolvimentos recentes da história social e política do país e por eles pode muitas vezes ser compreendida se tornando assim absolutamente real.

# Nos Quadros da Memória*

Jerusa Pires Ferreira

Professora da ECA-USP e do Programa de Comunicação e Semiótica
da PUC-São Paulo, onde dirige o Núcleo de Poéticas da Oralidade

Schnaiderman, Boris,
*Guerra em Surdina* / Boris Schnaiderman
São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, 219 p.

A Segunda Grande Guerra esteve presente na Literatura Brasileira e sabemos que vários romancistas como Valdir Magalhães Pires (Sangue e Amor na Neve), Moacir Lopes (Maria de Cada Porto) e cronistas como Rubem Braga (Com a FEB na Itália) e Joel Silveira (Histórias de Pracinhas e Alguns Fantasmas) são exemplos de autores e narrativas sob o impacto desse acontecimento. Brito Broca, em alguns de seus artigos tratou de A Guerra na Literatura Brasileira. Também na Literatura de Cordel a guerra foi esta forte presença, passando para o repertório do sertão alguns dos seus motivos, determinadas imagens como a famosa "cobra fumando".

* * *

*Isto sim é que é pátria. Comer um bife desses e depois morrer.*

*Democracia e Liberdade eram palavras com sentido diverso em minha boca.*

Realmente eu não conhecia *Guerra em Surdina*, livro de Boris Schnaiderman cuja primeira edição saiu há vinte anos atrás, e que agora recebe nova e oportuna embalagem da Brasiliense. Para quem conhece de perto o seu autor, o crítico e tradutor, o livro é uma surpresa, revela o

* No ano de 1985 escrevi uma resenha para Guerra em Surdina de Boris Schnaiderman (São Paulo: Brasiliense, 1985, 219 p.), a ser publicada nos Cadernos de Jornalismo e Editoração – ECA/USP. Em seguida, me casei com B. S. e achei, na ocasião, que esta publicação seria imprópria. Recentemente, na arrumação de textos, escritos, papéis, encontrei-a e comuniquei ao colega historiador Paulo Miceli, que sugeriu sua publicação. Agora, depois de tantos anos, sinto-me totalmente à vontade para fazê-lo.

De *Guerra em Surdina* houve as seguintes edições:
1ª – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
2ª – São Paulo: Brasiliense, 1985.
3ª – Idem, 1995.

romancista escondido nas páginas de um diário, o memorialista numa narrativa romanceada, e sobretudo uma forma muito natural de contar os fatos, uma graça de quem reuniu muitos detalhes e os lança nos quadros de uma memória inventiva. O segredo deste livro é exatamente revelar coisas e situações mais simples, com o encanto de um observador arguto, sem deixar de lado a perplexidade e a abordagem de grandes temas. Presentes muitas inquietações, com o tratamento grave que requerem situações-limite: o trágico, o patético. O autor questiona, sempre que pode, noções solenes como coragem, audácia, ideal. E, em tudo isso, se vai tecendo uma crítica da vida cotidiana, num ritmo contínuo, uma construção que se vai gerando a si mesma, no corpo dos acontecimentos. Constroem-se diálogos, com a perfeição e a santa paciência de: *Preciso comprar cigarros. – Não pode. –Preciso ir ver meu pai. – Não pode. – Preciso telefonar. – Tem telefone público no quartel. – Mas eu não tenho um quatrocentão dos antigos. – Paciência, não pode. Não pode, não pode, não pode.*

É como se fosse sendo montada toda uma etnografia desta guerra, os utensílios, a perfeita descrição dos objetos, o conjunto das expressões populares. *Houve convocados provenientes das casas mais abastadas e que tentaram evitar esta fusão no mundo dos soldados, com suas características nitidamente populares e concluí que manso e malandro o praça acabava levando para seu ambiente o doutorzinho, imprimindo-lhe sua própria feição, fazendo-o usar sua língua, adotar os seus costumes.* Foram captados pelo autor a festa de São Pedro, os famosos biscoitos do tipo come um vomita cinco, as cantigas e expressões tradicionais, a colocação de personagens como o praça que tinha vocação para lavadeira, o Doutor Beija Flor, João Valentia, tipos representados com tão grande vivacidade.

Mas há também o tom épico e a construção perfeita da cena do embarque dos pracinhas no trem que os iria levar. O monstro que estava à espreita no cais engoliu numa noite 5.075 homens... As narinas habituaram-se ao cheiro e os olhos afizeram-se à paisagem estranha de uma escada meio torta, de ângulos e esquinas, um mundo intrincado à feição das prisões de Piranesi, e que se espraiava nos quatro andares no bojo do monstro cinzento. A beleza trágica da Ronda, em seu ritmo e no questionamento do herói, que possibilita a presença marcada do escritor. Por tudo isso é que não se consegue parar de ler, é que se mantém muito presa a atenção a um relato que, além de ser a história vivida e cotidiana de um conflito mundial e de uma aventura desesperadora, é a das inquietações e dos espantos, das relações entre pessoas, classes, nações e ainda muito mais. A desmitificação de conceitos abstratos e a instalação concreta de atos e gestos – uma etnografia que não prescinde da captação do homem em seus impasses.

Capa da 1ª edição

# Eric Foner: Reflexões Sobre a História das Américas, da Escravidão e das Relações Sociais*

Eric Foner: liberalismo e escravidão

Eric Foner é um dos mais profícuos historiadores, hoje, nos Estados Unidos. É professor da Universidade de Columbia desde 1982 onde é um dos maiores especialistas nos estudos sobre mudança social, política e ideológica nos Estados Unidos, especialmente no século XIX. Em seus livros, tem se dedicado particularmente à pesquisa sobre a Escravidão, Guerra Civil e Reconstrução. Durante sua carreira, pode contar com importantes financiamentos tais como o da *American Council of Learned Societies* em 1972/73; *Guggenheim Fellowship* em 1975/76, *National Endowment for the Humanities Senior Fellowship* em 1982/83. Ganhou numerosos prêmios como *Pulitzer Prize* em 1981, *Bancroft Prize* em 1982 (*chair*), *Binkley-Stephenson Award* em 1980/82 (*chair*), *Beveridge Prize* em 1983/85, *Avery O. Craven Prize* em 1987 (*chair*) e foi nomeado o Professor do ano em 1995 pelo *New York Council for the Humanities*. Com o seu livro *Reconstruction: America's Unfinished Revolution, 1863-1877* ganhou o prêmio *Bancroft* e o *Los Angeles Times Book Award*, entre outras premiações. Foner é relativamente pouco conhecido no Brasil embora tenha tido um livro, *Nada Além da Liberdade*, traduzido para o português em 1988. Esta entrevista procura então apresentar o autor para os leitores brasileiros na tentativa de promover reflexões sobre a história das Américas, da escravidão e das relações raciais.

* Entrevista realizada por Regina Xavier
Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Fale um pouco sobre sua trajetória intelectual: porque escolheu ser historiador, como se interessou pela história da escravidão e quais foram suas principais motivações para escrever seus livros.*

Eu cresci em uma família na qual a história era muito presente e meu tio Philip Foner era um dos mais prolíficos historiadores, tendo escrito muitos livros sobre a história da América, do trabalho, dos negros, etc. Meu pai também era historiador, de forma que sempre me interessei por história. Tanto meu pai como meu tio eram produto do que se chamou a velha esquerda. A história que eu aprendi, enquanto crescia, era, pois, muito diferente da história que se ensinava nas escolas nesse período. Aprendi muito sobre a história dos negros, cuja temática ainda não existia naquela época, aprendi muito sobre a história do trabalho, história social das pessoas comuns. Esse era o tipo de história que se produzia nos partidos comunistas a partir dos anos 30 e era o discurso comum em minha casa.

**"O direito de voto para homens negros era um repúdio à velha tradição que garantia o direito de voto apenas para os brancos durante toda a história americana."**

Mas, o fato é que eu havia decidido não ser historiador. Primeiro, na faculdade, eu havia decidido ser um cientista, um astrônomo ou físico. Mas, depois de dois anos, após alguns cursos, comecei a perder o interesse. Quando eu estava nos primeiros anos de graduação aqui na Universidade de Columbia, fiz um curso com o professor James Shenton sobre o período da Guerra Civil e, como aconteceu com muitas outras pessoas, fui inspirado por este maravilhoso professor, pois o tema era muito bem abordado, e fiquei entusiasmado com a idéia de me tornar historiador e estudar, como continuo estudando, este período no século XIX.

É também verdade, falando agora de minhas motivações, que este era o período dos movimentos pelos direitos civis, nos quais eu e outros estudantes estávamos bastante envolvidos. Estes movimentos, nos anos sessenta, começaram a chamar a atenção dos historiadores para temas como a história do racismo, da escravidão e/ou relações raciais na história da América. Líamos muito sobre o racismo e vários livros sobre o tema foram lançados, como os de Genovese. Então, era a crise racial vivida na sociedade que levou muitos jovens, e me incluo entre eles, a se interessarem pela história da escravidão e das questões raciais na América, porque sentíamos que este era o caminho que levava às origens da crise pela qual o país passava.

*Sobre os significados da emancipação e da reconstrução nos Estados Unidos. O período da reconstrução, por exemplo, é considerado como sendo aquele marcado por mudanças radicais de percepção em relação aos afro-americanos, à idéia de liberdade e de trabalho livre. Foi o período da segregação, também. Na sua opinião, a ideologia racista foi responsável pelo fracasso da idéia de independência em relação à dominação branca?*

Uma das coisas mais interessantes sobre o período da reconstrução que sucedeu a guerra civil é o fato de reforçar a idéia de que o próprio racismo é produto da história. O racismo não é uma conseqüência, tem sua própria historicidade. Ele existiu durante o período da reconstrução, é claro, mas nos primeiros anos deste período, ele era fraco e muitas leis importantes passaram, as emendas constitucionais n. 14 e 15, os direitos civis de 66, que de fato, repudiavam o velho racismo do país. Criou-se uma nova definição para a cidadania americana baseada na igualdade perante a lei, para todos, sem discriminação de raça. O direito de voto para homens negros era um repúdio à velha tradição que garantia o direito

de voto apenas para os brancos durante basicamente toda a história americana. Estas leis foram aprovadas por uma larga maioria no Norte neste período. A guerra civil havia produzido uma igualdade, ao menos no seu sentido legal e político. Pode-se dizer que parte do significado da idéia de nação americana e de preservação da União não residia apenas na questão de separar-se do Sul mas na intenção de se criar uma nova nação na qual haveria uma cidadania e igualdade para todos, protegidos pelo governo federal. Evidentemente, tratava-se de um ideal. Isto não quer dizer que todos estavam de acordo com ele. É claro que no Sul o racismo permaneceu muito agudo e profundamente entranhado entre os brancos. Evidentemente, no Norte, muitos eram racistas também. À medida em que a Reconstrução continuava, o racismo começou a ressurgir. Por volta de 1870, muitos, inclusive no Norte, reviram suas posições em relação à idéia de igualdade. Então, o racismo tem muito a dizer sobre a falência da reconstrução, mas esta não é a única explicação. Poder-se-ia até dizer, por isso, que a falência da reconstrução reforça o racismo porque as pessoas, particularmente no Norte, começaram a dizer que o fracasso da reconstrução deveu-se aos negros porque não eram capazes de tomar parte de um governo democrático. Houve muitas outras razões para a falência da reconstrução além do racismo. Ele foi muito importante mas não é a única explicação. Interesses econômicos, batalhas políticas, entre muitos outros motivos não diretamente relacionados com a questão do racismo também contribuíram para a falência da reconstrução.

*No Brasil, mesmo antes da abolição, já havia uma importante população de negros livres ou libertos integrados ao mercado de trabalho livre, o que parece marcar uma diferença importante em relação à história americana. Entretanto, após a abolição, a elite branca brasileira reclamou contra a resistência ou incapacidade dos negros de se adaptar à nova disciplina de trabalho. Desenvolveu-se então a política imigrantista que procurou substituir o trabalhador, empurrando a população liberta para as margens. Em que medida o conflito no mercado de trabalho foi definitivo para o sucesso da Reconstrução nos Estados Unidos?*

Esta também é uma questão complicada. Primeiro, antes da guerra civil, nos Estados Unidos havia poucos negros livres. Eles eram cerca de 250.000, metade no Norte e a outra metade no Sul. Mas havia 4 milhões de escravos. Os negros livres representavam uma porcentagem muito pequena do total da população negra. De fato, o acesso à liberdade se tornou mais difícil nos anos que antecederam a guerra civil. Muitos estados do Sul tornaram ilegal a alforria de escravos. Então isto é muito diferente do caso brasileiro onde o acesso à liberdade era muito mais considerável. Mas tanto no Brasil como nos Estados Unidos, após a emancipação, os empregadores, os fazendeiros insistiram que os ex-escravos não queriam trabalhar direito, que queriam apenas trabalhar em suas próprias terras e/ou para si, recusando-se a trabalhar nas fazendas. Eram preguiçosos, irregulares, incapazes de trabalhar sem uma disciplina rígida. Esta ideologia era largamente compartilhada tanto nos Estados Unidos tanto quanto no Brasil.

De fato, acredito que se possa traçar um bom paralelo, não em relação à lei, mas na prática social relativa à imigração. Em ambos os lugares, houve esta maciça imigração após o final da escravidão, vinda da Itália e, no caso dos Estados Unidos, da Europa do Leste e do povo judeu, poloneses etc. Esta imigração veio em um *crescendo* e desenvolveu a economia dos Estados Unidos e o Norte teve uma industrialização muito rápida. Bem poucos imigrantes foram para o Sul, que estava economicamente es-

tagnado. Não havia realmente demanda. Não havia necessidade de trabalhadores. É similar ao Brasil com as velhas áreas do Nordeste estagnadas enquanto as novas áreas atraíam os imigrantes, como São Paulo, nas quais havia uma economia em expansão. Nos Estados Unidos isto certamente era muito importante porque os negros queriam mudar para o Norte. Queriam escapar do sistema de parceria e do trabalho no Sul. Mas a indústria do Norte não queria empregar trabalhadores negros. Parece estranho que tenham preferido buscar trabalhadores a 5 mil milhas de distância, na Europa, no lugar de buscá-los a 500 milhas de distância, no Mississipi ou Alabama. Apenas com a primeira guerra a imigração européia foi interrompida e se teve uma maciça imigração dos negros do Sul para o Norte, para as cidades industriais, ocupando os níveis mais baixos da mão-de-obra industrial. Então, antes disso, os escravos negros emancipados no Sul, foram, por assim dizer, rendidos. Puderam mudar-se de uma fazenda a outra, mas não tiveram a oportunidade de mudar para o Norte, onde realmente havia trabalho. Os empregos foram ocupados pelos imigrantes europeus assim como aconteceu no Brasil. É muito similar o modo como a imigração foi usada para deixar os trabalhadores negros fora das nascentes áreas industriais.

*Um importante político brasileiro, José Bonifácio, escreveu uma representação à Assembléia Constituinte na qual defendia a idéia de que a escravidão se contrapunha à idéia de nação, pois criava uma população heterogênea, com tantas raças e classes que inviabilizava a constituição de um povo. Assim ele marcava uma oposição entre escravidão e um projeto liberal de nação. Como se deu esta relação entre escravidão e liberalismo nos Estados Unidos?*

É uma boa questão. Acredito que esta idéia de que a escravidão não era compatível com um projeto de construção de uma nação era muito comum em toda a América Latina neste período. Os libertadores das colônias espanholas e de outras partes da América do Sul e Central também eram abolicionistas. Acreditavam que as nações deviam ter uma cidadania e não deveriam ter esta diversidade de condições. Acreditavam que podiam levar também aos nativos americanos esta noção de cidadania.

Certamente há paralelos entre este ponto de vista e o republicano: os republicanos radicais e os abolicionistas nos Estados Unidos. Eles também insistiam, como Charles Sumner, o senador abolicionista de Massachusetts: "A soberania do senhor de escravos é incompatível com a soberania da nação". Em outras palavras, devia haver apenas um nível de cidadania: nenhum grupo deveria exercer este poder sobre outro. E a guerra civil, o processo de construção da nação não consistia apenas em recriar a antiga União, mas pretendia criar uma nova. O impulso da emancipação é, de certa forma, próximo da idéia de Bonifácio. Por outro lado, é preciso lembrar que isto não quer dizer, como muitos historiadores americanos disseram, que a abolição da escravidão seguiu apenas a lógica do liberalismo.

**"Liberalismo e escravidão coexistiram durante longo período. Muitos dos bons liberais eram pró-escravidão. Jefferson era um proprietário de escravos"**

Liberalismo e escravidão coexistiram muito bem durante um longo período. Muitos dos bons liberais eram pró-escravidão. Jefferson era um proprietário de escravos. J. Locke defendeu a escravidão e eles não pensavam que eram coisas incompatíveis. Podia-se ser, ao mesmo tempo, liberal e proprietário de escravos desde que a idéia de povo se definisse em um certo sentido, excluindo os escravos como membros da comunidade. E como Jefferson disse, e ele foi

o pai do liberalismo americano: "a natureza estabeleceu o limite. Os negros foram criados pela natureza com uma baixa capacidade intelectual para se tornarem cidadãos da nação". A natureza estabeleceu o limite, então não havia uma exclusão. O movimento abolicionista e os republicanos radicais negavam isto. Eles realmente tentaram revigorar o liberalismo como um princípio universalista, o que não significava que os acidentes de nascimento eram incompatíveis com o verdadeiro sentido do desenvolvimento nacional. Talvez Jefferson concordasse com a escravidão devido ao temor em relação a um poderoso governo nacional. Ele temia o Estado Nacional. Sua noção de poder político era descentralizado, era o auto-governo local. Logo, o governo local incluía o direito de possuir escravos. Se o governo federal abolisse a escravidão poderia vir a destruir o direito das pessoas livres, então isto sim seria incompatível. Liberalismo também significa auto-governo. Abolir a escravidão seria interferir no direito de auto-governo do senhor de escravos. Então, escravidão era muito compatível com muitos elementos do liberalismo, apesar de ser incompatível com outros. Mas certamente, durante a escravidão, houve controvérsia com atitudes similares a esta que você citou e era proeminente entre os críticos da escravidão nos Estados Unidos.

*Eu queria que você comentasse um pouco a relação entre o marxismo e o empiricismo. Na sua opinião, como se deu a influência do marxismo na historiografia americana e qual o tipo de diálogo que se estabeleceu entre historiadores como E. P. Thompson?*

Esta é uma grande questão também. Na década de 70 e 80 um tipo particular de marxismo, ou o que se chamou o marxismo ocidental, teve uma grande influência nos escritos sobre a história americana. Não apenas em relação a marxistas como Genovese ou eu mesmo neste período, mas também em relação a pessoas como David Brion Davis, que não era um marxista mas seu trabalho era influenciado pelas categorias marxistas de análise. Mas isto era o marxismo ocidental, era o marxismo da escola de Frankfurt, da Rússia, que não era muito forte empiricamente. Por outro lado, havia vigorosos historiadores empíricos surgindo tais como Thompson e Hobsbawm na Inglaterra. Era também um marxismo que não dava grande ênfase à base econômica mas, poder-se-ia dizer, à cultura, à ideologia, à política e às relações entre a base e a superestrutura, se você quiser usar estes termos.

Eu acho que a contribuição do marxismo para a historiografia americana foi a de acabar com a idéia de uma sociedade sem classes, foi a de reintroduzir *classe* como uma categoria fundamental para o entendimento da história americana, foi reintroduzir o conceito de ideologia para atacar a noção de consenso na história americana ou aquela impressão de que não havia idéias, que tratava-se apenas de pessoas práticas agindo em seus próprios interesses. Foi mostrar a utilidade da análise baseada em classe e ideologia como chaves para entender a crise na história americana, para se perguntar o que foi a crise da escravidão, etc.

O outro tipo de marxismo era a chamada história do trabalho, uma história social marxista influenciada por Thompson ou pela história "vinda de baixo", ou seja, aquela que defende a idéia de que você precisa estudar as pessoas comuns, as classes baixas, trabalhadoras, como uma forma de realmente entender como a história estava funcionando. Então, não se trata de um marxismo ortodoxo. Thompson disse uma vez e este é o tipo de marxismo que eu, se fosse definir meu próprio ponto de vista, diria: é uma longa conversa, não é um depósito de verdades ou de idéias fixas, é um diálogo sobre o que estava acontecendo ao longo dos séculos

em relação a estas categorias de análise: classe, ideologia e mais recentemente, raça, gênero, etc. É um conjunto de prioridades, de questões, algumas respostas, enfim, um conjunto de hipóteses sobre o que é importante para história. Neste sentido, acredito que ainda continua muito útil e importante. Não é um dogma nem um corpo ideológico fixo. E certamente os historiadores americanos, talvez mais que em outros países, são bastante direcionados em relação ao empirismo. Não tendemos a ser atraídos por grandes correntes teóricas. Todos os marxistas que mencionei construíram seus trabalhos nos arquivos. Apenas eles não usaram certos trabalhos marxistas para escrever a história americana. Mas acredito que o que torna o trabalho deles poderoso inclusive em relação a leitores que não compartilham a mesma visão é o fato de produzirem suas conclusões baseados em pesquisa.

**"A configuração racial não se refere apenas a brancos e negros. Há uma maciça imigração da Ásia, América Latina e povos hispânicos – fator que acarreta problemas no país"**

*A sociedade americana parece ter uma divisão muito marcada entre afro-americanos e brancos, com espaços institucionais e culturais muito diferentes. O historiador Carl Degler, que escreveu um estudo comparativo entre o Brasil e os Estados Unidos em 1971, concluiu seu livro defendendo a idéia de que o problema racial no Brasil tendia a ter uma longevidade maior do que nos Estados Unidos porque os brasileiros ainda não haviam instituído políticas públicas para combater o racismo e garantir para a população afro-brasileira lugares no mercado de trabalho e no sistema educacional. Na sua opinião, estas políticas públicas são uma efetiva solução para o problema racial, são capazes de realmente construir uma sociedade democrática e racialmente igualitária no futuro?*

Não, não creio que criaremos esta sociedade. Acredito que muitos programas, que estão no momento sendo atacados e desmantelados, são degraus na correta direção, na tentativa de superação de uma herança de 250 anos de escravidão e outras centenas de anos de segregação. O problema em nossa sociedade e, suponho que no Brasil também, é que a história criou poderosas estruturas as quais é muito difícil desmanchar. Pode-se declarar igualdade. Pode-se declarar que a partir deste momento não se pode descriminar. Mas para além disso, deve-se defrontar com todas as estruturas criadas pela escravidão e pela segregação. Veja o exemplo da moradia. As casas estão organizadas de forma segregada neste país. É muito difícil mudar isto. Não se pode simplesmente retirar as pessoas de suas casas e forçá-las a mudar para outros lugares. Levará gerações para criar realmente uma moradia integrada e, para além da questão da moradia, há a situação da escola, do desemprego, entre muitos outros aspectos. Pode-se dizer que no futuro não poderá haver qualquer tipo de discriminação mas depois disso a terá erradicado do país? O caso dos ex-proprietários de escravos era similar. Era fácil dizer que os negros não podiam mais ser usados, mas a dominação do senhor branco permaneceu e se não se tomar uma atitude, não se obterá qualquer tipo de igualdade genuína no lugar de trabalho. Então, trata-se de um longo processo. O problema é que, como está acontecendo na América, há certos grupos, uma classe média que se beneficia consideravelmente de todos estes programas. Mas há uma larga classe baixa que está apenas emergindo da sociedade e que é deixada para trás. Todos estes programas visavam-na como objetivo direto e pretendiam lhe dar suporte econômico. Porém, isto não a colocou na agenda política, apenas nos programas.

No Brasil a discriminação é muito diferente evidentemente. Nos Estados Unidos, especialmente a

classe média está mudando enormemente. A configuração racial não se refere apenas a brancos e negros, há uma maciça imigração da Ásia, América Latina, povos hispânicos, então há uma situação multirracial e uma multiplicidade de problemas neste país. Os negros estão declinando como população frente a outros grupos que estão chegando e tornando este problema mais complicado. O livro de Degler é de 1971, o auge do movimento pelos direitos civis, era um livro muito otimista. Penso que hoje, as pessoas que escrevem sobre os problemas raciais não são tão otimistas assim. Todos os livros são produtos de seu tempo.

## Bibliografia selecionada de Eric Foner:


*Free Soil, Free Labor, Free Men: The Ideology of the Republican Party Before the Civil War.* Oxford University Press, 1970.

*America's Black Past: A Reader in Afro-American History.* Harper and Row, 1971.

*Nat Turner.* Prentice-Hall, 1971.

*Tom Paine and Revolucionary America.* Oxford University Press, 1976.

*Politics and Ideology in the Age of the Civil War.* Oxford University Press, 1980.

*Nada Além da Liberdade.* Paz e Terra, 1988.

*Reconstruction: America's Unfinished Revolution 1863-1877.* New American Nation series, Harper and Row, 1988.

*Short History of Reconstruction.* 1990

*The New American History.* Temole University Press, 1990.

*House Divided: America in the Age of Lincoln.* Norton, 1990.

*Readers Companion to American History.* 1991.

*Slavery, the Civil War and Reconstruction.* 1991.

*Freedom's Lawmakers: a Directory of Black Officeholders during Reconstruction.* Oxford University Press, 1993.

*Slavery and Freedom in the Nineteenth Century America.* 1994.

*Americas's Reconstruction: People and Politics after the Civil War.* 1997.

*The story of American Freedom.* Norton, 1998.